



TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇO COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

1. DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de vigilância e segurança patrimonial nos *campi* Fiocruz RJ, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de uniformes e EPIs, materiais e equipamentos, para perfeita execução dos serviços, no regime de empreitada por MENOR PREÇO UNITÁRIO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição/ especificação	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Estimado
1	Prestação de serviços continuados de vigilância e segurança patrimonial nos <i>campi</i> Fiocruz RJ, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de uniformes e EPIs, materiais e equipamentos para perfeita execução dos serviços.	Serviço	1	R\$ 24.653.449,81

1.2 O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da lei 10.520 de 2002, c/c art. 1º do Decreto nº 10.024/2019. Vide item 2.7 do Anexo V da IN nº 05/2017.

1.3 Os quantitativos e o respectivo item a ser contratado está discriminado na tabela acima.

1.4 A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Menor Preço Unitário.

1.4.1. O regime de execução da contratação será de empreitada por preço unitário pois observa-se que pela natureza do serviço que se pretende, os interessados podem cotar um preço certo pré-definido e correspondente ao valor total do serviço.

1.5 O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze meses), podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

2- JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Preliminares, apêndice desse Termo de Referência.

3- DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1 A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares, Anexo VI deste instrumento, abrange a prestação de serviço de atendimento envolvendo as atividades de vigilância patrimonial armada e desarmada, diurna e noturna, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de uniformes e EPIs, materiais e equipamentos

4- DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1 Trata-se de serviço comum, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1 Requisitos necessários ao atendimento da necessidade:

5.1.1.1 A Contratada deverá atender as especificidades de cada demanda, conforme descritas nos itens 7 e 10 deste descritos neste Termo de Referência;

5.1.1.2 A Contratada deverá executar as atividades em todos os *campi* da Fundação Oswaldo Cruz no estado do Rio de Janeiro, conforme descrito neste Termo de Referência;

5.1.1.3 Atender a execução diária de atividades descritas neste Termo de Referência, incluindo finais de semana conforme carga horária de 44h semanais e turnos 12x36 diurnos e noturnos;

5.1.1.4 Obedecer a critérios de sustentabilidade ambiental e aplicar as práticas de responsabilidade socioambiental, com vistas ao menor impacto para contratação, atendendo no mínimo os itens previstos no subitem 5.1.3 deste Termo de Referência;

5.1.1.5 Obedecer aos aspectos normativos, cumprir as normas técnicas e legislações vigentes pertinentes às atividades;

5.1.1.6 Atender ao deslocamento de mão de obra para executar atividades em outros *campi* Fiocruz, bem como o deslocamento dos materiais, equipamentos e demais insumos necessários à perfeita execução do serviço e vigilância das áreas que lhes forem afetas.

5.1.1.7 A contratada deverá atentar para o Art. 14 da Lei nº 7.102/83, onde, apresenta as condições essenciais para que as empresas operem, sendo as seguintes:

5.1.1.7.1 Autorização de Funcionamento concedida conforme o Artigo 20 da Lei nº 7.102/83.

5.1.1.7.2 Comunicação à Secretaria de Segurança Pública do respectivo Estado, Território ou Distrito Federal.

5.1.1.8 Para a prestação de serviços de vigilância, a contratação de empresa especializada que envolve fornecimento de mão de obra terceirizada com dedicação exclusiva de mão de obra, deve atender também, os requisitos descritos na Lei nº 7.102/83 e suas alterações, Decreto nº 89.056 de 24 de novembro de 1983, assim como, estar alinhada à Portaria nº 3.233 DG/DPF de 10 de dezembro de 2012, tanto para que as empresas especializadas possam operar, como para o exercício da profissão dos vigilantes.

5.1.1.9 Para os cargos de Vigilante, o profissional deverá preencher os requisitos mínimos contidos na legislação pertinente a atividade de Segurança Privada (Art. 16 da Lei nº 7.102/83 e, Art. 155 da Portaria 3.233/2012 DG/DPF).

5.1.2 Os serviços a serem contratados, objeto deste Termo de Referência, são de natureza continuada;

5.1.3 A Contratada deverá adotar os seguintes critérios e práticas de sustentabilidade, mínimos, a seguir:

5.1.3.1 Elaborar e manter um programa interno de treinamento de seus empregados, para redução do consumo de energia elétrica e de água, observadas as normas ambientais vigentes. Para evitar o desperdício e mantendo critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo.

5.1.3.2 Deverá atender à Política de Sustentabilidade da Instituição.

5.1.3.3 Atender, no que couber, às exigências previstas na IN 01/2010 – SLTI/MPOG.

5.1.3.4 Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços.

5.1.3.5 No que diz respeito à mão de obra a contratada deverá obedecer às normas técnicas de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego realizando treinamentos dos seus funcionários periodicamente.

5.1.3.6 Responsabilizar-se pelo recolhimento e descarte adequado de todo o material por ela utilizado, durante a execução dos serviços.

5.1.3.7 Colaborar de forma efetiva na informação de ocorrências para manutenção constante das instalações, tais como: vazamentos na torneira ou no sifão do lavatório e chuveiros; luzes de postes e refletores ligadas durante o dia; veículos estacionados em áreas ajardinadas (jardins); pragas e doenças na vegetação, entre outras.

5.1.4 A duração inicial do contrato é de 12 (doze meses), podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

5.1.5 Para os serviços a serem contratados não há necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas;

5.1.6 A Fiocruz definiu como solução de mercado a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços por posto de trabalho e em regime de mão de obra residente, conforme descrito no item 10 deste Termo de Referência.

5.2 O enquadramento da categoria profissional empregada no serviço, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), é o seguinte:

ITEM	POSTOS DE TRABALHO	C. B. O.
1	Gestor de Segurança	2526-05
2	Supervisor de Área	5103-10
3	Vigilante Patrimonial	5173-30
4	Vigilante Motociclista	5173-30

5.3 Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.4 Não há necessidade de estimativa de custos com deslocamentos e hospedagens;

5.5 As obrigações da Contratada e Contratante são aquelas previstas neste Termo de Referência, nos itens 12 e 13.

5.6 O presente objeto da licitação se enquadra em legislações especiais, estando as mesmas descritas no item 05 e seus subitens, entretanto não se insere em margem de preferência.

6- VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

6.1 Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 horas às 15:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (21) 2209-9103 / 2209-2096. A exigência da vistoria justifica-se por serem serviços especializados, cuja extensão dos campi possui uma situação geográfica peculiar. Dessa forma, consideram-se áreas tombadas, área de proteção ambiental, corredores ecológicos, relevos acidentados e que necessitam de conhecimento prévio para melhor dimensionamento das propostas.

6.2 O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

6.2.1 Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6.3 Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

6.4 A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6.5 A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

7- MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

7.1.1 Os serviços a serem contratados estão descritos a seguir, na forma de atividades a serem executadas pelas equipes, nas diversas áreas dos *campi* Fiocruz, no estado do Rio de Janeiro.

7.1.2 Fará parte do escopo desses serviços o fornecimento e a manutenção dos uniformes e EPIs, o fornecimento de materiais e equipamentos.

7.1.3 Perfil requerido para a mão de obra

7.1.3.1 Para o exercício da profissão, o vigilante preencherá os seguintes requisitos, conforme dispõe a Lei nº 7.102/83.

I - ser brasileiro;

II - ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;

III - ter instrução conforme disposto na Lei nº 7.102/83, sendo recomendado, preferencialmente, admitir profissionais com ensino médio completo ou cursando;

IV - ter sido aprovado, em curso de formação de vigilante, realizado em estabelecimento com funcionamento autorizado nos termos desta lei.

V - ter sido aprovado em exame de saúde física, mental e psicotécnico;

VI - não ter antecedentes criminais registrados; e

VII - estar quite com as obrigações eleitorais e militares.

• VIGILANTE PATRIMONIAL (CBO 5173-30)

Formação mínima:

Conforme legislação pertinente e em vigor da Segurança Privada;

Perfil do Profissional do Posto de Trabalho:

Proatividade, Capacidade de administrar conflitos e problemas, ter boa dicção e, ótima comunicação oral e escrita; Apresentação pessoal, Discrição e Sigilo, Cordialidade, Coragem, Bom Senso, Disciplina.

• VIGILANTE CHEFE DE TURMA (CBO 5173-30)

Formação mínima:

Conforme legislação pertinente em vigor da Segurança Privada;

Perfil do Profissional do Posto de Trabalho:

Proatividade, Capacidade de administrar conflitos e problemas, raciocínio rápido, liderança, ter boa dicção e, ótima comunicação oral e escrita, CNH categoria (mínima) “A”; Apresentação pessoal, Discrição e Sigilo, Imparcialidade, Cordialidade, Coragem, Bom Senso, Disciplina

• VIGILANTE MOTOCICLISTA (CBO 5173-30)

Formação mínima:

- Conforme legislação pertinente e em vigor da Segurança Privada, do Detran-RJ e resoluções do CONTRAN;

Perfil do Profissional do Posto de Trabalho:

- Proatividade, Capacidade de administrar conflitos e problemas, raciocínio rápido, ter boa dicção e, ótima comunicação oral e escrita, CNH na validade - categoria (mínima) "A"; Apresentação pessoal, Discrição e Sigilo, Imparcialidade, Cordialidade, Coragem, Bom Senso, Disciplina;

- SUPERVISOR DE ÁREA (CBO 5103-10)

Formação mínima:

- Conforme CBO/MTE, sendo: Ensino Médio Completo, Curso de Qualificação Profissional e, experiência profissional mínima de 03 (três) anos na área de segurança;

Perfil do Profissional do Posto de Trabalho:

- Liderança, Proatividade, Capacidade de administrar conflitos e problemas, raciocínio rápido, ter boa dicção e, ótima comunicação oral e escrita, CNH na validade - categoria (mínima) "B"; Apresentação Pessoal, Discrição e Sigilo, Imparcialidade, Cordialidade, Coragem, Bom Senso, Disciplina.

- GESTOR DE SEGURANÇA para TREINAMENTO E ENSINO DE SEGURANÇA CBO nº 2526-05

Formação mínima:

- Ensino Superior Completo, Curso de Especialização em Segurança.

Perfil do Profissional para o Posto de Trabalho Gestor de Treinamento e Ensino de Seg.:

- O profissional do posto de trabalho de Gestor de Treinamento e Ensino de Segurança deve estar apto e capacitado para:

- Assessorar o Departamento de Segurança na Deflagração de Planos de Contingência conforme demanda surgida;

- Assessorar o Departamento de Segurança no Gerenciamento de Crises e Sinistros nos Campi da Fiocruz;

- Assessorar o Departamento de Segurança em Investigações de Ocorrências;

- Assessoria e coordenação de Segurança Pessoal (VIP - Very Important Person) com planejamento e execução de escolta e guarda de autoridades;

- Assessoria no Gerenciamento de Operações de Segurança na periferia dos Campi da Fiocruz;

- Executar Treinamentos e Ensino de Segurança com uso de tecnologias contemporâneas;

- Preparar apresentações e realização de Palestras de Segurança;

- Ser dotado de: Liderança, Proatividade, Capacidade de administrar conflitos e problemas, raciocínio rápido, ter boa dicção, ótima comunicação oral e escrita, Apresentação Pessoal, Discrição e Sigilo, Imparcialidade, Cordialidade, Coragem, Bom Senso e Disciplina;

- Ter domínio dos principais programas necessários para o trabalho Consultoria e Assessoria em Segurança, tais como: Pacote office do windows (principalmente word, excel e power point).

7.1.4 Atribuições definidas para os postos de trabalho

- Postos de Trabalho de: VIGILANTE PATRIMONIAL (Diurno e Noturno)

Atribuição do Vigilante Patrimonial:

- Segurança dos Acessos aos Campi da FIOCRUZ, com controle de entrada e saída de pessoas, bens e veículos através dos meios de registros de ocorrências manuais ou eletrônico (laptop, tablet, livro de ocorrência, etc.);
- Segurança dos limites perimetrais;
- Segurança das vias internas com controle de fluxo viário e fluxo de pedestres;
- Segurança das áreas críticas tais como: estacionamentos de veículos, área bancária, área de creche, área de bibliotecas, áreas de obras raras, entre outras;
- Patrulhamento ostensivo coibindo movimentações suspeitas detectadas em indivíduos e/ou veículos;
- Auxiliar na investigação de ocorrências relativas ao exercício da vigilância e segurança;
- Segurança patrimonial das instalações da contratante com a finalidade de prevenir, controlar e combater delitos e outras irregularidades;
- Zelar pela incolumidade de todos os usuários dos Campi da Fiocruz, do patrimônio e pelo cumprimento das leis e regulamentos;
- Recepcionar e controlar a movimentação de pessoas em áreas de acesso livre e restrito
- Fiscalizar fluxo de pessoas, cargas e patrimônio
- Escortar pessoas e mercadorias quando assim designado
- Manter-se atento ao tráfego de pacotes e/ou cargas suspeitas
- Zelar pela prevenção e combate à incêndio
- Comunicar-se, imediatamente, pelos meios disponíveis, a detecção de qualquer risco ao patrimônio da Fiocruz ou usuários dos Campi
- Prestar informações ao público usuário e aos órgãos e autoridades competentes quando permitidas e necessárias;
- Manter em dia sua habilitação e registros da profissão;

Rotinas do Vigilante Patrimonial:

- Apresentar-se em formatura diária para conferência e retirada de faltas, asseado e trajando seu uniforme completo, cabelos cortados/preso e unhas aparadas;
- Verificar os documentos (ordens de serviço), material de carga e equipamentos, na passagem de serviço, transmitindo rigorosamente todos os procedimentos vigentes para a equipe do plantão subsequente
- Na assunção do posto de trabalho, anteceder-se em conferir as condições de segurança local, verificando, portas, janelas, portões, vias de acesso, claviculários, materiais e equipamentos de carga do posto de trabalho, informar ao seu antecessor ou ao seu chefe imediato (quando for o caso) sobre anormalidades detectadas;
- Proibir a entrada de pessoas que pretendam realizar atividades não autorizadas, como vendedores ambulantes não autorizados, cobradores irregulares, pessoas que demonstrem intenção de praticar atividades danosas, ou aquelas que não demonstrem legítimo interesse ou necessidade de entrar na FIOCRUZ, considerando sempre que se trata de uma Instituição Pública Federal;
- Proibir a aglomeração de pessoas junto ao seu posto de trabalho, comunicando o fato à hierarquia imediata;
- Proibir a utilização do seu posto de trabalho para guarda de objetos estranhos ao local;
- Comunicar-se com o(s) posto(s) de trabalho vizinho(s) apenas para transmissão de ordens, pedir ajuda ou comunicar fato perigoso, evitando aglomerações;
- Executar revista, somente quando e onde for determinado para tal;
- Zelar e proteger o patrimônio da FIOCRUZ, inclusive contribuindo para a preservação do meio ambiente não permitindo que: animais sejam maltratados, árvores sejam danificadas, flores ou frutas sejam colhidas e etc.;

- Verificar nas proximidades do seu posto de trabalho, a existência de extintor de combate a incêndio, inteirando-se do seu funcionamento;
- Assenhorar-se das rotinas e características do seu posto de trabalho realizando apenas atividades condizentes com sua obrigação, não procedendo, ainda que saiba, consertos de armas, equipamentos de suporte e demais existentes;
- Fazer uso da arma do posto de trabalho, somente em caso de legítima defesa (repelir injustiça agressão, atual ou eminente, a direito próprio ou de outrem), e em tal caso, só fazê-lo dentro dos limites da FIOCRUZ;
- No seu horário de trabalho, portar, somente a arma que lhe foi confiada de propriedade da sua empregadora;
- Manter consigo a cópia do registro da arma em uso no seu posto de trabalho
- Manter consigo toda documentação pertinente à sua profissão, tais como: CNV/Porte de Arma + Crachá + Registro da Arma + Documento de Identidade (conforme Art. 19 da Lei nº 7.102/1983 e Art. 157 da Portaria nº 3.233/2012 DG/DPF);
- Registrar em meio de registro de ocorrências disponível (Notebook, Tablet, Livro de Ocorrência ou outros) ou quando for o caso, cientificar a seu chefe imediato, das anormalidades que verificar em seu posto de trabalho, incluindo, também, lâmpadas queimadas, situação de chaves, falhas de equipamentos de comunicação, anomalias na infraestrutura local (pia, esgoto e banheiros), etc.;
- Controlar os acessos de pessoas e veículos (quando em portarias/estacionamentos), na planta dos Campi da FIOCRUZ, bem como, os acessos, antes, durante e depois do expediente normal, incluindo, sábados, domingos e feriados;
- Comunicar imediatamente ao seu chefe imediato, através de meios de comunicação disponível, atos de desinteligência, em se tratando de anormalidades, sinistros ou questões de ameaças à segurança dos usuários ou patrimônio da Fiocruz;
- Registrar no meio de registro de ocorrência disponível, a entrada e a saída de objetos visíveis, somente permitindo a saída mediante autorização específica e padronizada da Fiocruz (timbrada), carimbada e assinada por servidor Chefe do Departamento de origem do material em saída;
- Nos postos de trabalho lotados em Portarias, deverá registrar a saída de materiais, equipamentos, ferramental de terceiros ou da FIOCRUZ, através do Formulário de Autorização de Saída de Materiais/Equipamento (modelo padrão FIOCRUZ), devendo

1º Verificar se o documento está assinado por um servidor público que ocupa cargo de Chefe de Departamento/Setor que conste na listagem disponível pela administração local;

2º Caso o material/equipamento seja um bem permanente integrado ao patrimônio da FIOCRUZ, verificar se o número de patrimônio confere com os preenchidos no formulário, de acordo com plaquetas de identificação fixadas na superfície do bem da Fiocruz

3º Após a verificação por parte do vigilante de plantão, o mesmo deve escrever seu nome em letra de forma e datar o Formulário de Autorização de Saída de Material do Campus "Portaria" e manuscruver o seguinte: "Material vistoriado pela Portaria";

4º Na sequência, recolher cópia do formulário para arquivamento no DVSP;

- Registrar no meio de registro de ocorrência disponível, quando for o caso, a entrada e a saída de veículos que adentrarem nos endereços da FIOCRUZ, registrando: Placas dos veículos, dados do Condutor (nome completo, identidade e/ou CPF e telefone de contato) e passageiro;
- Conferir o acesso permitido de veículos com a identificação prévia da FIOCRUZ (castelinho) fixado em local aparente no para-brisa do veículo;
- Registrar no meio de registro de ocorrência disponível, a possível distribuição de chaves a cada um dos usuários que seja permitido acesso a tais chaves de salas e etc.;
- Identificar as necessidades de infraestrutura a serem resolvidas nas instalações prediais sob sua responsabilidade (água, luz, gás, elevador, etc.), informando a sua chefia imediata através da via de comunicação mais rápida disponível;
- Verificar a existência, após o expediente normal da FIOCRUZ, de portas abertas, luzes acesas, equipamentos ligados, resolvendo os casos possíveis e relatando todos os constatados no meio de registro de ocorrência;
- Receber/Transferir ligações telefônicas fora do expediente normal da FIOCRUZ, inclusive em finais de semana e feriados;
- Conservar em local visível no posto de trabalho, do número do telefone da Delegacia de Polícia da Região, do Corpo de Bombeiros, dos responsáveis pela Administração da instalação predial do local de prestação de serviço e outros de interesse, indicados para o melhor desempenho das atividades;
- Manter atitudes, postura e comportamento condizentes com o decoro da profissão procurando impedir o descumprimento das normas de segurança por terceiros, agindo inicialmente com educação e polidez, através de conselhos/advertências, e somente usando de energia, ao verificar que seu comportamento inicial não surtiu efeito, quando do descumprimento de alguma norma, o justificarem;
- Jamais comentar, seja interno ou externamente, fatos inerentes ao funcionamento dos postos de trabalho;
- Não se afastar do seu posto de trabalho, só assim fazendo, em casos de urgência ou motivo relevante;
- Quando houver necessidade de ausentar-se do seu posto de trabalho, comunicar à Supervisão e/ou entrar em contato com o vigilante motociclista mais próximo para apoiar o posto, salvo nos casos de emergências;
- Apenas deixar o posto de trabalho se houver a respectiva rendição de seu substituto, quando for o caso, ou sob ordem de retirada;
- Participar de treinamento interno, sempre que solicitado pelo Fiscal Técnico ou Fiscal do Contrato, mediante notificação prévia ao preposto da contratada;
- Participar de reuniões, sempre que convocado pelo pela Fiscalização do Contrato através do preposto da contratada;
- Fazer uso dos EPIs previstos para o exercício da função;
- Abordar e identificar e, se for o caso, deter e conduzir ao Prédio da Segurança, pessoas em concretas ações de riscos para o patrimônio, colaboradores ou usuários, que estejam circulando sem a devida identificação
- Zelar pela guarda e cuidados com os materiais e equipamentos que lhe forem confiados para o exercício da função;
- Nos horários fora do expediente, manter portas e portões de acesso as dependências da Contratante permanentemente fechados, sendo somente aberto quando o transeunte for identificado;
- Recepcionar visitantes e encaminhá-los aos respectivos setores, comunicando previamente ao visitado e ao prédio/recepção indicada.
- Quando possível nos finais e expediente e finais de semana, guiar o visitante aos locais indicados e acompanhá-lo durante todo percurso nas dependências da Fiocruz;
- Quando for o caso, manter monitores, displays e televisores localizados nas portarias e recepções das dependências da Contratante, sempre ligados exibindo as informações e comunicados institucionais. Os vigilantes dos postos deverão checar o funcionamento das telas periodicamente (chegada/saída e demais intervalos) relatando quaisquer anormalidades à sua Supervisão;
- Controlar o acesso de pessoas as dependências da edificação da contratante por meio disponível para registro, cadastro e concessão de acesso local;
- Receber, somente conforme orientação prévia da administração local e encaminhar, as correspondências que chegarem as Portarias nos finais de semana ou fora do horário de expediente, que tenham como destinatário a unidade em que esteja lotado;
- Atender, de forma cortês e educada as ligações telefônicas (internas/externas) dentro ou fora do expediente normal, informando, transferindo e auxiliando o que lhe for perguntado, com os cuidados de segurança da informação;
- Manter os ramais telefônicos de seu setor o maior tempo possível em disponibilidade e anotar no formulário próprio as ligações externas que forem realizadas;
- Confeccionar diariamente o livro de ocorrências, conforme instruções do Contratante;
- Manter o controle do claviculário (chaves e senhas) sob sua guarda, anotando corretamente na planilha a saída e retorno das chaves;
- Manter sempre a Supervisão informada sobre todos os acontecimentos inerentes ao serviço;
- Manter no âmbito do posto de trabalho, todas as informações relativas ao posto;

- Não assumir posturas que possam prejudicar a execução do seu serviço, tais como: dormir, assistir TV ou vídeos, ler jornais ou revistas, se distrair com jogos/ dispositivos eletrônicos/celulares ou conversar em demasia ou em alto tom, evitando aglomeração de pessoas estranhas ao serviço nos postos de trabalho;
- Manter perfeita harmonia com os demais setores da Contratante, para o bom andamento do serviço;
- Manter seus chefes imediatos (preposto e supervisão) sempre informados quando da chegada de empresas que venham realizar qualquer serviço interno, bem como solicitar ao responsável local para que haja autorização em tempo hábil;
- Informar à Supervisão pelos meios disponíveis, qualquer risco à segurança, no local em que esteja lotado
- Manter a porta de acesso às edificações, permanente fechados, com acesso exclusivo aos colaboradores locais;
- Manter sempre a Supervisão informada sobre todos os acontecimentos inerentes ao serviço;
- Durante a troca de turno, conforme seu posto de lotação, verificar a necessidade de reposição do estoque material de uso obrigatório para os acessos especiais e restritos, comunicando ao seu Supervisor sobre o quantitativo a ser fornecido pela administração local, para que não haja interrupção do acesso quando necessário;
- Manter no âmbito das portarias e recepções todas as informações relativas ao setor;
- Realizar a abertura e fechamento dentro dos horários preestabelecidos;
- Manter em dia sua habilitação e registros da profissão;

- Postos de Trabalho de: VIGILANTE CHEFE DE TURMA (Diurno e Noturno)

Atribuição do Vigilante Chefe de Turma:

- Missões idênticas ao vigilante patrimonial (diurno e noturno), e mais;
- Liderança de equipes do seu posto de trabalho;
- Abastecer o Supervisor de Área de informações pertinentes e necessárias para composição dos registros diários de ocorrências nos *campi*;

Rotinas do Vigilante Chefe de Turma:

- Rotinas idênticas ao vigilante patrimonial (diurno e noturno).

- Postos de Trabalho de: VIGILANTE MOTOCICLISTA (Diurno e Noturno)

Atribuições do Vigilante Motociclista:

- Missões idênticas ao vigilante patrimonial (diurno e noturno), mais;
- Realizar rondas motorizadas periódicas, em áreas pré-determinadas pela contratante para o Preposto e informada pelo Supervisor de Área da contratada, coibindo ações nocivas ao patrimônio da Fiocruz;
- Realizar abordagem de pessoas/veículos em situações suspeitas nos Campi da Fiocruz;
- Realizar escolta ou guiar como batedor, caminhões de carga, veículos de autoridades visitantes e etc.;
- Realizar bloqueio de tráfego viário quando e onde for determinado pelo Supervisor de Área;
- Zelar pela guarda e cuidados com os materiais e equipamentos que lhe forem confiados para o exercício da função;
- Obedecer às regras do Código Brasileiro de Trânsito;
- Não permitir pane seca na motocicleta sob sua responsabilidade;
- Fazer uso dos EPI previsto para o condutor de motocicleta;
- Abastecer o Supervisor de Área de informações pertinente e necessárias para composição dos registros diários de ocorrências nos Campi;

Rotinas do Vigilante Motociclista:

- Rotinas idênticas vigilante patrimonial (diurno e noturno).
- Postos de Trabalho de SUPERVISOR DE ÁREA (Diurno e Noturno)

Atribuição do Supervisor de Área:

Abster-se de informações vigilante patrimonial e motociclista(diurno e noturno).

Supervisionar as atividades operacionais dos serviços de vigilância e segurança patrimonial dos Campi da Fiocruz, visando o cumprimento de normas e procedimentos estabelecidos para a contratada;

Cumprir e fazer cumprir determinações passadas pelo Preposto da sua empresa;

Supervisionar o funcionamento da parte operacional da vigilância e segurança exercida pela contratada;

Supervisionar a execução das tarefas diárias da vigilância, conforme as normas e procedimentos repassadas para o preposto da contratada;

Manter-se sempre apto a prestar informações sobre o andamento do serviço e possíveis ocorrências, quando solicitadas para o Fiscal Técnico e Fiscal do Contrato;

Manter em dia sua habilitação e registros da profissão;

Rotinas do Supervisor de Área:

Propor, implementar e acompanhar o planejamento operacional da segurança;

Realizar análise preliminar de riscos para as atividades sob sua responsabilidade;

Elaborar normas, regulamentos e procedimentos de segurança;

Realizar relatórios operacionais sobre as atividades sob sua responsabilidade;

Distribuir tarefas para seus subordinados, delegando as atividades adequadas a cada profissional;

Providenciar e acompanhar o treinamento dos seus subordinados;

Preparar e administrar escalas de serviço e de férias;

Supervisionar, inspecionar e orientar “in loco”, a execução das atividades da vigilância patrimonial;

Fazer uso dos EPIs previstos para o exercício da função;

Visitar periodicamente, os postos de vigilância e conversar com os vigilantes que trabalham no local, não só as questões profissionais, mas também, a de cunho pessoal, quando necessário;

Acompanhar os casos de falta ao serviço por motivos de saúde, prestando assistência social, se necessário, ao faltante;

Propiciar a integração de profissionais recém-contratados as políticas, normas e procedimentos da contratada;

Acompanhar processos de alocação e adaptação de seus subordinados nos postos de serviço;

Administrar os problemas operacionais dos postos de serviço, tomando as providências necessárias;

Fazer reuniões periódicas com o pessoal operacional sob sua responsabilidade;

Fazer avaliação de desempenho periódicas com seus subordinados, comunicando a eles os pontos positivos a serem mantidos e os negativos a serem melhorados;

Aplicar medidas disciplinares, de acordo com a legislação em vigor e tendo como foco a reabilitação do profissional envolvido;

Quando visitar um estabelecimento, ao qual a empresa presta serviço, sempre conversar com o gestor do contrato;

Participar de reuniões com clientes para tratar de assuntos inerentes ao contrato de prestação de serviço;

Manter o preposto da contratada, o Fiscal Técnico e o Fiscal de Contrato, sempre informados sobre os assuntos relevantes, as soluções aplicadas e resultados obtidos no desenvolvimento das suas atividades.

- Postos de Trabalho de: GESTOR DE TREINAMENTO E ENSINO DE SEGURANÇA

Atribuição do Gestor de Treinamento e Ensino de Segurança:

- Assessorar o Departamento de Segurança na Deflagração de Planos de Contingência;
- Prestar Consultoria e Assessoria em assuntos de Segurança;
- Assessorar o Departamento de Segurança no Gerenciamento de Crises;
- Assessorar o Departamento de Segurança em Investigações de Ocorrências;
- Assessorar o Departamento de Segurança na coordenação de Segurança Pessoal de VIPs;
- Assessorar o Departamento de Segurança no Gerenciamento de Operações de Segurança;
- Executar Treinamentos e Ensino de Segurança;
- Preparar Apresentações e Palestras de Segurança;

Rotinas do Gestor de Treinamento e Ensino de Segurança:

- Assessoria ao Departamento de Segurança na Deflagração de Planos de Contingência conforme demanda surgida;
- Consultoria e Assessoria de Segurança em assuntos de Segurança para a Coordenação Geral de Infraestrutura dos Campi com informações pertinente à matéria;
- Assessoria ao Departamento de Segurança no Gerenciamento de Crises e Sinistros nos Campi da Fiocruz;
- Assessoria ao Departamento de Segurança em Investigações de Ocorrências;
- Assessoria e Coordenação de Segurança Pessoal (VIP - Very Important Person) com planejamento e execução de escolta e guarda de autoridades;
- Assessoria no Gerenciamento de Operações de Segurança na periferia dos Campi da Fiocruz;
- Execução de Treinamentos e Ensino de Segurança com uso de tecnologias contemporâneas;
- Preparo de Apresentações e Realização de Palestras de Segurança;

7.2 A execução dos serviços será iniciada após a assinatura do contrato e conforme data estipulada na cláusula “Vigência do Contrato”.

8- MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO:

8.1 Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

8.1.1- O Instrumento de Medição de Resultado (IMR) define e padroniza a avaliação de desempenho e qualidade da CONTRATADA na execução da prestação dos serviços, estabelecendo as bases para manter e melhorar qualidade das atividades através de um ciclo constante de acordos, monitoramento, relatórios e melhorias dos níveis dos serviços indicando às principais irregularidades/impropriedades pertinentes a prestação dos serviços nos *campi* Fiocruz, podendo ser aplicada à CONTRATADA as sanções previstas neste instrumento e as punições previstas em contrato.

8.1.2 Serão considerados para efeito de medição:

8.1.2.1- Item de Medição 1: Glosas pelas Faltas não cobertas diariamente nos postos de trabalho levando em consideração o valor dos custos dos profissionais dividido pelas quantidades de dias de execução previstos no mês, chegando assim a um valor líquido o qual será aplicado o IMR. Exemplo: = (custo do profissional/dias de execução no mês).

8.1.2.2- Item de Medição 2: A prestação do serviço será aceita e a qualidade avaliada mensalmente por Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme Anexo V, o qual poderá ser descontado da empresa Contratada a alíquota de 5% do valor líquido, pelo não alcance das metas pré-estabelecidas, chegando assim a um valor final de fatura a liberar.

8.1.3 A fiscalização do contrato realizará a consolidação mensal dos resultados do controle da qualidade dos serviços prestados indicando para a CONTRATADA os indicadores de não conformidade verificados no período e informando os valores a serem faturados com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

8.1.4 A FISCALIZAÇÃO irá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços executados, intervindo para corrigir ou aplicar sanções quando verificado desconformidade contínua da prestação do serviço à qualidade exigida.

8.1.5 A CONTRATADA será avaliada por meio do resultado das avaliações da qualidade do serviço prestado em decorrência de verificações em campo por meio de vistorias realizadas pelos fiscais operacionais das unidades assistidas que subsidiarão a fiscalização do contrato.

8.1.6 O resultado das avaliações da qualidade será por meio da análise do seguinte módulo:

8.1.6.1 A Avaliação do serviço de vigilância e segurança patrimonial

8.1.7 Nas avaliações realizadas pela fiscalização será atribuída ao formulário de avaliação da qualidade dos serviços, os conceitos “Ótimo”, “Bom”, “Ruim” e “Péssimo”, equivalentes, respectivamente, aos valores 9 a 10; 6 a 8; 3 a 5 e 0 a 2 para cada item avaliado de acordo com o número de ocorrências, conforme tabela abaixo a qual define as pontuações para o Instrumento de Medição de Resultado (IMR):

Ótimo	Bom	Ruim	Péssimo
9 a 10 (de nove a dez) pontos	6 a 8 (de seis a oito) pontos	3 a 5 (de três a cinco) pontos	0 a 2 (de zero a dois) pontos

ÓTIMO - Refere-se à conformidade/atendimento total dos critérios.

BOM - Refere-se à conformidade parcial dos critérios.

RUIM - Refere-se à desconformidade parcial dos critérios.

PÉSSIMO - Refere-se à desconformidade total dos critérios.

- 8.1.8 O modelo de formulário utilizado para avaliação do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme Anexo 5, nas dependências da Fiocruz poderá ser atualizado, revisto ou sofrer adequações dos serviços quando necessário, sendo uma decisão conjunta entre a CONTRATADA e CONTRATANTE durante a execução contratual.
- 8.1.9 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que será aceita ou não pela FISCALIZAÇÃO do contrato, desde que comprovada à excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 8.1.10 A fiscalização do contrato contará com um Fiscal Administrativo, designado pela Cogic – Coordenadoria Geral de Infraestrutura dos Campi, e se for o caso, fiscais setoriais indicados pelas unidades parcerias e designados pela Cogic que irão acompanhar todas as atividades/operações do serviço em suas unidades, além de apoio administrativo para dar suporte ao fechamento das faturas mensais e nas atividades operacionais.
- 8.1.11 A comunicação entre a fiscalização do contrato e a contratada será através do preposto designado pela contratada, o qual deverá atender todas as demandas administrativas e operacionais da prestação do serviço.
- 8.1.12 A CONTRATADA deverá manter registros, controles e informações das ocorrências das não conformidades apresentadas no IMR, pelo não atendimento das metas estabelecidas, divulgando a FISCALIZAÇÃO do contrato as medidas tomadas para corrigir as inconformidades encontradas nas unidades atendidas.
- 8.1.13 Objetivando a qualidade dos serviços, a CONTRATADA deverá estabelecer procedimentos e condições que permitam a melhoria contínua dos serviços prestados.
- 8.1.14 A CONTRATADA, após notificação e ciência das não conformidades encontradas, deverá estipular prazo em comum acordo com a FISCALIZAÇÃO do contrato para solucionar as falhas apontadas pelas unidades assistidas.
- 8.1.15 A Fiscalização do contrato avaliará através do Instrumento de Medição de Resultado (IMR) a qualidade dos serviços e considerará as ocorrências registradas, por meio de seu fiscal operacional. A fiscalização do contrato irá consolidar o IMR final obtido em cada unidade a fim de se obter o percentual de satisfação da prestação do serviço e consequentemente verificar o atingimento do indicador de atendimento da ceta Fiocruz pela média dos percentuais atingidos nas respectivas unidades. O não atingimento do indicador de atendimento descrito no item 8.1.3 deste instrumento, sujeitará a Contratada as penalidades previstas no Termo de Referência e no contrato.
- 8.2 Após a formalização do contrato, a portaria com designação de gestor e fiscal será emitida pela autoridade competente.

9- MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e estabelecidas na planilha de custos, em anexo, promovendo sua substituição quando necessário.

10 - INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1 A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

10.1.1- Localidades de Prestação dos serviços

- Campus de Manguinhos: Av. Brasil, nº 4365, Manguinhos /RJ.
- Campus Expansão (Manguinhos-RJ): Av. Brasil, nº 4036, Manguinhos /RJ.
- Campus Instituto Fernandes Figueira – IFF: Av. Rui Barbosa, nº 716 – Flamengo /RJ
- Campus da Mata Atlântica: Estrada Rodrigues Caldas, nº 3400 - Taquara / Pavilhão Agrícola da Colônia Juliano Moreira – Jacarepaguá /RJ.
- Instituto Hélio Fraga –IHF: Estr. de Curicica, nº 2000, Jacarepaguá /RJ.
- Campus Palácio Itaboraí: Rua Visconde de Itaboraí, nº 188, Valparaíso - Petrópolis /RJ.
- Campus CFMA: Rua Sampaio Correa S /Nº - Taquara
- Campus INERU: Estrada da Covanca, 56, Jacarepaguá, RJ
- Campus CIBS (Santa Cruz-RJ):Avenida Antônio Ermírio de Moraes, S/Nº, Santa Cruz – Rio de Janeiro - RJ

10.1.2- Carga horária de Trabalho

10.1.2.1- Expediente Normal da Instituição a ser cumprido segundo as escalas de trabalho descritas abaixo.

10.1.2.2- Escala de 44 HORAS SEMANAIS– Segunda a Sexta.

- 44 (quarenta e quatro) horas semanais diurnas, de segunda a sexta-feira, envolvendo 3 (três) profissionais (01 Gestor de Segurança e 02 Supervisores de Área).

10.1.2.3- Escala 12x36 DIURNO e NOTURNO – Segunda-feira a Domingo.

- 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 184 (cento e quarenta e quatro) profissionais em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas (vigilante patrimonial e vigilante motociclista);
- 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 176 (cento e setenta e seis) profissionais em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas (vigilante patrimonial e vigilante motociclista).

10.1.3- Demanda a ser executada

10.1.3.1 Postos de Trabalho:

Mapa de Distribuição dos Postos de Trabalho do Serviço de Vigilância												
		Quantidade de Postos										
		Campus Manguinhos	Campus Expansão	Campus IFF	Campus Petrópolis	Campus CTM	Campus CFMA	Campus CRPHF	Campus INERU	Campus CIBS	TOTAL DE POSTOS	TOTAL DE PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS
01	Gestor de Segurança 5x2 – 44 H/Sem. DIURNO DESARMADO c/ TERNO	01	0	0	0	0	0	0	0	0	01	01
02	Supervisor de Área 12x36 - 84 H/Sem DIURNO DESARMADO c/ TERNO	02	0	0	0	0	0	0	0	0	02	04
03	Supervisor de Área 5x2 - 44 H/Sem. – DIURNO DESARMADO c/ TERNO	0	0	0	0	01	01	0	0	0	02	02
04	Supervisor de Seg. 12x36 - 84 H/Sem. – NOTURNO DESARMADO c/ TERNO	02	0	0	0	0	0	0	0	0	02	04
05	Vigilante Motociclista 12X36 – 84 H/Sem. – DIURNO ARMADO com MOTOCICLETA + Colete	06	01	0	0	0	0	0	0	0	07	14
06	Vigilante Motociclista 12X36 – 84 H/Sem. – DIURNO DESARMADO com MOTOCICLETA	0	0	0	0	0	02	0	0	01	03	06
07	Vigilante Motociclista 12X36 – 84 H/Sem. – NOTURNO ARMADO com MOTOCICLETA + Colete	06	01	0	0	0	0	0	0	0	07	14

08	Vigilante Motociclista 12X36 – 84 H/Sem. – NOTURNO DESARMADO com MOTOCICLETA	0	0	0	0	0	02	0	0	0	02	04
09	Vigilante Patrimonial 12X36 – 84 H/Sem. – DIURNO ARMADO Ch de Turma c/ TERNO + Colete	02	0	0	0	0	0	0	0	0	02	04
10	Vigilante Patrimonial 12X36 – 84 H/Sem. – DIURNO DESARMADO Ch de Turma c/ TERNO	0	0	01	0	0	0	0	0	0	01	02
11	Vigilante Patrimonial 12X36 – 84 H/Sem. – NOTURNO DESARMADO Ch de Turma (TERNO)	0	0	01	0	0	0	0	0	0	01	02
12	Vigilante Patrimonial 12X36 – 84 H/Sem. – DIURNO ARMADO Ch de Turma + Colete	02	01	0	0	01	0	01	0	0	05	10
13	Vigilante Patrimonial 12X36 – 84 H/Sem. – NOTURNO ARMADO Ch de Turma + Colete	04	01	0	0	01	0	01	0	0	07	14
14	Vigilante Patrimonial 12X36 – 84 H/Sem. – DIURNO ARMADO c/ TERNO + Colete	06	0	0	0	0	0	0	0	0	06	12
15	Vigilante Patrimonial 12X36 – 84 H/Sem. – DIURNO DESARMADO c/ TERNO	03	0	04	0	0	0	0	0	0	07	14
16	Vigilante Patrimonial 12X36 – 84 H/Sem. – NOTURNO DESARMADO c/ TERNO	02	0	04	0	0	0	0	0	0	06	12
17	Vigilante Patrimonial 12X36 – 84 H/Sem. – DIURNO ARMADO + Colete	33	03	0	00	10	0	04	01	0	51	102
18	Vigilante Patrimonial 12X36 – 84 H/Sem. – DIURNO ARMADO + Colete (CCT Petrópolis)	0	0	0	02	0	0	0	0	0	02	04
19	Vigilante Patrimonial 12X36 – 84 H/Sem. – DIURNO DESARMADO	03	01	0	0	0	04	0	0	0	08	16
20	Vigilante Patrimonial 12X36 – 84 H/Sem. – NOTURNO ARMADO + Colete	38	02	0	00	08	0	03	01	0	52	104
21	Vigilante Patrimonial 12X36 – 84 H/Sem. – NOTURNO ARMADO + Colete (CCT Petrópolis)	0	0	0	02	00	0	0	0	0	02	04
22	Vigilante Patrimonial 12X36 – 84 H/Sem. – NOTURNO DESARMADO	03	0	0	0	0	04	0	0	0	07	14
Total de Postos TURNO		113	10	10	04	21	13	09	02	01	183	363

10.1.3.1.1 Os **locais específicos** com definição quantidade de postos de trabalhos diurnos e noturnos estão descritos nas tabelas do **Anexo I** deste Termo de Referência.

10.1.4- Julgamento da Licitação

10.1.4.1- A licitação deverá ser julgada pelo **menor preço global**, devendo a licitante demonstrar seus custos conforme planilha de custos e composição de preços.

10.1.4.2- A licitante não deverá incluir na sua proposta os custos decorrentes de disposições De Convenção Coletiva de Trabalho - CCT que tratem de pagamento de participação dos empregados nos lucros ou resultados da empresa, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de contribuições sociais, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

10.1.4.3- A Contratada deverá observar os critérios de aceitabilidade de limites máximos de Lucros e Custos Indiretos constante nos estudos técnicos elaborados, conforme orientação da Controladoria Geral da União-CGU, Órgãos de controle e legislações vigentes.

10.1.4.4- Em caso de renovação Contratual, o Aviso Prévio Trabalhado e Indenizado será amortizado após o primeiro ano de vigência contratual, conforme orientação da Controladoria Geral da União-CGU, Órgãos de controle e legislações vigentes.

10.1.4.5- A empresa deverá elaborar a sua proposta segundo o REGIME DE TRIBUTAÇÃO a qual estará enquadrada durante a execução do contrato, não podendo se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

10.1.4.6- O preço ofertado pelos licitantes deve ser comprovadamente suficiente para cumprir suas obrigações legais, sociais e tributárias.

10.1.4.8- As empresas licitantes deverão apresentar suas propostas no formato em Excel para análise e aceitação, conforme modelo de planilha de custo e formação de preços disponibilizado pela Fiocruz, conforme anexo do Edital.

10.1.4.9- No preenchimento das planilhas de custos e formação de preços, a licitante deverá observar as orientações disponíveis nos próprios arquivos.

11- UNIFORMES

11.1 Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

11.2 Conjunto de uniformes conforme descrito no **Anexo II** deste instrumento, devendo ser substituído sempre que necessário, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, após comunicação da fiscalização.

11.3 As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os padrões da contratada, devendo ser aprovado pela fiscalização do contrato antes da entrega aos profissionais, e atender as seguintes diretrizes:

11.3.1 A contratada deverá prover conjunto completo ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído por um outro conjunto a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;

11.3.2 No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

11.4 Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

12- OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

12.2- Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

12.3- Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

12.4- Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

12.5- Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

12.6- Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

12.7- Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

12.7.1- Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da

contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

12.7.2- Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

12.7.3- Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

12.7.4- Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

12.8 Fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente:

12.8.1 A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;

12.8.2 O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade;

12.8.3 O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

12.9 Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato.

12.10 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

12.11 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

12.12 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

12.13 Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

12.14 Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.15 Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

12.16 Observar para que durante a vigência do contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.17 Permitir o livre acesso dos profissionais vinculados ao Contrato, às áreas de atuação, desde que, os mesmos estejam devidamente identificados e uniformizados.

13- OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1- Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

13.2- Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

13.3 Manter a execução do serviço nos horários fixados pela Administração.

13.3.1- Recomendar aos seus funcionários para chegarem aos locais de trabalho com antecedência suficiente para dar início ao serviço, devidamente uniformizados, de forma dar início as suas atividades no horário estabelecido para cada turno.

13.4- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

13.5- Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

13.6- Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

13.7- Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

13.7.1- Fornecer no primeiro dia de execução do contrato o crachá de identificação, a ser utilizado na altura do tórax, constando: o nome e logotipo da empresa, o nome do profissional, o número da matrícula, a profissão e a fotografia. O uso do crachá é obrigatório para todos os profissionais e o prazo de reposição em caso de perda é de 48 (quarenta e oito) horas.

13.8- Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

13.8.1 A Contratada fornecerá a cada profissional, a quantidade necessária de conjuntos de uniformes, conforme descrito no item 11 deste instrumento, durante o período contratual, respeitando as medidas individuais dos usuários, no padrão da empresa Contratada e, segundo disposto na Convenção ou Dissídio Coletivo da Categoria. A Fiocruz resguardando-se do direito de avaliar a qualidade e exigir a substituição daqueles que não atenderem as condições mínimas de apresentação e adequação ao serviço, inclusive os destinados às empregadas gestantes.

13.8.2 Os EPI's fornecidos aos empregados deverão apresentar o número do CA com evidências indelévels e bem visíveis, devendo a contratada apresentar a fiscalização do contrato, quando solicitado, o nome comercial da empresa fabricante e o lote de fabricação. No caso de EPI's importados deverão apresentar ainda o nome do importador.

13.8.3 Os uniformes e os EPI's deverão ser entregues aos profissionais mediante recibo. A fiscalização do contrato poderá solicitar cópia do recibo a fim de confirmar a entrega dos mesmos aos profissionais. A substituição de uniformes e EPI's deverá ocorrer sempre que necessário ou quando solicitado pela fiscalização do contrato;

13.9- As empresas contratadas que sejam regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) deverão apresentar a seguinte documentação no primeiro mês de prestação dos serviços, conforme alínea "g" do item 10.1 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017:

13.9.1- Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, salário, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

13.9.2- Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada; e

13.9.3- Exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;

13.9.4- Declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;

13.9.5- Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.

13.9.6 Cópia da ficha de entrega de equipamento de proteção individual-EPI e uniformes, conforme legislação vigente, devidamente assinada pelo empregado e pelo empregador;

13.9.7 Cópia do comprovante de capacitação técnica para funções específicas, quando for o caso;

13.9.8 Cópia da carteira nacional de vacinação dos profissionais prestadores de serviço, atualizada;

13.10- Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale transporte.

13.10.1- Apresentar planilha de comprovação de pagamento de vale transporte emitida pela Fetranspor (mês vigente).

- 13.10.2- Apresentar planilha com a comprovação de pagamento do auxílio alimentação emitida pela prestadora do serviço (mês vigente);
- 13.10.3- Apresentar planilha nominal dos trabalhadores vinculados ao Contrato, com valores (individuais) de retenção da conta depósito vinculada, conforme previsto no Anexo XII da IN MPOG nº 05/2017;
- 13.11- Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 13.12- Substituir, no prazo 1 (uma) hora, em caso de eventual ausência, tais como faltas e licenças, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato;
- 13.12.1- Os postos de trabalho que porventura estiverem descobertos, depois do prazo de tolerância de 1 (hora) horas, após o início do turno de trabalho, serão glosados no faturamento mensal a título de falta, sofrendo ainda impactos na avaliação da qualidade do serviço, conforme previsto no Instrumento de Medição de Resultado – IMR.
- 13.13- Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 13.13.1- Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- 13.14- Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.
- 13.15- Autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- 13.15.1- Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.
- 13.16- Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;
- 13.17- Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 13.18- Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;
- 13.19- Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 13.20- Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:
- 13.20.1 Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 13.20.2 Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 13.20.3 Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.
- 13.21. Manter preposto no local da prestação do serviço, com anuência da Administração, para representá-la na execução do contrato.
- 13.21.1 O preposto deverá ser capaz de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos pela Contratada e atender às necessidades administrativas dos seus empregados (controle de frequência, atestados médicos, etc)
- 13.22- Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 13.23- Fornecer, sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da Contratante;
- 13.23.1- A ausência da documentação pertinente ou da comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS implicará a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, mediante prévia comunicação, até que a situação seja regularizada, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 13.23.2- Ultrapassado o prazo de 15 (quinze) dias, contados na comunicação mencionada no subitem anterior, sem a regularização da falta, a Administração poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 13.23.2.1- O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela contratante para acompanhar o pagamento das respectivas verbas.
- 13.24- Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 13.25- Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 13.26- Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 13.27- Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;
- 13.28- Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.
- 13.28.1 Para efeito de comprovação da comunicação, a contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.
- 13.29- Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 13.30- Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 13.31- Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço.
- 13.32- Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas, do patrimônio da contratante ou bens de terceiros.
- 13.33- Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

13.34- Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

13.35- Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

13.36- Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, qualquer mudança no método de execução do serviço que fuja das especificações constantes deste Termo de Referência.

13.37 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

13.38 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

13.39 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

13.40- Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

13.40.1- O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

13.40.2- Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

13.41 A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

13.41.1 O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

13.41.2 Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

13.41.3 Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

13.42- Apresentar nos primeiros 60 (sessenta) dias de Contrato, e anualmente, o PPRA - Programa de Prevenção aos Riscos Ambientais e o PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional. A não apresentação das documentações será caracterizada como inexecução parcial do Contrato, passível de aplicação de penalidades previstas em Contrato.

13.42.1- Apresentar nos primeiros 30 (trinta) dias de Contrato, e anualmente, o ASO – Atestado de Saúde Ocupacional de cada trabalhador do contrato, em conformidade com a norma.

13.43- Quando necessário, providenciar meios de locomoção entre os campi para seus empregados executarem as tarefas em todas as unidades, fornecer os recursos técnicos, materiais e aparelhos indispensáveis, tais como: (transporte, telefone, rádio de comunicação, etc) ao bom exercício do trabalho do supervisor, ficando sob sua responsabilidade todas as despesas decorrentes da operação e manutenção dos mesmos;

13.44- Manter rigoroso controle de frequência dos seus empregados, devendo utilizar métodos apropriados de averiguação, como ponto eletrônico biométrico com emissão de comprovante ao trabalhador; no quantitativo adequado;

13.44.1 Excepcionalmente, a Contratada deverá prover meios eletrônicos de controle de frequência aos seus profissionais impossibilitados de registrar o ponto através da biometria, devido à falha na impressão digital

13.45 Conforme Art. 157, inciso I da Consolidação das Leis Trabalhistas-CLT, a Contratada deverá fornecer armários em número suficiente para a guarda dos pertences dos profissionais e troca diária dos uniformes, com separação interna (p/ roupa limpa e suja), conforme disposto na planilha de custos e formação de preços. Os armários ficarão em local indicado pelo Fiscal do Contrato, sob a responsabilidade da Empresa Contratada;

13.46 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos neste Termo de Referência com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação, bem como observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios.

13.47 Orientar aos seus empregados, que cheguem aos locais de trabalho com antecedência para início de sua jornada no posto de trabalho, devidamente uniformizados de forma a iniciarem as atividades no horário estabelecido para cada turno;

13.48 Apresentar ao Fiscal do Contrato a relação nominal dos profissionais que prestarão serviço mencionando os dados cadastrais e, comunicar qualquer alteração quando estas ocorrerem. Preencher o formulário “Ficha de Cadastro para Terceirizado”, o qual será fornecido pela fiscalização do contrato, de todos os trabalhadores vinculados ao Contrato e atualizá-los toda vez que houver saída e/ou entrada de profissionais no contrato;

13.49 No caso de prorrogação contratual, decorridos 12 meses, a Contratada deverá apresentar ao Fiscal com antecedência de 15 dias, o cronograma de férias dos profissionais vinculados ao Contrato, assim como, os dados dos profissionais que os substituirão;

13.50 Responsabilizar-se por quaisquer danos causados por seus empregados ao patrimônio do Contratante, ou de terceiros, provocados por imperícia, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução dos serviços, ainda que, de forma involuntária, devendo adotar dentro do prazo de quarenta e oito horas, as providências determinadas pela Contratante, necessárias ao ressarcimento ou à reposição, conforme o caso, sem prejuízo das demais sanções. Não cabe à Contratante qualquer responsabilidade por atos de negligência de empregados da Contratada durante o horário de trabalho;

13.51- Assumir toda a responsabilidade e adotar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados quando eventualmente acidentados ou com mal súbito, por meio de seus responsáveis, inclusive para atendimento em casos de emergência, observando as orientações médicas e de primeiro socorro, responsabilizando-se por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias e demais exigências legais lhes assegurem no exercício do trabalho, especialmente em caso de acidentes em que venham a ser vitimados;

13.52- Deverá apresentar laudo de periculosidade para verificar a ocorrência de exposição de riscos dos postos contratados, no prazo máximo de 30 dias contados a partir do primeiro dia da vigência contratual. O laudo emitido por autoridade competente poderá ser objeto de avaliação que será realizada pela equipe técnica da Coordenação de Saúde do Trabalhador – Cogepe. Constatada a incidência de alguns dos adicionais, a empresa fica obrigada a pagá-lo a todos os empregados desde o início da execução dos serviços.

13.52.1- A Contratada deverá aprovisionar o percentual de 30% de periculosidade nas planilhas de custo, visando à sustentabilidade jurídico-financeira e isonomia entre os licitantes. Contudo, sua efetiva permanência como custo e correta distribuição dos percentuais versus graus de risco para fins de faturamento, condicionar-se-á ao(s) grau(s) de risco apontado(s) em Laudo Pericial, emitido por Engenheiro ou Médico do trabalho devidamente credenciado no MTE a ser apresentado pela Contratada num prazo de até 30 dias contados a partir do primeiro dia de vigência contratual, conforme previsto no art. 93 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e na CCT. O pagamento efetivo do adicional só poderá ocorrer baseado nesse laudo, entregue à Fiscalização do contrato no prazo supracitado. Caso o laudo indique que não há exposição a riscos na totalidade dos postos ou se for apenas para alguns postos, as planilhas deverão ser alteradas para que o adicional contemple apenas o indicado, devendo haver à revisão dos custos contratuais.

13.53- Realizar ambientação com os novos profissionais que ocuparão os postos de trabalho do contrato, antes da sua assunção aos postos, utilizando a apresentação que será disponibilizada pela Fiocruz, a fim de melhor acolher e integrar os profissionais da contratada a cultura da Instituição.

13.54- Benefícios:

13.54.1- De acordo com a Lei Federal nº 7.418 de 16/12/1985, alterada pela Lei Federal nº 7.619, de 30/09/1987, regulamentada pelo Decreto Federal nº 95.247, de 17/11/1987, todo trabalhador no território nacional tem direito ao custo de seu transporte coletivo para seu deslocamento de ida/volta ao trabalho.

13.54.2- A Contratada fornecerá até o último dia útil do mês anterior auxílio-transporte no real valor das despesas de deslocamento residência – trabalho – residência.

13.54.3- Para estimativa do custo de auxílio transporte, com o intuito de estabelecer o princípio da isonomia da licitação, bem como estabelecer o valor para compensação do auxílio transporte à contratada, a Fiocruz utilizou a seguinte metodologia:

13.54.3.1 Estabeleceu o Bilhete Único Intermunicipal para ida e volta para todos os profissionais dos postos de trabalho;

13.54.4- As despesas decorrentes do auxílio transporte para os profissionais que ultrapassarem o limite estabelecido no item anterior, deverá ser arcada pela empresa contratada, sem ônus à Fiocruz.

13.54.5- Fica a cargo da contratada definir junto aos seus funcionários as modalidades de transporte público para deslocamento até o local da execução dos serviços, considerando as seguintes variações para efeito de pagamento: trens urbanos ou metrô; ônibus municipais e intermunicipais.

13.54.6- O valor que será pago à contratada pelo auxílio-transporte será o mesmo efetivamente pago ao trabalhador, respeitando o valor máximo do Bilhete Único Intermunicipal, conforme disposto em planilha de custo e formação de preços.

13.54.7- Será descontada do custo supracitado, a contrapartida de 6% sobre o salário do terceirizado, exceto quando esta contrapartida for alterada pela Convenção Coletiva de Trabalho da categoria profissional.

13.54.8- A Contratada fornecerá - até o último dia útil do mês anterior o auxílio-alimentação/refeição, que tenha ampla aceitação em estabelecimentos comerciais do ramo, nas condições estabelecidas pelo Acordo ou Convenção Coletiva da categoria, inclusive quanto à contrapartida do trabalhador. A empresa deverá informar à Fiocruz, através de declaração, se é participante do PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador).

13.54.9 A Contratada deverá fornecer Plano de Assistência Médica de acordo com o previsto na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria;

13.54.10 - A Contratada deverá incluir outros benefícios contemplados na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria pois, caso existam, deverão estar previstos na proposta de preços e justificados.

13.54.10.1 A Contratada deverá apresentar a Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria - CCT juntamente com a sua proposta de preços final;

12.54.11- A Contratada deverá cumprir a CLT - Consolidação das Leis do Trabalho e, portanto, deverá apresentar, sempre que solicitado, documentações que evidenciem o cumprimento da Legislação vigente, como: Carteiras de Trabalho, comprovante de depósito de férias, etc. Os prazos para a apresentação das documentações solicitadas estarão descritos no documento de solicitação enviado, pelo Fiscal, à Contratada.

13.54.12- Responsabilizar-se por quaisquer ônus, despesas, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, de acidentes de trabalho, bem como, alimentação, transporte encargos sociais previstos na legislação vigente e demais benefícios, decorrentes da contratação dos serviços como empregadora;

13.54.13- Fornecer à Contratante, sempre que solicitado, a folha de pagamento da Contratada com as respectivas composições salariais de cada categoria profissional, assim como, os comprovantes de recolhimento dos encargos sociais incidentes (trabalhistas previdenciários e tributários);

13.54.14 A contratada deverá observar o disposto no Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT), alterada pela Lei nº13.467/2017, quanto a obrigatoriedade de intervalo para o horário de almoço dos profissionais vinculados na prestação do serviço, não havendo necessidade de substituto. Informamos que na Planilha de Custos e Formação de Preços da Administração não há previsão de intervalo intrajornada.

13.54.15 Informar todos os dados e fornecer o material necessário a para a identificação da mão-de-obra vinculada à prestação dos serviços, sem ônus adicional para a Fiocruz.

14- DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório

15- ALTERAÇÃO SUBJETIVA

15.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16- CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

16.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.2 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para o serviço contratado, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.

16.3 O conjunto de atividades de gestão e fiscalização compete ao gestor da execução do contrato, podendo ser auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, de acordo com as seguintes disposições:

I – Gestão da Execução do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;

II – Fiscalização Técnica: é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização pelo público usuário;

III – Fiscalização Administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;

IV – Fiscalização Setorial: é o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos, quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade; e

V - Fiscalização pelo Público Usuário: é o acompanhamento da execução contratual por pesquisa de satisfação junto ao usuário, com o objetivo de aferir os resultados da prestação dos serviços, os recursos materiais e os procedimentos utilizados pela contratada, quando for o caso, ou outro fator determinante para a avaliação dos aspectos qualitativos do objeto.

16.4 Quando a contratação exigir fiscalização setorial, o órgão ou entidade deverá designar representantes nesses locais para atuarem como fiscais setoriais.

16.5 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

16.6 A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

16.7 Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

a) no primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:

a.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

a.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA; e

a.3. exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços.

b) entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

b.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

b.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

b.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

b.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

c) entrega, quando solicitado pela CONTRATANTE, de quaisquer dos seguintes documentos:

c.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;

c.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador CONTRATANTE;

c.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

c.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

c.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

d) entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

d.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

d.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

d.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

d.4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

16.8 A CONTRATANTE deverá analisar a documentação solicitada na alínea “d” acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

16.9 A portaria com designação de gestor e fiscal será emitida pela autoridade competente, após a formalização do contrato.

16.10 No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

16.11 Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no subitem 16.7 acima deverão ser apresentados.

16.12 Em caso de indicio de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB).

16.13 Em caso de indicio de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficializar ao Ministério do Trabalho.

16.14 O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

16.15 A CONTRATANTE poderá conceder prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

16.16 Além das disposições acima citadas, a fiscalização administrativa observará, ainda, as seguintes diretrizes:

16.16.1 Fiscalização inicial (no momento em que a prestação de serviços é iniciada):

a) Será elaborada planilha-resumo de todo o contrato administrativo, com informações sobre todos os empregados terceirizados que prestam serviços, com os seguintes dados: nome completo, número de inscrição no CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos, sua especificação e quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências e horas extras trabalhadas;

b) Todas as anotações contidas na CTPS dos empregados serão conferidas, a fim de que se possa verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas pela CONTRATADA e pelo empregado;

c) O número de terceirizados por função deve coincidir com o previsto no contrato administrativo;

d) O salário não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT);

e) Serão consultadas eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para a CONTRATADA;

f) Será verificada a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho que obriguem a empresa a fornecer determinados Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

g) No primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

g.1. relação dos empregados, com nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), e indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

g.2. CTPS dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinadas pela contratada;

g.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

g.4. declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.

16.16.2 Fiscalização mensal (a ser feita antes do pagamento da fatura):

a) Deve ser feita a retenção da contribuição previdenciária no valor de 11% (onze por cento) sobre o valor da fatura e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço;

b) Deve ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;

c) Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF;

d) Deverá ser exigida, quando couber, comprovação de que a empresa mantém reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, conforme disposto no art. 66-A da Lei nº 8.666, de 1993.

16.16.3 Fiscalização diária:

a) Devem ser evitadas ordens diretas da CONTRATANTE dirigidas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto.

b) Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, como a negociação de folgas ou a compensação de jornada, deve ser evitada, uma vez que essa conduta é exclusiva da CONTRATADA.

c) Devem ser conferidos, por amostragem, diariamente, os empregados terceirizados que estão prestando serviços e em quais funções, e se estão cumprindo a jornada de trabalho.

16.17 Cabe, ainda, à fiscalização do contrato, verificar se a CONTRATADA observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos empregados, respeita a estabilidade provisória de seus empregados e observa a data-base da categoria prevista na CCT, concedendo os reajustes dos empregados no dia e percentual previstos.

16.17.1 O gestor deverá verificar a necessidade de se proceder a repactuação do contrato, inclusive quanto à necessidade de solicitação da contratada.

16.18 A CONTRATANTE deverá solicitar, por amostragem, aos empregados, seus extratos da conta do FGTS e que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão sendo recolhidas em seus nomes.

16.18.1-Ao final de um ano, todos os empregados devem ter seus extratos avaliados.

16.19 - A CONTRATADA deverá entregar, no prazo de 15 (quinze) dias, quando solicitado pela CONTRATANTE quaisquer dos seguintes documentos:

a) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;

b) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a CONTRATANTE;

c) cópia dos contracheques assinados dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários; e

d) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado.

16.20 A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo 5, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.20.1 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

16.21 Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

16.22 O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

16.23 Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

16.24 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

16.25 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

16.26 O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

16.27 O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

16.28 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

16.29 A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.30 A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

16.31 O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.32 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, conforme disposto nos arts. 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.33 Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

16.33.1 Não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

16.33.2 O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela CONTRATANTE para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

16.33.3 Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da contratada.

16.34 O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

16.34.1 A fiscalização de que trata este tópico não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.35 As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

17- DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

17.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

17.2 No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

17.3 O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, administrativo e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

17.3.1 A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

17.3.1.1 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

17.3.1.2 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

17.3.1.3 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

17.3.1.4 Da mesma forma, ao final de cada período de faturamento mensal, o fiscal administrativo deverá verificar as rotinas previstas no Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017, no que forem aplicáveis à presente contratação, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato;

17.3.2 No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

17.3.2.1 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

17.3.2.2 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

17.3.2.2.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

17.4- No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

17.4.1- Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

- 17.4.2- Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 17.4.3- Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.
- 17.5- O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).
- 17.6- Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

18- DO PAGAMENTO

- 18.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
- 18.1.1- Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 18.2 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência
- 18.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 18.3.1- Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 18.4 O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 18.4.1 o prazo de vencimento;
- 18.4.2 a data da emissão;
- 18.4.3 os dados do contrato e do órgão contratante;
- 18.4.4 o período de prestação dos serviços;
- 18.4.5 o valor a pagar; e
- 18.4.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 18.5 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 18.6 Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 18.6.1 não produziu os resultados acordados;
- 18.6.2 deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 18.6.3 deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 18.7 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 18.8 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 18.9 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 18.10 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 18.11 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 18.12 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 18.13 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 18.13.1- Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 18.14 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
- 18.15 É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 18.16 A parcela mensal a ser paga a título de aviso prévio trabalhado e indenizado corresponderá, no primeiro ano de contratação, ao percentual originalmente fixado na planilha de preços.
- 18.16.1 Não tendo havido a incidência de custos com aviso prévio trabalhado e indenizado, a prorrogação contratual seguinte deverá prever o pagamento do percentual máximo equivalente a 03 (três) dias a mais por ano de serviço, até o limite compatível com o prazo total de vigência contratual.
- 18.16.2- A adequação de pagamento de que trata o subitem anterior deverá ser prevista em termo aditivo.
- 18.16.3 Caso tenha ocorrido a incidência parcial ou total dos custos com aviso prévio trabalhado e/ou indenizado no primeiro ano de contratação, tais rubricas deverão ser mantidas na planilha de forma complementar/proporcional, devendo o órgão contratante esclarecer a metodologia de cálculo adotada.
- 18.17- A Contratante providenciará o desconto na fatura a ser paga do valor global pago a título de vale-transporte em relação aos empregados da Contratada que expressamente optaram por não receber o benefício previsto na Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, regulamentado pelo Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1987.
- 18.18 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6 / 100)	I = 0,00016438
----------	-----	-------------	----------------

	365	TX = Percentual da taxa anual = 6%
--	-----	------------------------------------

19- DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA

19.1 Para atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MP N. 5/2017, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 são as estabelecidas neste Termo de Referência.

19.2 A futura Contratada deve autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

19.2.1 Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

19.3 A CONTRATADA autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da referida norma.

19.4 O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

19.4.1 13º (décimo terceiro) salário;

19.4.2 Férias e um terço constitucional de férias;

19.4.3 Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

19.4.4 Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

19.4.5 Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

19.5 O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança *pro rata die*, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta licitação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

19.6 Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital que sejam retidos por meio da conta-depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

19.7 Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

19.8 A empresa contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

19.8.1 Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

19.8.2 A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

19.8.3 A empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

19.9 O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 da IN SEGES/MP n. 5/2017.

20- DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO (REPACTUAÇÃO)

20.1 Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado no Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto nº 9.507, de 2018, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

20.2 A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

20.3 O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

20.3.1 Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

20.3.2 Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;

20.3.3 Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

20.4 Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

20.5 O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

20.6 Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

20.7 Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

20.7.1 Da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

20.7.2 Do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

20.7.3 Do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

20.8 Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

20.9 Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos,

dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

20.10 É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.

20.11 A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

20.12 Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

20.13 Quando a repactuação se referir aos custos sujeitos à variação dos preços de mercado (insumos não decorrentes da mão de obra), a CONTRATADA demonstrará o respectivo aumento por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, considerando-se a aplicação do índice de reajustamento IPCA, mediante a aplicação da seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual do serviço a ser reajustado;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

20.13.1 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

20.13.2 Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.

20.13.3 Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

20.13.4 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.

20.14 Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

20.14.1 A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

20.14.2 Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

20.14.3 Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

20.15 Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

20.16 A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

20.17 O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

20.18 As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

20.19 O CONTRATADO deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

21. GARANTIA DA EXECUÇÃO

21.1 O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

21.2 No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

21.2.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

21.2.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

21.3 A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

21.4 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

21.4.1- Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

21.4.2- Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

21.4.3 Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

21.4.4 Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

21.5- A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

21.6- A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

21.7- Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

21.8- No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

21.9- No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

21.10- Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que for notificada.

21.11 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

21.12 Será considerada extinta a garantia:

21.12.1 Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

21.12.2 No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da

comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

21.13 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

21.14 A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste TR.

21.15 A garantia da contratação somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 8º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria.

21.15.1 Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho

21.16 Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

22- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

22.1.1 Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

22.1.2 Ensejar o retardamento da execução do objeto;

22.1.3 Falhar ou fraudar na execução do contrato;

22.1.4 Comportar-se de modo inidôneo; ou

22.1.5 Cometer fraude fiscal.

22.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

22.2.1 Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

22.2.2 Multa de:

22.2.2.1- 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

22.2.2.2- 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

22.2.2.3- 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

22.2.2.4- 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

22.2.2.5- 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

22.2.2.6- As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

22.2.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

22.2.4 Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

22.4.1 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 22.1 deste Termo de Referência

22.2.5- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

22.3 As sanções previstas nos subitens 22.2.1, 22.2.3, 22.2.4 e 22.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

22.4 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01

7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

22.5- Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

22.5.1- Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

22.5.2- Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

22.5.3- Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

22.6- A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

22.7- As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

22.7.1- A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

22.8- Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

22.9- A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

22.10- Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

22.11- A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

22.12- O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

22.13- As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22.14- Comete infração administrativa nos termos da Portaria nº 150/2019-Cogead Fiocruz:

22.14.1 DAS SANÇÕES

22.14.1.1 Não assinar o contrato/ata de registro de preços ou não aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF pelo período de 4 (quatro) meses;

22.14.1.2 Deixar de entregar documentação exigida para o certame:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;

22.14.1.3 Fizer declaração falsa ou apresentar documentação falsa:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 24 (vinte e quatro) meses;

22.14.1.4 Ensejar o retardamento da execução do objeto:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 4 (quatro) meses;

22.14.1.5 Não manter a proposta:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 4 (quatro) meses;

22.14.1.6 Falhar na execução do contrato:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses;

22.14.1.7 Fraudar na execução do contrato:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 30 (trinta) meses;

22.14.1.8 Comportar-se de modo inidôneo:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 24 (vinte e quatro) meses; e

22.14.1.9 Cometer fraude Fiscal:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 40 (quarenta) meses;

22.14.2 AGRAVANTES:

As sanções previstas no item 22.14.1 poderão ser majoradas em 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, até o limite de 60 (sessenta) meses, em decorrência do seguinte:

22.14.2.1 Quando restar comprovado que o licitante ou contratado tenha registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores- SICAF de penalidade aplicada no âmbito da Fiocruz, em decorrência da prática de qualquer das condutas tipificadas na presente norma, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;

22.14.2.2 Quando restar comprovado que o licitante tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

22.14.2.3 Quando o licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução de processo licitatório;

22.14.2.4 Quando restar comprovado que o licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

As penas previstas nos subitens 22.14.1.1, 22.14.1.2, 22.14.1.4 e 22.14.1.5 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, após a incidência do previsto no item 3.0 da Portaria nº 150/2019 – Cogead/Fiocruz, quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em decorrência de qualquer das seguintes.

22.14.3 ATENUANTES

22.14.3.1 A conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha não controlada e provocada pelo licitante ou contratado;

22.14.3.2 A conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou

22.14.3.3 A conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que evidenciado equívoco em seu encaminhamento e a ausência de dolo.

22.14.3.4 A penalidade a que se refere ao subitem 22.14.1.2 será afastada quando a entrega da documentação ocorrer fora dos prazos estabelecidos, desde que não tenha acarretado prejuízos à Administração, observando-se ainda, cumulativamente, que:

22.14.3.4.1 A documentação entregue esteja correta e adequada ao que fora solicitado;

22.14.3.4.2 O eventual atraso no cumprimento dos prazos não seja superior à sua quarta parte;

22.14.3.4.3 Não tenha ocorrido nenhuma hipótese de agravantes prevista no item 5.0 da Portaria nº 150/2019 – Cogead/Fiocruz; e

22.14.3.5 O licitante faltoso não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência da prática de quaisquer condutas tipificadas na presente norma em procedimentos licitatórios ou em contratações ocorridas nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em razão do qual será aplicada a penalidade.

22.14.4 ATENUANTES

22.14.4.1 Quando da ação ou omissão do licitante ou contratante ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave;

22.14.4.2 A Aplicação das penas previstas nesta portaria não se exclui a possibilidade de aplicação de outras sanções previstas no edital, no contrato ou na legislação vigente, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, inclusive por perdas e danos causados à Administração;

22.14.4.3 Na apuração dos fatos de que trata a portaria, a Administração atuará com base no princípio da boa-fé objetiva, assegurando ao licitante ou ao contratante a ampla defesa e o contraditório, o direito de juntar todo e qualquer meio de prova necessário à sua defesa, podendo, inclusive, requerer diligências;

22.14.4.4 No estabelecimento da pena, obrigatoriamente, havendo concomitantemente fatores agravantes e atenuantes descritos nos itens acima. O Cálculo para dosimetria da sanção considerará primeiro os fatores agravantes conforme previsto no 20.3.2 para a majoração da pena e em seguida aplicar-se os fatores atenuantes, uma única vez, conforme descrito no item 20.3.3 para a redução da pena.

23- CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

23.1- As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

23.2- Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

23.3- Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão os previstos neste instrumento, conforme descrição abaixo:

23.3.1 Comprovar aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação.

23.3.2 A licitante deverá apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica em nome da empresa licitante, comprovando o desempenho de atividade, conforme detalhado e nas conformidades deste Termo de Referência, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

23.3.3 Atestado de prestação de serviço de Segurança/Vigilância Patrimonial com envolvimento de mão de obra residente, com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos totais de profissionais, conforme estabelecido no item 10.1.3 e anexo 1 deste Termo de Referência.

23.3.3.1 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

23.3.3.2 Serão aceitos o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado por período não inferior a 3 (três) anos.

23.3.3.3 Para fins de comprovação que trata o item 5, deste Termo de Referência será admitida a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, não havendo a obrigatoriedade de os 3 anos serem ininterruptos.

23.3.3.4 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

23.3.3.5 Poderá ser admitida, para fim de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviço executados de forma concomitante, pois esta situação se equivale, para fins de capacidade técnicas operacionais, a uma única contratação.

23.3.3.6 O licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

23.4 - O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

23.5- As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

24- ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

24.1- O custo estimado da contratação é de R\$ 24.653.449,81 (vinte e quatro milhões, seiscentos e cinquenta e três mil quatrocentos e quarenta e nove reais e oitenta e um centavos)

24.2- Tal valor foi obtido a partir do preenchimento da planilha de custos e formação de preços, através do estabelecido na Convenção Coletiva de Trabalho 2021/- CCT Sindvigilância, na Legislação Trabalhista e Previdenciária, no Guia de Orientação sobre os aspectos gerais na contratação de Serviços de Vigilância Patrimonial no âmbito da Administração Pública Federal, na divulgação/publicação de processos licitatórios de outros órgãos públicos em consulta ao Portal Comprasnet, bem como pesquisa realizada a partir de bancos de preços públicos.

25- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

25.1. Os Recursos Orçamentários para a despesa estão enquadrados conforme abaixo:

25.1.1. Projeto / Processo: 2115.2000.003.24498

25.1.2 Programa de Trabalho: 101.220.032.2000.0033;

25.1.3 Elemento de Despesa: 3.3.90.37.03 – Vigilância Ostensiva

25.1.4 Fonte de Recurso: 06151000000

25.2 Esta contratação está prevista no Planejamento de Contratação Anual sob código CatServ nº 24015.

26 - DOS ANEXOS.

26.1 Integram e complementam este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I - Locais Específicos com Definição Quantidade de Postos de Trabalhos Diurnos e Noturnos

Anexo II - Uniformes

Anexo III - Equipamentos, Utensílios, materiais e Armários

Anexo IV- Motocicleta e Veículo (Carro)

Anexo V - Instrumento de Medição de Resultado - IMR

Anexo VI- Estudo Técnico Preliminar - ETP Digital nº 44/2021

Servidor responsável pela elaboração do Termo de Referência:

Ronaldo Gomes

Aprovação - Área Técnica

Claudionor da Silva Lima

Gestão de Vigilância e Segurança Patrimonial

Aprovação - Área Administrativa
Darcy Rodrigues

De Acordo
Coordenação de Serviços Operacionais

Autorizo
Coordenação Geral de Infraestrutura do Campus

ANEXO I - LOCAIS ESPECÍFICOS COM DEFINIÇÃO QUANTIDADE DE POSTOS DE TRABALHOS DIURNOS E NOTURNOS

Campus Manguinhos (DIURNO)						
Avenida Brasil, nº 4.365, Manguinhos – Rio de Janeiro - RJ						
Gêlo. Postos	Cargo/Função	C. B. O.	Localização do Posto	Escala	Horário	Nº de Profissionais Envolvidos
01	Gestor de Segurança DEARMADO (TERNO)	2526-05	DVSP/COGIC DVSP – Train. Ensino de Sag	5 x 2	08:00 as 17:48	44 Horas/Sem.
01	Supervisor de Área DEARMADO (TERNO)	5103-10	DVSP/COGIC Supervisão/Base/DVSP	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.
01	Supervisor de Área DEARMADO (TERNO)	5103-10	DVSP/COGIC Supervisão/Ronda Mtz	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.
01	Vigilante Motoralista ARMADO de Moto + Coleta	5173-30	DVSP/COGIC Ronda Motorizada – Área 1	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.
01	Vigilante Motoralista ARMADO de Moto + Coleta	5173-30	DVSP/COGIC Ronda Motorizada – Área 2	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.
01	Vigilante Motoralista ARMADO de Moto + Coleta	5173-30	DVSP/COGIC Ronda Motorizada – Área 3	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.
01	Vigilante Motoralista ARMADO de Moto + Coleta	5173-30	DVSP/COGIC Ronda Motorizada – Área 4	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.
01	Vigilante Motoralista ARMADO de Moto + Coleta	5173-30	DVSP/COGIC Ronda Motorizada – Área 5	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.
01	Vigilante Motoralista ARMADO de Moto + Coleta	5173-30	DVSP/COGIC Ronda Motorizada – Área 6	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.
01	Vigilante Ch. Turma ARMADO de Moto + Coleta	5173-30	BIOMANGUINHOS Vigite Lider/Biomanguinhos	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.
01	Vigilante Patrimonial ARMADO de Coleta	5173-30	BIOMANGUINHOS PCA – 1/Portaria CTV	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.
01	Vigilante Patrimonial ARMADO de Coleta	5173-30	BIOMANGUINHOS PCA – 1/Portaria CTV	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.
01	Vigilante Patrimonial ARMADO de Coleta	5173-30	BIOMANGUINHOS Konosuke Fukai/Acessos	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.
01	Vigilante Patrimonial ARMADO de Coleta	5173-30	BIOMANGUINHOS PCA – 2/Portão CEAPA	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.
01	Vigilante Patrimonial ARMADO de Coleta	5173-30	BIOMANGUINHOS PCA – 3/Portão Engenharia	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.
01	Vigilante Patrimonial ARMADO de Coleta	5173-30	BIOMANGUINHOS PCA – 4/Portão Oficinas	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.
01	Vigilante Patrimonial ARMADO de Coleta	5173-30	BIOMANGUINHOS PCA – 5/Portaria da ETE	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.
01	Vigilante Patrimonial ARMADO de Coleta	5173-30	BIOMANGUINHOS PCA – 6/Acesso LAEAN	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.
01	Vigilante Patrimonial ARMADO de Coleta	5173-30	BIOMANGUINHOS ROCHA LIMA/Rondante	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.
01	Vigilante Patrimonial ARMADO de Coleta	5173-30	BIOMANGUINHOS Pátio da Piramitologia	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.
01	Vigilante Patrimonial ARMADO de Coleta	5173-30	BIOMANGUINHOS Sala de Freezers/Acessos	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.
01	Vigilante Patrimonial DEARMADO	5173-30	BIOMANGUINHOS DOCAS/DEPFI	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.
01	Vigilante Patrimonial ARMADO de Coleta	5173-30	BIOMANGUINHOS ROCKELLER/LAUJO	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.
01	Vigilante Patrimonial DEARMADO	5173-30	BIOMANGUINHOS CTV-SEPAT/Portaria CTV	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.
01	Vigilante Ch. Turma ARMADO de Moto + Coleta	5173-30	DVSP/COGIC Vigite Lider/Port Leop. Bulhões	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.
01	Vigilante Patrimonial ARMADO de Moto + Coleta	5173-30	DVSP/COGIC Portaria Leopoldo Bulhões	12 x 36	07:00 as 18:00	84 Horas/Sem.
01	Vigilante Patrimonial ARMADO de Moto + Coleta	5173-30	DVSP/COGIC Portaria Leopoldo Bulhões	12 x 36	07:00 as 18:00	84 Horas/Sem.
01	Vigilante Patrimonial ARMADO de Moto + Coleta	5173-30	DVSP/COGIC Portaria Farnanguinhos	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.
01	Vigilante Patrimonial ARMADO de Moto + Coleta	5173-30	DVSP/COGIC Portaria Farnanguinhos	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.
01	Vigilante Patrimonial ARMADO de Moto + Coleta	5173-30	DVSP/COGIC Portaria Zero Dois	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.
01	Vigilante Ch. Turma ARMADO de Moto + Coleta	5173-30	DVSP/COGIC Vigite Lider/Port Brasil 1	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.
01	Vigilante Patrimonial ARMADO de Moto + Coleta	5173-30	DVSP/COGIC Portaria Av. Brasil 1	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.
01	Vigilante Patrimonial ARMADO de Moto + Coleta	5173-30	DVSP/COGIC Portaria Av. Brasil 1	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.
01	Vigilante Patrimonial ARMADO de Moto + Coleta	5173-30	DVSP/COGIC Portaria Av. Brasil 2	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.
01	Vigilante Ch. Turma ARMADO de Moto + Coleta	5173-30	DVSP/COGIC Vigite Lider/Port Pesados	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.
01	Vigilante Patrimonial ARMADO de Moto + Coleta	5173-30	DVSP/COGIC Portaria de Pesados	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.
01	Vigilante Patrimonial ARMADO de Moto + Coleta	5173-30	COGIC Portaria de Pesados	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.
01	Vigilante Patrimonial ARMADO de Moto + Coleta	5173-30	DVSP/COGIC Bc do Brasil/Estão. Biblioteca	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.
01	Vigilante Patrimonial ARMADO de Moto + Coleta	5173-30	DVSP/COGIC CDHS/SETRAN	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.
01	Vigilante Patrimonial DEARMADO	5173-30	DVSP/COGIC COF – Centro de Op. Fio Cruz	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.
01	Vigilante Patrimonial ARMADO de Moto + Coleta	5173-30	COO Canal Saúde	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.
01	Vigilante Patrimonial DEARMADO (TERNO)	5173-30	ENSP Escola Politécnica	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.
01	Vigilante Patrimonial ARMADO de Moto + Coleta	5173-30	ENSP Guarita Torres Homem	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.
01	Vigilante Patrimonial ARMADO de Moto + Coleta	5173-30	FARMANGUINHOS Fundos	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.
01	Vigilante Patrimonial ARMADO de Moto + Coleta	5173-30	ICTB Guarita da Piramitologia	12 x 36	07:00 as 18:00	84 Horas/Sem.
01	Vigilante Patrimonial ARMADO de Moto + Coleta	5173-30	IOC Lauro Travasso	12 x 36	07:00 as 18:00	84 Horas/Sem.
01	Vigilante Patrimonial ARMADO de Moto + Coleta	5173-30	IOC Cardoso Fontes	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.
01	Vigilante Patrimonial ARMADO de Moto + Coleta	5173-30	IOC Pavilhão Arthur Neiva	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.
01	Vigilante Patrimonial ARMADO de Moto + Coleta	5173-30	CDTS	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.
01	Vigilante Patrimonial ARMADO de Moto + Coleta	5173-30	INI SEMAG	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.
01	Vigilante Patrimonial ARMADO de Moto + Coleta	5173-30	INI Pátio/Estacionamento	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.
01	Vigilante Patrimonial ARMADO de Moto + Coleta	5173-30	INI Pavilhão 34/Fundos	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.
01	Vigilante Patrimonial ARMADO de Moto + Coleta	5173-30	PRESIDENCIA ASFOC / NUST	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.
01	Vigilante Patrimonial DEARMADO (TERNO)	5173-30	PRESIDENCIA Pav. Mourisco (Castelo)	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.
01	Vigilante Patrimonial DEARMADO (TERNO)	5173-30	PRESIDENCIA Pav. Mourisco (Castelo)	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.
01	Vigilante Patrimonial ARMADO de Moto + Coleta	5173-30	PRESIDENCIA Pq Pasteur/Pq Relógio/Cx Elet	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.
01	Vigilante Patrimonial ARMADO de Moto + Coleta	5173-30	PRESIDENCIA Centro de Testagem	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.
58	Total de Postos DIURNOS Campus Manguinhos		Total de Profissionais DIURNOS Campus Manguinhos			115

Campus Manguninhos (NOTURNO)							
Avenida Brasil, nº 4.365, Manguninhos – Rio de Janeiro - RJ							
Gênero, Posto	Cargo/Função	C. B. O.	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária	Nº de Profissionais Envolvidos
01	Supervisor de Área DEARMADO	5103-10	DVSP/COGIC Supervisão/Baixa DVSP	12 x 36	18:00 as 08:00	84 Horas/Sem.	02
01	Supervisor de Área DEARMADO	5103-10	DVSP/COGIC Supervisão/Ronda Mtz	12 x 36	18:00 as 08:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Motorista ARMADO de Moto + Coleta + Lanterna	5173-30	DVSP/COGIC Ronda Motorizada – Área 1	12 x 36	18:00 as 08:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Motorista ARMADO de Moto + Coleta + Lanterna	5173-30	DVSP/COGIC Ronda Motorizada – Área 2	12 x 36	18:00 as 08:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Motorista ARMADO de Moto + Coleta + Lanterna	5173-30	DVSP/COGIC Ronda Motorizada – Área 3	12 x 36	18:00 as 08:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Motorista ARMADO de Moto + Coleta + Lanterna	5173-30	DVSP/COGIC Ronda Motorizada – Área 4	12 x 36	18:00 as 08:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Motorista ARMADO de Moto + Coleta + Lanterna	5173-30	DVSP/COGIC Ronda Motorizada – Área 5	12 x 36	18:00 as 08:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Motorista ARMADO de Moto + Coleta + Lanterna	5173-30	DVSP/COGIC Ronda Motorizada – Área 6	12 x 36	18:00 as 08:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Ch. Turma ARMADO + Coleta + Lanterna	5173-30	BIOMANGUINHOS Vigite Lider/Biomanguninhos	12 x 36	18:00 as 08:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Coleta + Lanterna	5173-30	BIOMANGUINHOS PCA – 1/Portaria CTV	12 x 36	18:00 as 08:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Coleta + Lanterna	5173-30	BIOMANGUINHOS PCA – 1/Portaria CTV	12 x 36	18:00 as 08:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Coleta + Lanterna	5173-30	BIOMANGUINHOS Konosuke Fukai/Acessos	12 x 36	18:00 as 08:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Coleta + Lanterna	5173-30	BIOMANGUINHOS PCA – 2/Portão CEAPA	12 x 36	18:00 as 08:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Coleta + Lanterna	5173-30	BIOMANGUINHOS PCA – 3/Portão Engenharia	12 x 36	18:00 as 08:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Coleta + Lanterna	5173-30	BIOMANGUINHOS PCA – 4/Portão Oficinas	12 x 36	18:00 as 08:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Coleta + Lanterna	5173-30	BIOMANGUINHOS PCA – 5/Portaria da ETE	12 x 36	18:00 as 08:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Coleta + Lanterna	5173-30	BIOMANGUINHOS PCA – 6/Acesso LAEAN	12 x 36	18:00 as 08:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Coleta + Lanterna	5173-30	BIOMANGUINHOS ROCHA LIMA/Rondante	12 x 36	18:00 as 08:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Coleta + Lanterna	5173-30	BIOMANGUINHOS Pátio CHP/Rondante	12 x 36	18:00 as 08:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Coleta + Lanterna	5173-30	BIOMANGUINHOS Sala de Freezers/Acessos	12 x 36	18:00 as 08:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEARMADO + Lanterna	5173-30	BIOMANGUINHOS OCCAS/DEPH	12 x 36	18:00 as 08:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Coleta + Lanterna	5173-30	BIOMANGUINHOS ROCKFELLER/LALIO	12 x 36	18:00 as 08:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEARMADO + Lanterna	5173-30	BIOMANGUINHOS CFTV-SEPAT/Portaria CTV	12 x 36	18:00 as 08:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Ch. Turma ARMADO + Coleta + Lanterna	5173-30	DVSP/COGIC Vigite Lider/Port Leop. Bulhões	12 x 36	18:00 as 08:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Coleta + Lanterna	5173-30	DVSP/COGIC Portaria Leopoldo Bulhões	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Coleta + Lanterna	5173-30	DVSP/COGIC Portaria Farmanguninhos	12 x 36	18:00 as 08:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Coleta + Lanterna	5173-30	DVSP/COGIC Portaria Farmanguninhos	12 x 36	18:00 as 08:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Coleta + Lanterna	5173-30	DVSP/COGIC Portaria Zero Dois	12 x 36	18:00 as 08:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Ch. Turma ARMADO + Coleta + Lanterna	5173-30	DVSP/COGIC Vigite Lider/Port Brasil 1	12 x 36	18:00 as 08:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Coleta + Lanterna	5173-30	DVSP/COGIC Portaria Av. Brasil 1	12 x 36	18:00 as 08:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Coleta + Lanterna	5173-30	DVSP/COGIC Portaria Av. Brasil 2	12 x 36	18:00 as 08:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Ch. Turma ARMADO + Coleta + Lanterna	5173-30	DVSP/COGIC Vigite Lider/Port Pesados	12 x 36	18:00 as 08:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Coleta + Lanterna	5173-30	DVSP/COGIC Portaria de Pesados	12 x 36	18:00 as 08:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Coleta + Lanterna	5173-30	DVSP/COGIC Bc do Brasil/Estac. Biblioteca	12 x 36	18:00 as 08:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Coleta + Lanterna	5173-30	DVSP/COGIC CDHS/SETRAN	12 x 36	18:00 as 08:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEARMADO + Lanterna	5173-30	DVSP/COGIC COF - Centro de Op. FioCruz	12 x 36	18:00 as 08:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Coleta + Lanterna	5173-30	DVSP/COGIC Perimetral-COGIC (Fundos)	12 x 36	18:00 as 08:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Coleta + Lanterna	5173-30	COC Canal Saúde	12 x 36	18:00 as 08:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEARMADO (trênco) Lanterna	5173-30	ENSP Escola Politécnica	12 x 36	18:00 as 08:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Coleta + Lanterna	5173-30	ENSP Guarda Torres Homem	12 x 36	18:00 as 08:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Coleta + Lanterna	5173-30	FARMANGUINHOS Fundos	12 x 36	18:00 as 08:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Coleta + Lanterna	5173-30	ICTB Guarda da Primatologia	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Coleta + Lanterna	5173-30	IOC Lauro Travassos	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Coleta + Lanterna	5173-30	IOC Cardoso Fontes	12 x 36	18:00 as 08:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Coleta + Lanterna	5173-30	IOC Pavilhão Arthur Neiva	12 x 36	18:00 as 08:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Coleta + Lanterna	5173-30	IOC CDTS	12 x 36	18:00 as 08:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Coleta + Lanterna	5173-30	INI SEMAG	12 x 36	18:00 as 08:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Coleta + Lanterna	5173-30	INI Pátio/Estacionamento	12 x 36	18:00 as 08:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Coleta + Lanterna	5173-30	INI Pavilhão 34/Fundos	12 x 36	18:00 as 08:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Coleta + Lanterna	5173-30	PRESIDÊNCIA ASFOC / NUST	12 x 36	18:00 as 08:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEARMADO (trênco) Lanterna	5173-30	PRESIDÊNCIA Pav. Mourisco (Castelo)	12 x 36	18:00 as 08:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Coleta + Lanterna	5173-30	PRESIDÊNCIA Casa Amarela	12 x 36	18:00 as 08:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Coleta + Lanterna	5173-30	PRESIDÊNCIA Pq Pasteur/Pd Relógio/Cx Elet	12 x 36	18:00 as 08:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Coleta + Lanterna	5173-30	PRESIDÊNCIA Centro de Testagem	12 x 36	18:00 as 08:00	84 Horas/Sem.	02
55	Total de Postos NOTURNOS Campus Manguninhos				Total de Profissionais NOTURNOS Campus Manguninhos		110

Campus Expansão (DIURNO)							
Avenida Brasil, nº 4.036, Manguninhos – Rio de Janeiro - RJ							
Gênero, Posto	Cargo/Função	C. B. O.	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária	Nº de Profissionais Envolvidos
01	Vigilante Ch. Turma ARMADO + Coleta	5173-30	EXPANSÃO Lider/Rondante	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Coleta	5173-30	EXPANSÃO Portaria Principal	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Coleta	5173-30	EXPANSÃO Guarda Frontal	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Coleta	5173-30	EXPANSÃO Guarda Retaguarda	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEARMADO + Lanterna	5173-30	EXPANSÃO FOTEC/Frontal	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Motorista ARMADO + Coleta	5173-30	EXPANSÃO FOTEC/Retaguarda	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.	02
06	Total de Postos DIURNOS Campus Expansão				Total de Profissionais DIURNOS Campus Expansão		12

Campus Expansão (NOTURNO)							
Avenida Brasil, nº 4.036, Manguinhos – Rio de Janeiro - RJ							
Qtde. Postos	Cargo/Função	C. B. O.	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária	Nº de Profissionais Envolvidos
01	Vigilante Ch. Turma DEBARRADO (TERNO) + Coleta + Lancheria	5173-30	EXPANSÃO Lider/Rondante	12 x 36	18:00 as 06:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEBARRADO (TERNO) + Coleta + Lancheria	5173-30	EXPANSÃO Guarda Frontal	12 x 36	18:00 as 06:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEBARRADO (TERNO) + Coleta + Lancheria	5173-30	EXPANSÃO Guarda Retaguarda	12 x 36	18:00 as 06:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEBARRADO (TERNO) + Coleta + Lancheria	5173-30	EXPANSÃO ROTEC/Retaguarda	12 x 36	18:00 as 06:00	84 Horas/Sem.	02
04	Total de Postos NOTURNOS Campus Expansão		Total de Profissionais NOTURNOS Campus Expansão				08

Campus Flamengo - IFF - Instituto Fernandes Figueira (DIURNO)							
Avenida Rui Barbosa, nº 716, Flamengo – Rio de Janeiro - RJ							
Qtde. Postos	Cargo/Função	C. B. O.	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária	Nº de Profissionais Envolvidos
01	Vigilante Ch. Turma DEBARRADO (TERNO) + Fone Autômat	5173-30	IFF Vigite Lider/Rondante	12 x 36	07:00 as 19:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEBARRADO (TERNO) + Fone Autômat	5173-30	IFF Portão de Veículos	12 x 36	07:00 as 19:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEBARRADO (TERNO) + Fone Autômat	5173-30	IFF Portão de Pedestres	12 x 36	07:00 as 19:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEBARRADO (TERNO) + Fone Autômat	5173-30	IFF Hall 2º andar	12 x 36	07:00 as 19:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEBARRADO (TERNO) + Fone Autômat	5173-30	IFF Maternidade 3º andar	12 x 36	07:00 as 19:00	84 Horas/Sem.	02
05	Total de Postos NOTURNOS Campus IFF		Total de Profissionais NOTURNOS Campus IFF				10

Campus Flamengo - IFF - Instituto Fernandes Figueira (NOTURNO)							
Avenida Rui Barbosa, nº 716, Flamengo – Rio de Janeiro - RJ							
Qtde. Postos	Cargo/Função	C. B. O.	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária	Nº de Profissionais Envolvidos
01	Vigilante Ch. Turma DEBARRADO (TERNO) + Fone Autômat	5173-30	IFF Vigite Lider/Rondante	2 x 36	00 as 07:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEBARRADO (TERNO) + Fone Autômat	5173-30	IFF Portão de Veículos	2 x 36	00 as 07:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEBARRADO (TERNO) + Fone Autômat	5173-30	IFF Portão de Pedestres	2 x 36	00 as 07:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEBARRADO (TERNO) + Fone Autômat	5173-30	IFF Hall 2º andar	2 x 36	00 as 07:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEBARRADO (TERNO) + Fone Autômat	5173-30	IFF Maternidade 3º andar	2 x 36	00 as 07:00	84 Horas/Sem.	02
05	Total de Postos NOTURNOS Campus IFF		Total de Profissionais NOTURNOS Campus IFF				10

Campus CTM – Complexo Tecnológico de Medicamentos (DIURNO)							
Avenida Comandante Guarany, nº 447, Jacarepaguá – Rio de Janeiro – RJ							
Qtde. Postos	Cargo/Função	C. B. O.	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária	Nº de Profissionais Envolvidos
01	Supervisor de Área DEBARRADO (TERNO)	5103-10	CTM Supervisão/Rondante	5 x 2	08:00 as 17:48	44 Horas/Sem.	01
01	Vigilante Ch. Turma DEBARRADO (TERNO) + Coleta	5173-30	CTM Vigite Lider/Rondante	12 x 36	07:00 as 19:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEBARRADO (TERNO) + Coleta	5173-30	CTM Portaria de Acesso Principal	12 x 36	07:00 as 19:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEBARRADO (TERNO) + Coleta	5173-30	CTM Portão Principal de Veículos	12 x 36	07:00 as 19:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEBARRADO (TERNO) + Coleta	5173-30	CTM Portão de Apoio Lateral	12 x 36	07:00 as 19:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEBARRADO (TERNO) + Coleta	5173-30	CTM Flexograma	12 x 36	07:00 as 19:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEBARRADO (TERNO) + Coleta	5173-30	CTM Docas Prédio 10-B	12 x 36	07:00 as 19:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEBARRADO (TERNO) + Coleta	5173-30	CTM ETE / Prédio 70	12 x 36	07:00 as 19:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEBARRADO (TERNO) + Coleta	5173-30	CTM Docas / Prédio 70	12 x 36	07:00 as 19:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEBARRADO (TERNO) + Coleta	5173-30	CTM Portão de Cargas	12 x 36	07:00 as 19:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEBARRADO (TERNO) + Coleta	5173-30	CTM Docas Prédio 40	12 x 36	07:00 as 19:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEBARRADO (TERNO) + Coleta	5173-30	CTM Prédio 100 / Prédio 10-B	12 x 36	07:00 as 19:00	84 Horas/Sem.	02
12	Total de Postos DIURNOS Campus CTM		Total de Profissionais DIURNOS Campus CTM				23

Campus CTM – Complexo Tecnológico de Medicamentos (NOTURNO)							
Avenida Comandante Guarany, nº 447, Jacarepaguá – Rio de Janeiro – RJ							
Qtde. Postos	Cargo/Função	C. B. O.	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária	Nº de Profissionais Envolvidos
01	Vigilante Ch. Turma DEBARRADO (TERNO) + Coleta + Lancheria	5173-30	CTM Vigite Lider/Rondante	12 x 36	19:00 as 07:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEBARRADO (TERNO) + Coleta + Lancheria	5173-30	CTM Portaria de Acesso Principal	12 x 36	19:00 as 07:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEBARRADO (TERNO) + Coleta + Lancheria	5173-30	CTM Portão Principal de Veículos	12 x 36	19:00 as 07:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEBARRADO (TERNO) + Coleta + Lancheria	5173-30	CTM Portão de Apoio Lateral	12 x 36	19:00 as 07:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEBARRADO (TERNO) + Coleta + Lancheria	5173-30	CTM Flexograma	12 x 36	19:00 as 07:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEBARRADO (TERNO) + Coleta + Lancheria	5173-30	CTM Docas Prédio 10-B	12 x 36	19:00 as 07:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEBARRADO (TERNO) + Coleta + Lancheria	5173-30	CTM ETE / Prédio 70	12 x 36	19:00 as 07:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEBARRADO (TERNO) + Coleta + Lancheria	5173-30	CTM Docas / Prédio 70	12 x 36	19:00 as 07:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEBARRADO (TERNO) + Coleta + Lancheria	5173-30	CTM Portão de Cargas	12 x 36	19:00 as 07:00	84 Horas/Sem.	02
09	Total de Postos NOTURNOS Campus CTM		Total de Profissionais NOTURNOS Campus CTM				18

Campus Petrópolis - Palácio Itaboraí (DIURNO)								
Rua Visconde de Itaboraí, nº 188, Valparaíso – Petrópolis - RJ								
Gtds. Postos	Cargo/Função	C. B. O.	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária	Nº de Profissionais Envolvidos	
01	Vigilante Patrimonial RELAZADO - Coleta	5173-30	PALÁCIO ITABORAÍ Perímetro Frontal	12 x 36	07:00 as 19:00	84 Horas/Sem.	02	
01	Vigilante Patrimonial RELAZADO - Coleta	5173-30	PALÁCIO ITABORAÍ Perímetro Retaguarda	12 x 36	07:00 as 19:00	84 Horas/Sem.	02	
02	Total de Postos DIURNOS Campus Petrópolis			Total de Profissionais DIURNOS Campus Petrópolis				04

Nota Importante: Os Postos de Trabalho do Campus Petrópolis no endereço do Palácio Itaboraí, estão vinculados à CCT de Vigilante do Município de Petrópolis/RJ.

Campus Petrópolis - Palácio Itaboraí (NOTURNO)								
Rua Visconde de Itaboraí, nº 188, Valparaíso – Petrópolis - RJ								
Gtds. Postos	Cargo/Função	C. B. O.	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária	Nº de Profissionais Envolvidos	
01	Vigilante Patrimonial RELAZADO - Coleta + Lanterna	5173-30	PALÁCIO ITABORAÍ Perímetro Frontal	12 x 36	19:00 as 07:00	84 Horas/Sem.	02	
01	Vigilante Patrimonial RELAZADO - Coleta + Lanterna	5173-30	PALÁCIO ITABORAÍ Perímetro Retaguarda	12 x 36	19:00 as 07:00	84 Horas/Sem.	02	
02	Total de Postos DIURNOS Campus Petrópolis			Total de Profissionais DIURNOS Campus Petrópolis				04

Nota Importante: Os Postos de Trabalho do Campus Petrópolis no endereço do Palácio Itaboraí, estão vinculados à CCT de Vigilante do Município de Petrópolis/RJ.

Campus CFMA – Campus Fiocruz Mata Atlântica (DIURNO)							
Rua Sampaio Correa, S/Nº, Taquara – Rio de Janeiro - RJ							
Qtd. Postos	Cargo/Função	C. B. O.	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária	Nº de Profissionais Envolvidos
01	Supervisor de Área DEBARRADO (TERNO)	5103-30	CFMA Supervisão	5 x 2	07:00 as 16:48	44 Horas/Sem.	01
01	Vigilante Motociclista DEBARRADO c/ Moto	5173-30	CFMA Ronda Motorizada – Área 1	12 x 36	07:00 as 19:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Motociclista DEBARRADO c/ Moto	5173-30	CFMA Ronda Motorizada – Área 2	12 x 36	07:00 as 19:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEBARRADO	5173-30	CFMA Guarita 1 - Sampaio Correia	12 x 36	07:00 as 19:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEBARRADO	5173-30	CFMA Guarita 2 - Cam Cachoeira	12 x 36	07:00 as 19:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEBARRADO	5173-30	CFMA Guarita 3 – Estrada do Fincão	12 x 36	07:00 as 19:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEBARRADO	5173-30	CFMA Guarita 4 - N. Sra. Remédios	12 x 36	07:00 as 19:00	84 Horas/Sem.	02
07	Total de Postos DIURNOS Campus CFMA			Total de Profissionais DIURNOS Campus CFMA			13

Campus CFMA – Campus Fiocruz Mata Atlântica (NOTURNO)								
Rua Sampaio Correa, S/Nº, Taquara – Rio de Janeiro - RJ								
Qtd. Postos	Cargo/Função	C. B. O.	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária	Nº de Profissionais Envolvidos	
01	Vigilante Motociclista DESAZADO c/ Moto LANTERNA	5173-30	CFMA Ronda Motorizada – Área 1	12 x 36	19:00 as 07:00	84 Horas/Sem.	02	
01	Vigilante Motociclista DESAZADO c/ Moto LANTERNA	5173-30	CFMA Ronda Motorizada – Área 2	12 x 36	19:00 as 07:00	84 Horas/Sem.	02	
01	Vigilante Patrimonial DESAZADO LANTERNA	5173-30	CFMA Guarita 1 - Sampaio Correa	12 x 36	19:00 as 07:00	84 Horas/Sem.	02	
01	Vigilante Patrimonial DESAZADO LANTERNA	5173-30	CFMA Guarita 2 – Cam Cachoeira	12 x 36	19:00 as 07:00	84 Horas/Sem.	02	
01	Vigilante Patrimonial DESAZADO LANTERNA	5173-30	CFMA Guarita 3 – Estrada do Fincão	12 x 36	19:00 as 07:00	84 Horas/Sem.	02	
01	Vigilante Patrimonial DESAZADO LANTERNA	5173-30	CFMA Guarita 4 - N. Sra. Remédios	12 x 36	19:00 as 07:00	84 Horas/Sem.	02	
06	Total de Postos NOTURNOS Campus CFMA		Total de Profissionais NOTURNOS Campus CFMA					12

Campus CRPHF - Centro de Referência Professor Hélio Fraga (DIURNO)							
Estrada de Curicica, nº 2.000, Curicica – Rio de Janeiro - RJ							
Qtd. Postos	Cargo/Função	C. B. O.	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária	Nº de Profissionais Envolvidos
01	Vigilante Ch. Turna RELAZADO + Coleta	5173-30	CRPHF Vig. Líder/Rondante	12 x 36	07:00 as 19:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial RELAZADO + Coleta	5173-30	CRPHF Portaria de Veículo	12 x 36	07:00 as 19:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial RELAZADO + Coleta	5173-30	CRPHF Prédio Diretoria/Biblioteca	12 x 36	07:00 as 19:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial RELAZADO + Coleta	5173-30	CRPHF Quadra/Laboratório NB3	12 x 36	07:00 as 19:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial RELAZADO + Coleta	5173-30	CRPHF Hospedaria	12 x 36	07:00 as 19:00	84 Horas/Sem.	02
05	Total de Postos DIURNOS Campus CRPHF			Total de Profissionais DIURNOS Campus CRPHF			10

Campus CRPHF - Centro de Referência Professor Hélio Fraga (NOTURNO)							
Estrada de Curicica, nº 2.000, Curicica – Rio de Janeiro - RJ							
Qtd. Postos	Cargo/Função	C. B. O.	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária	Nº de Profissionais Envolvidos
01	Vigilante Ch. Turna + Coleta + Lanterna RELAZADO	5173-30	CRPHF Vig. Líder/Rondante	12 x 36	19:00 as 07:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial + Coleta + Lanterna RELAZADO	5173-30	CRPHF Portaria de Veículo	12 x 36	19:00 as 07:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial + Coleta + Lanterna RELAZADO	5173-30	CRPHF Quadra/Laboratório NB3	12 x 36	19:00 as 07:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial + Coleta + Lanterna RELAZADO	5173-30	CRPHF Hospedaria	12 x 36	19:00 as 07:00	84 Horas/Sem.	02
04	Total de Postos NOTURNOS Campus CRPHF			Total de Profissionais NOTURNOS Campus CRPHF			08

INERU – Instituto Nacional de Endemias Rurais (DIURNO)							
Estrada da Covanca, nº 66, Tanque – Rio de Janeiro – RJ							
Qtd. Postos	Cargo/Função	C. B. O.	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária	Nº de Profissionais Envolvidos
01	Vigilante Patrimonial INERU + C. O. de L. enfermeira	5173-30	INERU/ENSP Rondante	12 x 36	08:00 as 18:00	84 Horas/Sem.	02
01	Total de Postos DIURNOS INERU/FIOCRUZ		Total de Profissionais DIURNOS INERU/FIOCRUZ				02

INERU – Instituto Nacional de Endemias Rurais (NOTURNO)							
Estrada da Covanca, nº 66, Tanque – Rio de Janeiro – RJ							
Qtd. Postos	Cargo/Função	C. B. O.	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária	Nº de Profissionais Envolvidos
01	Vigilante Patrimonial INERU + C. O. de L. enfermeira	5173-30	INERU/ENSP Rondante	12 x 36	18:00 as 08:00	84 Horas/Sem.	02
01	Total de Postos NOTURNOS INERU/FIOCRUZ		Total de Profissionais NOTURNOS INERU/FIOCRUZ				02

Campus Santa Cruz - CIBS - Complexo Industrial de Biotecnologia em Saúde (DIURNO)							
Avenida Antônio Ermírio de Moraes, S/Nº, Santa Cruz – Rio de Janeiro - RJ							
Qtd. Postos	Cargo/Função	C. B. O.	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária	Nº de Profissionais Envolvidos
01	Vigilante Motorizada DEARMADO ou Moto	5173-30	CFMA Ronda Motorizada	12 x 36	07:00 as 19:00	84 Horas/Sem.	02
01	Total de Postos DIURNOS Campus CIBS		Total de Profissionais DIURNOS Campus CIBS				02

ANEXO II - UNIFORMES

O quantitativo apresentado abaixo **será referente a 01 profissional**, tais quantidades estão inseridas nas abas da planilha de custo de cada categoria.

UNIFORME TERNO	
Descrição	Total
Uniforme velado (blazer com emblema da contratada)	2
Sapato social com solado de borracha	2
Calça	2
Camisa social de manga longa	4
Gravata preta	4
Cinto em couro preto	2
Meia social	4
Crachá de identificação	1

UNIFORME OPERACIONAL	
Descrição	Total
Camisa de manga curta	4
Calça	4
Cinto de Nylon	1
Meias	1
Bota ou sapato de segurança coturno com solado de borracha	2
Quepe com emblema da contratada	2
Japona	1
Capa de Chuva	1
Crachá de identificação	1

Observação 01.: A licitante deverá preencher a aba Uniformes de acordo com as categorias profissionais devendo se atentar para a periodicidade de entrega de novos uniformes aos trabalhadores, conforme Termo de Referência.

Observação 02.: O quantitativo de uniformes indicados pela Administração são os mínimos obrigatórios a serem ofertados pela licitante, podendo a empresa cotar outros itens de acordo com sua especificidade.

Observação 03.: A descrição dos EPIs é meramente exemplificativa, devendo a licitante cotar outros equipamentos de proteção individual necessários para a prestação dos serviços, conforme Norma Regulamentadora vinculada a categoria profissional

ANEXO III- EQUIPAMENTOS ,UTENSÍLIOS, MATERIAIS e ARMÁRIOS

Descrição	Unidade de medida	Quantidade
Armamento conforme legislação pertinente	unidade	73
Munição do armamento conforme legislação pertinente	unidade	876
Capa de colete balístico	unidade	73
Placa balística	unidade	73
Cinto de guarnição de cintura, com coldre e baleiro	unidade	73
Livro Ata pautado, capa dura, 200 folhas numeradas	unidade	104
Armário roupeiro de aço de 16 portas	unidade	14

EQUIPAMENTOS OPERACIONAIS		
Descrição	Unidade de medida	Quantidade
Estação base de Rádio	unidade	1
Rádios Transceptores portáteis	unidade	67

FONES AURICULAR com microfone de lapela e tecla PTT compatível com o rádio transceptor portátil	unidade	5
Lanternas modelo Tático Police ou similar, recarregável (carregador incluso) e com tecnologia Led Cree QS, 3.000w 8.400 lumens, na cor preta com clip/capa para transporte em cintura, também na cor preta.	unidade	83
Coletes refletivos tipo suspensório	unidade	8

Observação 01.: A licitante deverá preencher nesta planilha a estimativa de custos unitários dos equipamentos, utensílios, materiais e armários de acordo com a categoria profissional.

Observação 02.: O quantitativo de equipamentos, utensílios, materiais e armários indicadas pela Administração são os mínimos obrigatórios a serem ofertados pela licitante, podendo a empresa cotar outros equipamentos, utensílios e materiais para perfeita execução dos serviços.

Observação 03.: A licitante deverá informar ainda a durabilidade (depreciação) de cada equipamento, ferramenta e mobiliário (armários). Estes deverão estar em perfeitas condições de uso e serão periodicamente avaliados pela fiscalização do contrato.

Observação 04.: Para efeito de estimativa de preços do mobiliário foi considerado o tempo de vida útil (Depreciação) do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. MCASP 8ª edição, sendo facultado à licitante utilizar outros fatores de acordo com sua discricionariedade.

Observação 05.: A Fiocruz definiu a cotação de 14 armários com 16 portas, conforme disposto na planilha de custos e formação de preços, isto é, o atendimento para apenas 224 (duzentos e vinte e quatro) profissionais, tendo em vista que a Fundação dispõe de armários para os demais trabalhadores.

ANEXO IV- MOTOCICLETA E VEÍCULO (CARRO)

Descrição - MOTOCICLETA	Unidade de Medida	Quantidade	Estimativa de Rodagem para reposição de peças e previsão de km/litro
NXR 160 BROS ESDD Flexone	unidade	10	2.700 Km rodados
Capacete Motociclista	unidade	10	Não se aplica
IPVA + Seguro Obrigatório + Licenciamento	unidade	10	Não se aplica
Pneus e Câmaras	unidade	02	25.000 km rodados
Combustível	litro	01	40 km rodados
Lavagem	unidade	01	2.700 Km rodados
Manutenção de peças em geral			5.000 km rodados

Descrição - VEÍCULO (CARRO)	Unidade de Medida	Quantidade	Estimativa de Rodagem para reposição de peças e previsão de km/litro
Gol 1.0 Flex cód fipe 005490-9	unidade	01	2.700 Km rodados
IPVA + Seguro Obrigatório + Licenciamento	unidade	01	Não se aplica
Pneus e Câmaras	unidade	04	65.000 km rodados
Combustível	litro	01	15 km rodados
Lavagem	unidade	01	2.700 Km rodados
Manutenção de peças em geral			10.000 km rodados

Observação 01.: A licitante deverá informar ainda a durabilidade (depreciação) da motocicleta e do veículo. Estes deverão estar em perfeitas condições de uso e serão periodicamente avaliados pela fiscalização do contrato.

Observação 02.: Para efeito de estimativa de preços foi considerado o tempo de vida útil (Depreciação) do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. MCASP 8ª edição, sendo facultado à licitante utilizar outros fatores de acordo com sua discricionariedade.

Observação 03.: A Planilha de Custo e Formação de Preços utilizada pela Administração considerou veículos próprios (aquisição). A licitante poderá utilizar veículos alugados (locação) devendo adaptar a Planilha de Custo e Formação de Preços modelo da Administração, caso necessário.

ANEXO V - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - IMR

AValiação DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Item	Descrição
Finalidade	Prestar, de forma contínua, serviços de vigilância e segurança patrimonial nos campi Fiocruz RJ, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de uniformes e EPs, materiais e equipamentos para perfeita execução dos serviços.
Meta a cumprir	Executar de modo satisfatório e pontual o objeto contratado nos moldes descritos no Termo de Referência.
Instrumento de medição	Relatório mensal elaborado pela fiscalização.
Forma de acompanhamento	E-mails, relatos formais e demais documentos formulados pelo gestor/fiscal do contrato ou de representante da Contratada que demonstrem ocorrências durante a prestação dos serviços.
Periodicidade	Mensal
Início de Vigência	Data da assinatura do contrato

1 –FINALIDADE

Avaliar os serviços executados de forma periódica, de forma a gerar relatórios mensais que servirão de fator redutor para os cálculos dos valores a serem lançados nas faturas mensais de prestação dos serviços executados, com base nas pontuações constantes dos relatórios. A fiscalização do contrato realizará a consolidação mensal dos resultados do controle da qualidade dos serviços prestados indicando para a empresa Contratada os cálculos para obtenção dos valores a serem faturados, com base nas pontuações constantes dos relatórios.

2 – META A CUMPRIR

Este Instrumento de Medição de Resultado (IMR) defini e padroniza a avaliação de desempenho e qualidade da CONTRATADA na execução prestação de serviços continuados de vigilância e segurança patrimonial nos campi Fiocruz RJ, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de uniformes e EPs, materiais e equipamentos estabelecendo as bases para manter e melhorar a qualidade dos serviços através de um ciclo constante de acordos, monitoramento, relatórios e melhoria dos níveis de serviços indicando às principais irregularidades/impropriedades pertinentes a prestação dos serviços contínuos em todos os locais descritos neste Termo de Referência, não exaurindo as possibilidades de serem aplicadas a Contratada as penalidades previstas neste instrumento

3 - VIGÊNCIA

A execução dos serviços terá início na data prevista e determinada pela Contratante, após a assinatura do contrato.

4 - CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES PARA OS ITENS AVALIADOS:

IMR - VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL

ÓTIMO Plenamente satisfeito, superando expectativas	BOM satisfeito	RUIM Parcialmente satisfeito, precisando melhorar	PÉSSIMO Insatisfeito
--	-------------------	---	-------------------------

A.1. AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS.**A.1.1 QUANTO AOS SERVIÇOS PRESTADOS**

A.1.1.1 Como pode ser classificada a adoção, por parte do serviço de vigilância e segurança patrimonial, dos padrões de controle de acesso de pessoas e veículos?				
A.1.1.2 De forma geral, como podem ser avaliadas as ações relacionadas às informações prestadas aos usuários (trabalhadores, visitantes, etc), pelo serviço de vigilância e segurança patrimonial?				
A.1.1.3 Como pode ser avaliada a ocupação do posto de serviço quanto ao cumprimento do horário e permanência da profissional?				
A.1.1.4 Quando da ausência do profissional do posto, a empresa prestadora de serviços tem até uma hora para fazer a cobertura, utilizando outro profissional. Como tem sido o cumprimento da cobertura para ausências do posto?				
A.1.1.5 As coberturas, no caso de ausências dos profissionais do posto, devem ser feitas utilizando profissionais com o mesmo perfil e habilidades. De que maneira pode ser avaliada a adequação dos perfis dos profissionais de cobertura?				
Como pode ser classificada a observância do tempo máximo para o atendimento às solicitações de serviço recebidas?				

A.1.2 QUANTO AO PROFISSIONAL

A.1.2.1 Bom senso, iniciativa, afabilidade, educação, agilidade e fluência verbal são algumas das competências pessoais necessárias ao profissional. Como podem ser classificadas as competências pessoais do profissional do posto lotado nas portarias ?				
A.1.2.2 Evitar situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequência letais é competência do profissional vigilante patrimonial. Como pode ser classificada essa competência dos profissionais?				
A.1.2.3 Como pode ser classificada o profissional de quanto à apresentação pessoal (uso do uniforme e crachá)?				

A.1.3 QUANTO AO SUPERVISOR DE ÁREA E GESTOR DE SEGURANÇA

A.1.3.1 Dentre outras funções do Supervisor de área e do Gestor de Segurança, estão previstas as atividades de: supervisionar a qualidade e a adequação dos serviços prestados; repassar orientações para trabalhadores e manter contato regular com a Unidade assistida pelos serviços, visando sua conformidade. Em relação aos itens mencionados, como pode ser classificada a atuação do supervisor?				
A.1.3.2 Como pode ser classificado o Supervisor de área e do Gestor de Segurança quanto à apresentação pessoal (uso do uniforme e crachá)?				

A.1.4 SUGESTÕES OU APONTAMENTOS DE OUTRAS SITUAÇÕES IDENTIFICADAS

Resultado Apurado

0 Pontos

Ótimo

0

Bom

0

Ruim

0

Péssimo

0

profissional de quanto à apresentação pessoal (uso do uniforme e crachá)?		<div>Ótimo</div>	<div>Bom</div>	<div>Ruim</div>	<div>Péssimo</div>
5.1. INTERVALOS DE PONTOS PARA LIBERAÇÃO DA FATURA REFERENTE A AVALIAÇÕES DA QUALIDADE:	A.1.3.1 Dentre outras funções do Supervisor de área e do Gestor de Segurança, estão previstas as atividades de: supervisão a qualidade e a adequação dos serviços prestados; repassar orientações para trabalhadores e manter a ordem e a segurança da unidade de saúde.	A.1.3 QUANTO AO SUPERVISOR DE ÁREA E GESTOR DE SEGURANÇA			
	Para obtenção da avaliação Mensal da Unidade de Saúde, os resultados das Avaliações da Qualidade, que corresponde a 100% do Faturamento Mensal da empresa Contratada, serão liberados conforme Intervalo de Pontos alcançados, conforme descrito no item 8 deste Termo de Referência, e tabela abaixo:	<div>Ótimo</div>	<div>Bom</div>	<div>Ruim</div>	<div>Péssimo</div>
Vigilância e Segurança Patrimonial	A.1.3.2 Como pode ser classificado o Supervisor de área e do Gestor de Segurança?	<div>Ótimo</div>	<div>Bom</div>	<div>Ruim</div>	<div>Péssimo</div>
De 9 a 10	Ótimo Liberação 100% da fatura				
6 a 8	Bom Liberação 98,5% da fatura				
3 a 5	Ruim Liberação 96,5% da fatura				
0 a 2	Péssimo Liberação 95% da fatura				
5 - DISPOSIÇÕES GERAIS	Resultado Apurado	<div>Ótimo</div>	<div>Bom</div>	<div>Ruim</div>	<div>Péssimo</div>
	0 Pontos	0	0	0	0
5.1 - A fiscalização do contrato realizará acompanhamento do Instrumento de Medição de Resultado (IMR) por meio de relatórios mensais.					
5.2 - A empresa Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela fiscalização do contrato, desde que comprovada à excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.					
5.5 - A fiscalização do contrato irá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços executados, intervindo para corrigir ou aplicar sanções quando verificado desconformidade contínua da prestação do serviço à qualidade exigida					
5.6 - A Contratada deverá manter registros, controles e informações das adequações de pagamento (descontos) realizadas em sua fatura mensal pelo não atendimento das metas estabelecidas, divulgando a fiscalização do contrato as medidas tomadas para corrigir as inconformidades encontradas nas unidades atendidas.					
5.7 - Apesar da possibilidade de adequação ao pagamento (descontos) na fatura mensal pelo não alcance das metas pré-estabelecidas, a contratualização do Instrumento de Medição de Resultado (IMR) não exclui a possibilidade de aplicação de sanções legais conforme previsto em contrato.					
5.8 - Objetivando a qualidade dos serviços, a CONTRATADA deverá estabelecer procedimentos e condições que permitam a melhoria contínua dos serviços prestados;					
5.9 - O modelo de relatório utilizado para avaliação do Instrumento de Medição de Resultado nas unidades Fiocruz poderá ser atualizado, revisto e sofrer adequações dos serviços quando necessário, sendo uma decisão conjunta entre a CONTRATADA e CONTRATANTE durante a execução contratual.					
5.10 - A empresa Contratada após notificação e ciência das não conformidades encontradas na unidade assistida, deverá estipular prazo em comum acordo entre a unidade e a fiscalização do contrato para solucionar as falhas apontadas que foram causas de desconto na fatura anterior.					
5.11 - Todos os relatórios de Instrumento de Medição de Resultado (IMR) enviados mensalmente a fiscalização do contrato deverão ser datados e assinados por profissionais designados pelas unidades assistidas e servirão de atesto para liberação do pagamento da fatura.					

ANEXO VI- ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP DIGITAL N° 44/2021

1. Informações Básicas

Número do processo: 25389.000275/2020-19

2. Introdução

A Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz é uma instituição vinculada ao Ministério da Saúde, que abriga enorme diversidade de atividades, incluindo o desenvolvimento de pesquisas; a prestação de serviços hospitalares e ambulatoriais de referência em saúde; fabricação de vacinas, medicamentos, reagentes e kits de diagnóstico; o ensino e a formação de recursos humanos; a informação e a comunicação em saúde, ciência e tecnologia; o controle da qualidade de produtos farmacêuticos e serviços de saúde e a implementação de programas sociais. Nesse contexto, servidores e outros profissionais de diversas áreas de conhecimentos técnicos atuam no atendimento às necessidades da sociedade, nos vários *Campi* da Instituição no Brasil e no exterior. Os *Campi* Fiocruz localizados na cidade do Rio de Janeiro abrigam matrizes da Ciência em Saúde Pública do Brasil, necessitando de condições sanitárias e de segurança adequadas a tais funções.

A atuação da Fiocruz no cenário nacional tem contribuído para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira, para a redução das desigualdades sociais e para a dinâmica nacional de inovação, tendo como valor central a defesa do direito à saúde e da ampla cidadania.

3. Descrição da Necessidade

A Coordenação Geral de Infraestrutura dos Campi (Cogic) é responsável pela gestão da infraestrutura da Fiocruz e está presente em todas as atividades da Instituição. Sua missão é de prover conhecimentos e soluções sustentáveis de infraestrutura para a Fiocruz.

Trata-se de Estudo Técnico Preliminar que objetiva identificar a mais efetiva solução para a salvaguarda a segurança do patrimônio público federal, da pesquisa científica, dos servidores, colaboradores, prestadores de serviço, alunos, pacientes e usuários das diversas edificações que compõem os Campi da Fiocruz no Rio de Janeiro.

Para descrever a necessidade da Instituição é necessário entender o problema norteado pelas características peculiares e a finalidade que compõem o conglomerado de edificações, aqui desmembrada em atividades de ensino, pesquisa e assistência a população.

A presente contratação tem como objetivo atender às necessidades dos serviços de vigilância patrimonial armada e desarmada, diurna e noturna, de forma a garantir a segurança das instalações dos Campi Fiocruz Rio de Janeiro, onde estima-se que circulam mais de 10.000 pessoas que utilizam diariamente as dependências da Instituição. Esta população, que supera a população de muitas cidades brasileiras, é constituída por servidores, pesquisadores, trabalhadores, colaboradores, alunos, pacientes e visitantes que, por Lei, a Instituição tem o dever de proteger, assim como o patrimônio público, os acervos, as obras raras e os conhecimentos científicos, para tanto necessitando dispor do serviço de Vigilância Patrimonial.

Trata-se de serviços de segurança essenciais salvaguardar o desenvolvimento das atividades fins da Instituição e será prestado de forma contínua pela sua essencialidade, pois visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público e o funcionamento das atividades finalistas da instituição, de modo que sua interrupção compromete a prestação do serviço público ou o cumprimento da missão institucional, nos termos do artigo 15 da IN nº 05, de 26/05/2017.

Os serviços, a serem prestados por terceiros, demandados destinam-se à realização de atividades de Vigilância e Segurança Patrimonial complementares aos assuntos que constituem a área de competência do Órgão e não são inerentes às atribuições de cargos de seu quadro de servidores.

A abertura de novo processo licitatório justifica-se devido a impossibilidade de renovação contratual com a atual prestadora deste serviço, considerando o prazo máximo de vigência contratual de 60 (sessenta) meses já ter inspirado e o atual contrato encontrar-se em “Emergencial - Pro Rata Temporis”.

Entre os diversos órgãos que compõem a estrutura da Fiocruz, a demandante é a Coordenação Geral de Infraestrutura dos Campi – COGIC que é a responsável, entre outras áreas, pelo gerenciamento e segurança dos espaços físicos, representado por mais de 800 mil m² de área no bairro de Manguinhos, entre outros “Campi” no Estado do Rio de Janeiro.

Nessa premissa de responsabilidade, conforme dispõe o Inciso I do artigo 20 e nos incisos I, III e IV do artigo 23 da Constituição Federal de 1988 (descrito abaixo) é necessário que a COGIC encontre instrumentos para resguardar os bens da União.

Art. 20. São bens da União:

I - os que atualmente lhe pertencem e os que lhe vierem a ser atribuídos;

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.

Portanto, a necessidade de contratação da solução tem como objetivo às necessidades diurnas e noturnas de guarda e zelo para com o patrimônio público, de forma garantir o controle de acesso, a segurança e a defesa dos “Campi” da Fiocruz com suas diversas instalações e edificações, além de possuir um controle efetivo que assegure a integridade dos que transitam na instituição, evitando a depredação, violação, roubo e furto e outras ações que redundem em danos ao patrimônio público federal, decorrente da ação de terceiros.

A presente necessidade deve ser tratada de forma continuada pela sua essencialidade, pois visam atender de forma contínua e permanente, assegurando a integridade do patrimônio público e o funcionamento das atividades finalísticas da instituição, de forma que sua interrupção comprometa a prestação de serviços públicos ou o cumprimento da missão institucional.

Para esta contratação será preciso encontrar a melhor solução para vigilância e segurança patrimonial dos Campi da Fiocruz Rio de Janeiro, considerando a tipicidade do local a ser colocada em prática, conforme as características descritas abaixo:

CAMPUS FIOCRUZ MANGUINHOS:

A FIOCRUZ é uma Instituição Pública do Governo Federal vinculada ao Ministério da Saúde, estando instalada numa área aproximada de 800.000 m², isto só no Bairro de Manguinhos, possuindo mais oito unidades complementares no Estado do Rio de Janeiro, sendo Expansão do Campus (Manguinhos-RJ), IFF - Instituto Fernandes Figueira (Flamengo-RJ), Palácio Itaboraí (Petrópolis-RJ), CTM - Centro Tecnológico de Medicamentos (Jacarepaguá-RJ), CFMA - Campus Fiocruz Mata Atlântica (Taquara-RJ), CRPHF - Centro de Referência Professor Hélio Fraga (Curicica-RJ), INERU - Instituto Nacional de Endemias Rurais (Tanque-RJ) e o CIBS - Complexo Industrial de Biotecnologia em Saúde (Santa Cruz-RJ).

O Campus de Manguinhos é a denominação dada às instalações que se tornaram mais conhecidas, situada na Avenida Brasil nº 4.365 no bairro de Manguinhos no Município do Rio de Janeiro, abrigando a maior parte das Unidades da Fundação. O terreno possui acidentada geografia e densa vegetação entremeada com os mais diversos tipos de construções e finalidades, em sua maioria depositários de grande quantidade de bens públicos de várias características, destinados ao cumprimento da missão institucional junto à sociedade brasileira.

Dentre as construções no Campus Manguinhos, podemos ressaltar: A Biblioteca de Manguinhos pelo acervo que contém e pelas características da construção; A planta Industrial do Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos – BIO-MANGUINHOS que desenvolve vários tipos de vacinas, entre elas a nova valiosíssima vacina contra a Covid-19; O Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde – INCQS que pela natureza das suas atividades mantém parceria com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA; Todos os Almoxxarifados dos “campi” pela guarda de grande quantidade de material tecnológico; O ICTB por sua importante atuação em pesquisa animal com seus laboratórios; O terreno da Primatologia que abriga diversos gaiolas do seu acervo de primatas; As instalações da COGIC com seus departamentos que compõem a infraestrutura, tais como: Meio Ambiente, Engenharia, Arquitetura, Compras, Serviços Gerais, Segurança Patrimonial, entre outros de grande relevância e carentes de defesa e proteção pela sua importante contribuição nos resultados de sucesso nas atividades fins da Fiocruz; As edificações do IOC e do INI com seus modernos laboratórios de pesquisas e atendimento à sociedade; Os Hospitais e Ambulatórios existentes no “campus” com suas excelências de referência no tratamento da COVID-19, A Creche Berta Lutz por abrigar dezenas de crianças; A existência de um posto do Banco do Brasil S/A com terminais de caixas eletrônicos; As edificações e instalações do Museu da Vida com seu Centro de Recepção, Parque Temático, Sede Administrativas, Salão de Exposições, O prédio histórico da Cavalaria e do Pavilhão Arthur Neiva; O Castelo do Pavilhão Mourisco, outrora morada do seu ilustre fundador, o Dr. Oswaldo Cruz e, que até hoje preserva as características originais da época de sua construção, sendo este, o principal ponto de referência e símbolo da instituição, encontrando-se no epicentro de área territorial de alto risco de segurança pelos diversos conflitos armados externo na periferia, oriundos das comunidades adjacentes, espalhados por todo entorno do Campus Manguinhos, tendo como seus limites externos: ao norte com o Rio Faria Timbó, em cuja margem contrária localiza-se a Comunidade da Varginha; ao sul com a Avenida Novo Rio e a Comunidade do Amorim instalada no morro do mesmo nome; a leste com a Avenida Leopoldo Bulhões, em cuja margem contrária localiza-se a Comunidade de Manguinhos; e a oeste com a Avenida Brasil, em cuja margem contrária localiza-se a Comunidade da Maré.

Para o acesso ao Campus Manguinhos é necessário passar por uma triagem de acesso realizada no primeiro anel de proteção da instituição, que se faz por 06 (seis) portarias localizadas: na Av. Brasil nº 4.365, (03 acessos: Portaria Principal [Brasil 1], Portaria de Pedestres [Brasil 2] e Portão de Pesados), na Avenida Novo Rio s/nº, na Rua Sizenando Nabuco nº 100 e na Rua Leopoldo Bulhões, nº 1.480 e, por estas portarias, somam-se um fluxo (anterior a pandemia), de mais de 10.000 (dez mil) pessoas e, também, mais de 1.500 (um mil e quinhentos) veículos passam continuamente por elas, exigindo uma intensiva identificação prévia de pessoas e veículos para a liberação do acesso às instalações no sentido de impedir roubos ou degradação patrimonial, bem como um patrulhamento ostensivo-estratégico a fim de garantir a ordem e a tranquilidade para o bom funcionamento das atividades institucionais.

CAMPUS EXPANSÃO (Manguinhos-RJ):

O Prédio da Expansão do Campus (ex-Delegacia Federal de Saúde) é ocupado por setores de cerca de nove Unidades da Fundação, funcionando como uma Expansão do Campus de Manguinhos – localizada na Avenida Brasil nº 4.036, em frente a sede principal. Trata-se de um único prédio vertical de 11 (onze) andares, situado no centro do terreno, com finalidade essencialmente administrativa, com acesso primário por uma portaria blindada localizada às margens da Av. Brasil.

A planta do terreno da Expansão do Campus, abriga, atualmente, as instalações da Projeto Dengue, as Novas instalações da FIOTEC, a Quadra de Esporte da ASFOC, e por fim, as recentes e modernas instalações do BIOBANCO da Fiocruz.

Pela portaria da Expansão, circulam (anterior a pandemia), cerca de 800 (oitocentas) pessoas e 300 (trezentos) veículos, em sua maioria, servidores e colaboradores, exigindo uma identificação prévia para a liberação de acesso às instalações, bem como um patrulhamento ostensivo por todo seu perímetro. Estas necessidades são reforçadas com a inauguração do BIOBANCO onde é necessário intensificar patrulhamento continuado nos fundos do terreno, onde se encontra o seu ponto mais vulnerável.

CAMPUS IFF (Flamengo-RJ):

Notadamente, um “Campus” de grande relevância e carente de vigilância por 24 horas, pois trata-se do Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (IFF/Fiocruz), é uma unidade de assistência, ensino, pesquisa e desenvolvimento tecnológico da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) localizada na Avenida Rui Barbosa no Bairro do Flamengo na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. Fundado em 1924 pelo médico Antônio Fernandes Figueira com o nome de Abrigo Arthur Bernardes, foi incorporado a Fiocruz nos anos 1970, reconhecido no ano de 2006 como “Hospital” referência em atendimento e promoção da saúde da mulher, criança e adolescente, sendo popularmente reconhecido com “maternidade modelo” com instalações específicas distribuídas, tais como: - Setor de Lactário, Refeitório, CME (Central de Material de Esterilização), Setor de Neurologia, Centro Cirúrgico de Ginecologia (3º andar), Centro Cirúrgico de Obstetrícia (3º andar), Hall de Elevadores, Setor de Laboratório, Pátio Interno 1, Pátio Interno 2, Estacionamento 1, Estacionamento 2, Recepção de Ambulatório Especializado, Setor DIP (Doenças Infecciosas Pediátricas), Setor CIP (Centro de Internação Pediátrica).

O IFF funciona primordialmente como um hospital-maternidade, sendo um Centro de Referência em Neonatologia, recebendo grande quantidade de pacientes que buscam atendimento ambulatorial, chegando a receber cerca de 2.700 (duas mil e setecentas) pessoas diariamente e cerca de 200 (duzentos) veículos, havendo necessidade de controle e identificação prévia para acesso às suas dependências, como ação preventiva de impedir roubos ou degradação patrimonial, além de evitar o acesso de pessoas mal intencionadas na unidade pediátrica, principalmente em relação a saída dos neonatos.

CAMPUS PETRÓPOLIS (Palácio Itaboraí):

O Palácio Itaboraí localiza-se à Rua Visconde de Itaboraí nº 188 do município de Petrópolis, dotado de arquitetura tombada como acervo histórico local, tendo como finalidade a criação do Fórum-Fiocruz. Ele se dedica a encontros de imersão para estudos, pesquisas e para formulação e definição de políticas, além de conferências avançadas, nos campos da Saúde Pública e da Pesquisa Médica, abrigando profissionais de diversas origens institucionais e diversos países (pesquisadores, professores, técnicos, planejadores entre outros). Em momentos de exposições o fluxo chega a atingir 330 (trezentas e trinta) pessoas e 150 (cento e cinquenta) veículos, atuando a vigilância ostensiva no sentido de impedir roubos ou degradação patrimonial na proteção aos Bens da União.

CAMPUS CTM (Jacarepaguá-RJ):

O Instituto de Tecnologia em Fármacos – Farmanguinhos (Jacarepaguá), unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), é o maior laboratório farmacêutico oficial vinculado ao Ministério da Saúde. Farmanguinhos produz mais de um bilhão de medicamentos por ano para atender aos programas estratégicos do Governo Federal, que são distribuídos à população pelo Sistema Único de Saúde (SUS), além de atender demandas emergenciais no Brasil e no exterior. Instituto teve origem em 1956, com a criação do Serviço de Medicamentos Oficiais. Vinte anos mais tarde, foi ampliado e integrado à Fiocruz. Hoje, Farmanguinhos exerce papel de destaque na pesquisa e desenvolvimento de medicamentos essenciais. Além de parceria com os setores público e privado nacionais, tem acordos de transferência de tecnologia com a Índia e países da Europa e da África. Em 2003, o Ministério da Saúde adquiriu para a Fiocruz/Farmanguinhos uma nova fábrica, em Jacarepaguá. A incorporação representou para o Instituto um crescimento substancial de sua área fabril, que passou de 7.000m² no campus de Manguinhos para 40.000m² no campus de Jacarepaguá, chamado CTM - Complexo Tecnológico em Medicamentos, portanto, carente de uma vigilância armada a fim de garantir a ordem e a tranquilidade para o bom funcionamento das atividades, com foco maior no sentido de impedir roubos ou degradação patrimonial.

CAMPUS CFMA (Taquara-RJ):

O Campus Fiocruz Mata Atlântica - CFMA (Colônia Rural Juliano Moreira) localiza-se à Rua Sampaio Correa S/Nº - Taquara, no bairro de Jacarepaguá do município do Rio de Janeiro, abrigando o Núcleo Agrícola que possui aspecto topográfico e acidentado pelas serras do Nogueira e do Quilombo, estando as partes edificadas situadas em setor plano. Possui uma enorme extensão de aproximadamente 5.000.000m² (cinco milhões de metros quadrados) com cultivos de plantas medicinais, pela Unidade da Fiocruz - Instituto de Tecnologia em Fármacos – Farmanguinhos. Horto do Instituto Estadual de Floresta, Horta da Secretaria Municipal de Saúde e Pavilhão de Agricultura. Locado em cerca de 450.000m² (quatrocentos e cinquenta mil metros quadrados) a real área a ser vigiada tem características administrativas e de pesquisas, possuindo também, característica residencial com algumas casas com construções humildes e outras com melhor poder aquisitivo, sendo denominadas como Comunidades: Cachoeira, Fincão e Nossa Senhora dos Remédios; todas essas áreas com iluminação precária, algumas totalmente escuras, não há pavimentação, dificultando a ronda. Existe um fluxo de 900 (novecentas) pessoas e 150 (cento e cinquenta) veículos, do qual apenas 15% (quinze por cento) refere-se a servidores e colaboradores que lá trabalham na área de pesquisa, sendo o restante de pessoas das Comunidades, assim sendo, com uma vigilância “ostensiva”, é possível controlar o acesso, inclusive a essas Comunidades a fim de garantir a ordem e a tranquilidade para o bom funcionamento das atividades e apropriação indébita de áreas pertencentes ao Governo Federal.

CAMPUS CRPHF (Curicica-RJ):

O Centro de Referência Prof. Hélio Fraga - CRPHF, criado em 1984 pela Campanha Nacional Contra a Tuberculose (CNCT), funciona como centro nacional de referência do SUS para tuberculose e outras pneumopatias, destacando-se como órgão de apoio às ações nacionais em saúde pública. Hoje, pertence à Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP/Fiocruz). Sua missão é atuar na área de pneumologia sanitária, em especial no controle da tuberculose e outras micobacterioses, para desenvolver, monitorar e avaliar ações, políticas, normas e estratégias, apoiando estados e municípios. Além disso, desenvolver, avaliar e disseminar conhecimentos por meio da formação, atualização e treinamento de profissionais para o Sistema Único de Saúde. As tecnologias aplicadas pelo CRPHF envolvem estreita cooperação com as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, universidades e outras instituições de pesquisa e ensino, bem como parcerias, intercâmbios e interações com organismos internacionais, como a Organização Pan-Americana de Saúde, a Organização Mundial de Saúde e a União Internacional Contra a Tuberculose, portanto, carente de uma vigilância ostensiva a fim de garantir a ordem e a tranquilidade para o bom funcionamento das atividades, com foco maior no sentido de impedir roubos ou degradação patrimonial.

CAMPUS INERU (Tanque-RJ):

O Instituto Nacional de Endemias Rurais – INERU (Laboratório de Jacarepaguá) situa-se à Estrada da Covança nº 56, no bairro de Jacarepaguá do município do Rio de Janeiro. Constitui-se num pequeno prédio de dois andares, num terreno de cerca de 1.000m² (hum mil metros quadrados), distante cerca de 100 (cem) metros do portão de acesso primário, não sendo avistado com facilidade por quem esteja entrando na área. O baixo fluxo de 70 (setenta) pessoas e 40 (quarenta) veículos ficam, praticamente, restritos aos poucos servidores e colaboradores que lá trabalham na área de pesquisa, atuando a vigilância ostensiva a fim de garantir a ordem e a tranquilidade para o bom funcionamento das atividades, com foco maior no sentido de impedir roubos ou degradação patrimonial.

CAMPUS CIBS (Santa Cruz-RJ):

CIBS – Complexo Industrial de Biotecnologia em Saúde no Bairro de Santa Cruz-RJ – trata-se de terreno em projeção de grande obra de responsabilidade da Fiocruz (Biomanguinhos), e lá, está sendo construído o maior complexo industrial de biotecnologia em saúde, assim sendo, necessita de vigilância e segurança na propriedade (obra/terreno) por 24 horas/dia com patrulhamento (ronda) continuada, visando reforçar a guarda dos bens da Fiocruz ali existentes, e desta maneira, reforçar o controle de acesso ao terreno antecipando as possíveis tentativas de esbulho ou turbacão.

Outras considerações gerais

Para a execução dos serviços nas áreas do Campus Fiocruz Manguinhos, a serem monitoradas pela vigilância e segurança patrimonial armada e desarmada, torna-se também necessário um patrulhamento denominado de “Ronda Motorizada” em toda extensão do Campus Manguinhos com aproximadamente 800.000m², realizada por “Vigilantes Motociclistas” dotados de motocicletas de no mínimo 150 cilindradas, agilizando o deslocamento rápido no universo do “campus” em apoio e suporte aos postos de trabalho no desenvolvimento de suas atividades de vigilância e segurança armada, cuja atividade será detalhada o TR – Termo de Referência para a contratação deste serviço.

Destacamos ainda que após levantamentos e análise de riscos relacionados às operações policiais nas proximidades da localização da Fiocruz, considerando as comunidades existentes no entorno e também aos bairros vizinhos à Manguinhos, os postos de trabalho de vigilância que formam o primeiro anel de vigilância e segurança dos Campi Fiocruz, principalmente as “Portarias” com fluxo de trabalhadores e visitantes (nacionais e internacionais), necessitam de uniformes que não tragam riscos de associação ao exercício de atividades da polícia militar.

Nesse sentido, a Fiocruz optou pelo tipo de uniforme dos colaboradores que compõem este anel primário de proteção, sabendo ser possível reparar ou amenizar esta imagem com adoção neste novo contrato, do segundo uniforme permitido para os profissionais lotados nestas portarias, passando do uniforme ostensivo (operacional) para o uniforme social (TERNO), os quais ocultam a visão das armas e amenizam o visual dos colaboradores, porém, não se pode esquecer que para tal adequação, é necessário declinar-se nas observações explícitas no Art. 150 (grifo abaixo) da dita Portaria nº 3.233/2012, que vem somar a obrigatoriedade de uso de colete de proteção balística por ser EPI previsto no Item E-2 do Anexo I da Portaria SIT/DSTT nº 194/2010 de 07/12/2010 expedido pelo Ministério do Trabalho através da Norma Regulamentadora nº 6 (NR-06).

Grifo nosso da Portaria nº 3.233 DG/DPF de 0/12/2012

Art. 150. O uniforme será adequado às condições climáticas do lugar em que o vigilante prestar serviço, de modo a não prejudicar o perfeito exercício de suas atividades profissionais.

Art. 153. As empresas especializadas e as que possuem serviço orgânico de segurança poderão possuir mais de um uniforme autorizado, podendo um deles ser terno ou paletó, observadas as peculiaridades da atividade e a local de prestação do serviço, bem como os requisitos do art. 149, §1º.

Grifo nosso do Anexo I da NR-06

Lista de Equipamentos de Proteção Individual.

E - EPI PARA PROTEÇÃO DO TRONCO

E.1 – Vestimentas

E.2 - Colete à prova de balas de uso permitido para vigilantes que trabalhem portando arma de fogo, para proteção do tronco contra riscos de origem mecânica.

Outra consideração importante para este Estudo Técnico Preliminar, é a necessidade de 01 (um) posto de trabalho “Gestor de Segurança” na Escala 5x2, 44 horas/semanais de segunda a sexta. Este posto de trabalho, e ocupados por profissional especialistas em segurança, experientes e habilitados ao exercício de múltiplas atividades de sua competência, conforme explícitas na relação das GACs (Grandes Atividades de Competência) da respectiva CBO reconhecida pelo Código nº 2526-05, sendo exigido formação de nível superior e especialização em segurança, além de experiência profissional.

Lei nº 8.666/1983

Art. 67. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 1 de 10/05/2016

Dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo Federal.

Das Responsabilidades

Art. 12. A responsabilidade por estabelecer, manter, monitorar e aperfeiçoar os controles internos da gestão é da alta administração da organização, sem prejuízo das responsabilidades dos

gestores dos processos organizacionais e de programas de governos nos seus respectivos âmbitos de atuação.

Parágrafo único. Cabe aos demais funcionários e servidores a responsabilidade pela operacionalização dos controles internos da gestão e pela identificação e comunicação de deficiências às instâncias superiores.

4. Área requisitante

Área Requisitante Responsável - DVSP - Departamento de Vigilância e Segurança Patrimonial

Responsável: Claudionor da Silva Lima – Matrícula Siape nº 046268-6

5. Descrição dos requisitos da contratação

As necessidades expostas no item 1, a(s) solução(ões) deve(m) atender aos seguintes requisitos:

1. solução deverá ter um caráter de continuidade, pois não pode haver percalços entre o fim da vigência do contrato do serviço de vigilância com a solução achada mais viável, para todos os locais com necessidade da solução de vigilância e segurança patrimonial contempladas neste ETP;
2. A solução adotada deverá atender a cada tipo de atividade, levando em consideração as especificidades de cada demanda, conforme descritas no item 1 e não poderá sofrer interrupção;
3. A solução adotada deverá atender a tipicidade do local a ser colocada em prática, conforme as características descritas neste ETP;
4. A solução adotada deverá prever total condição de atender a execução das atividades em todos os Campi da Fundação Oswaldo Cruz, no estado do Rio de Janeiro;
5. A solução adotada deverá atender a execução diária de atividades, incluindo finais de semanas;
6. A solução adotada deverá atender a execução de atividades em horários diferenciados do horário comercial;
7. A solução adotada deverá obedecer a critérios de sustentabilidade ambiental e aplicar as práticas de responsabilidade socioambiental, com vistas ao menor impacto ambiental para contratação;
8. A solução adotada deverá obedecer aos aspectos normativos, cumprir as normas técnicas e legislações vigentes pertinentes às atividades.

6. Levantamento de Mercado

A função do profissional de vigilância patrimonial, segundo a Lei Federal nº 7.102 de 20/06/1983, é:

Art. 15. Vigilante, para os efeitos desta lei, é o empregado contratado para a execução das atividades definidas nos incisos I e II do caput e §§ 2º, 3º e 4º do art. 10.

Art. 10. São considerados como segurança privada as atividades desenvolvidas em prestação de serviços com a finalidade de:

I - Proceder à vigilância patrimonial das instituições financeiras e de outros estabelecimentos, públicos ou privados, bem como a segurança de pessoas físicas

No que se refere à busca da melhor solução, o DVSP realizou consulta e verificou que existem empresas especializadas na prestação destes serviços técnicos, tais como:

1. Angels Segurança e Vigilância Eireli;
2. Trasegur Vigilância e Segurança Ltda;
3. Best Vigilância e Segurança Ltda;
4. Pires Serviços de Segurança Ltda;
5. Fenixx Segurança Patrimonial Ltda.

Em referência à execução atual, através do contrato com a empresa Confederal Rio Vigilância Eireli, a solução hoje adotada é a contratação de postos de trabalho em regime de mão de obra residente. Esta contratação hoje abrange com 174 postos de trabalho envolvendo 343 profissionais.

O valor anual do contrato é de R\$ 23.994.547,36 (vinte e três milhões, novecentos e noventa e quatro mil, quinhentos e quarenta e sete reais e trinta e seis centavos) já considerando o ajuste dos percentuais de adicional periculosidade, após laudo elaborado por engenheiro de segurança do trabalho da contratada. Assim, no atual modelo de execução, há postos de trabalho da contratada à disposição da Administração, para que executem prontamente atividades e tarefas de seu interesse e necessidade.

Mediante ao exposto, a busca das alternativas possíveis e melhor solução, pretendendo atender com eficiência e eficácia a necessidade descrita no item 1, foram observadas algumas formas para atingimento desses objetivos. Nesse sentido, há a possibilidade de classificarmos duas soluções, conforme abaixo:

1- Execução direta para prestação de serviços através equipe própria de servidores de cargos efetivos quadro funcional da Fiocruz;

Ponto Forte: Evita a descontinuidade; a programação e execuções dos serviços ficam centralizadas na Fiocruz.

Ponto Fraco: Resistências e conservadorismo; não absorção da mão de obra na mesma proporção da necessidade;

2- Contratação de empresa terceirizada para prestação de serviços por posto de trabalho e em regime de mão de obra residente;

Ponto Forte: A empresa contratada realiza a manutenção de sua equipe, se responsabiliza por questões relacionadas a vínculos empregatícios, treinamentos, manutenção e gastos com equipamentos, entre outros; Economicidade e Eficiência na prestação dos serviços; há postos de trabalho da contratada à disposição da Administração, para que executem prontamente tarefas de seu interesse e necessidade.

Ponto Fraco: A existência de um custo fixo que por vezes dificulta a sua manutenção pela carência de recurso; períodos ociosos das equipes com geração de custos para contratante; Dificuldade em dimensionar a força de trabalho de suporte.

7. Descrição da Solução como um todo

Ao observar e analisar as soluções que se apresentam no item acima (Levantamento de Mercado), suas formas, propostas de fornecimento, seus benefícios e ponderando-se os encargos e a eficiências de cada uma delas, bem como os preceitos legais implícitos em cada uma das opções, conclui-se que **o formato mais adequado a ser utilizado na Instituição é a "opção 2"**. Assim, justifica-se esta solução, dentro outros pontos, em razão das atividades de monitoramento e controle patrimonial serem habituais e rotineira, sendo rotina de todos os campis.

Destacamos que na atualidade, diversos órgãos públicos adotam esta solução para contratação de empresa terceirizada por posto de trabalho e em regime de mão de obra residente. Dentre outros podemos citar: Polícia Federal, Ministério da Educação, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Universidades Federais, Tribunais de Justiça, Tribunais Regionais Federais, etc.

Conforme levantamento de mercado foi possível identificar que, por força da legislação pertinente a matéria de Vigilância e Segurança Patrimonial armada e desarmada, Lei Federal nº 7.102 de 20 de junho de 1983, regulamentada pelo Decreto nº 89.056 de 24 de novembro de 1983, corroborada e atualizada pela Portaria 3.233 DG/DPF de 10 de dezembro de 2012, percebe-se **que não há outra opção no mercado para o exercício de Vigilância e Segurança Patrimonial armada e desarmada, se não, a contratação de Empresa de Segurança Privada, certificada e autorizada para funcionamento pela Polícia Federal.**

Grifo nosso da Portaria nº 3.233 DG/DPF de 10/12/2012

Art. 1º A presente Portaria disciplina as atividades de segurança privada, armada ou desarmada, desenvolvidas pelas empresas especializadas, pelas empresas que possuem serviço orgânico de segurança e pelos profissionais que nelas atuam, bem como regula a fiscalização dos planos de segurança dos estabelecimentos financeiros.

§ 1º As atividades de segurança privada serão reguladas, autorizadas e fiscalizadas pelo Departamento de Polícia Federal - DPF e serão complementares às atividades de segurança pública

nos termos da legislação específica.

A solução supramencionada, é ancorada nas legislações acima, que orientam de forma lacônica e concisa, que vão desde o necessário para se mensurar a idoneidade de uma empresa de segurança privada, sua habilitação, tipo de armamento, tipo de uniforme, condições de veículos, meios de comunicação, perfil dos profissionais etc.

A contratação de Empresa para Prestação de Serviço de Vigilância e Segurança Patrimonial, deverá ser prestado por uma empresa credenciada nos órgãos fiscalizadores, especificamente o DPF - Departamento de Polícia Federal, fornecendo pela essencialidade, de forma contínua e permanente, mão de obra habilitada e qualificada, capaz de assegurar a integridade do patrimônio público e o funcionamento das atividades finalísticas da instituição, de maneira que não interrompa ou comprometa a prestação de serviços públicos ou o cumprimento da missão institucional da Fiocruz.

8. Estimativa das quantidades a serem contratadas

Inicialmente, ressaltamos que Fundação Oswaldo Cruz, utilizou como critério de quantificação da demanda os tipos de escala de posto de vigilância que a Instrução Normativa nº 05/2017 traz em seu anexo VI-A, conforme abaixo:

- 44 (quarenta e quatro) horas semanais diurnas, de segunda a sexta-feira, envolvendo 3 (três) profissionais (01 Gestor de Segurança e 02 Supervisores de Área- 02);
- 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 184 (cento e quarenta e quatro) profissionais em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas (vigilante patrimonial e vigilante motociclista);
- 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 176 (cento e setenta e seis) profissionais em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas (vigilante patrimonial e vigilante motociclista).

Portanto, visando melhor aproveitamento dos postos e por consequência melhor economia, o estudo de distribuição dos postos levou em consideração, além do disposto na IN 05/2017, a previsão do tipo de escala que se encontra destacada na Convenção Coletiva de Trabalho 2021/– CCT Sindvigilância e os seguintes pontos:

Os postos de 44 horas semanais: são profissionais que possuem a responsabilidade de apoiar diretamente na manutenção do sistema de defesa dos *campi* da Fiocruz, assessorando em toda sorte de eventos de Segurança, Planejamentos, Análise de Riscos, Segurança de Autoridades Treinamento e Ensino de Segurança.

Os postos 12 horas por 36 diurnos e noturnos serão alocados em locais maior movimento durante o horário de expediente e em pontos estratégicos, onde não poderá haver a interrupção da vigilância em hipótese alguma, tais como: portarias, estacionamentos, pátios, pavilhões, edificações que compõem o Núcleo Arquitetônico e Histórico e que possuem maiores demandas.

Cabe ainda destacar que foi observada a execução do contrato nº 031/2015, SEI nº: 25389.000186/2014-24, para fins de melhor aproveitamento dos postos de vigilância, tanto em escala, quantidade e distribuição dos postos. Os atuais quantitativos apresentam solução favorável de execução.

Cumprir esclarecer que, conforme Relatório de Auditoria nº201902223 foi solicitado à Administração que realizasse o diagnóstico e a análise de possível superdimensionamento do supracitado contrato afim de que fossem realizados ajustes, caso necessário. Depois de realizado o levantamento, a Administração concluiu que o referido quantitativo previsto no contrato encontrava-se adequado às necessidades da Instituição.

Entretanto, para a nova contratação, foi levantada a necessidade de um aumento do efetivo em consequência de solicitações e demandas das unidades em razão de novas instalações/edificações, tais como: BioManguinhos com o novo Sistema de Defesa da área de fabril de vacinas, inauguração do Biobanco, reimplantação da vigilância (desarmada) na Escola Politécnica, Reinauguração da Cavalaria com Obras Raras.

Mediante ao exposto, os quantitativos apresentados nas tabelas abaixo são suficientes e necessários à atual situação da Fiocruz, considerando os contextos de manifestações, eventuais roubos/furtos, controle de acesso de pessoas e veículos, ocorrências de segurança, trocas do horário de almoço, dentre outras condições.

Para que a solução seja posta em prática e executada com qualidade, eficiência e segurança, deve se dar pela quantidade de postos de trabalhos diurnos e noturnos, para os locais e quantitativos especificados conforme segue:

PERÍODOS	TOTAL DE POSTOS	TOTAL DE PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS
Total DIURNO ►	97	191
Total NOTURNO ►	86	172
Total GERAL para Contratação ►	183	363

Mapa de Distribuição dos Postos de Trabalho do Serviço de Vigilância											
	Especificação do Posto	Quantidade de Postos									TOTAL DE PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS
		Campus Mangueiras	Campus Expansão	Campus IFF	* Campus Petrópolis	Campus CTM	Campus CFMA	Campus CRPHF	Campus INERU	Campus CIBS	
01	Gestor de Segurança 5x2 - 44 H/Sem. DIURNO DESARMADO c/ TERNO	01	0	0	0	0	0	0	0	0	01
02	Supervisor de Segurança 5x2 - 44 H/Sem. - DIURNO DESARMADO c/ TERNO	0	0	0	0	01	01	0	0	0	02
03	Supervisor de Segurança 12x36 - 84 H/Sem DIURNO DESARMADO c/ TERNO	02	0	0	0	0	0	0	0	0	02
04	Supervisor de Seg. 12x36 - 84 H/Sem. - NOTURNO DESARMADO c/ TERNO	02	0	0	0	0	0	0	0	0	02
05	Vigilante Motociclista 12X36 - 84 H/Sem. - DIURNO ARMADO com MOTOCICLETA + Colete	06	01	0	0	0	0	0	0	0	07
06	Vigilante Motociclista 12X36 - 84 H/Sem. - DIURNO DESARMADO com MOTOCICLETA	0	0	0	0	0	02	0	0	01	03
07	Vigilante Motociclista 12X36 - 84 H/Sem. - NOTURNO ARMADO com MOTOCICLETA + Colete	06	01	0	0	0	0	0	0	0	07
08	Vigilante Motociclista 12X36 - 84 H/Sem. - NOTURNO DESARMADO com MOTOCICLETA	0	0	0	0	0	02	0	0	0	02
09	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. - DIURNO ARMADO Cb de Turma c/ TERNO + Colete	02	0	0	0	0	0	0	0	0	02
10	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. - DIURNO DESARMADO Cb de Turma c/ TERNO	0	0	01	0	0	0	0	0	0	01
11	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. - NOTURNO DESARMADO Cb de Turma (TERNO)	0	0	01	0	0	0	0	0	0	01
12	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. - DIURNO ARMADO Cb de Turma + Colete	02	01	0	0	01	0	01	0	0	05
13	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. - NOTURNO ARMADO Cb de Turma + Colete	04	01	0	0	01	0	01	0	0	07
14	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. - DIURNO ARMADO c/ TERNO + Colete	06	0	0	0	0	0	0	0	0	06
15	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. - DIURNO DESARMADO c/ TERNO	03	0	04	0	0	0	0	0	0	07
16	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. - NOTURNO DESARMADO c/ TERNO	02	0	04	0	0	0	0	0	0	06
17	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. - DIURNO ARMADO + Colete	33	03	0	00	10	0	04	01	0	51
18	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. - DIURNO ARMADO + Colete (CCT Petrópolis)	0	0	0	02	0	0	0	0	0	02
19	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. - DIURNO DESARMADO	03	01	0	0	0	04	0	0	0	08
20	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. - NOTURNO ARMADO + Colete	38	02	0	00	08	0	03	01	0	52
21	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. - NOTURNO ARMADO + Colete (CCT Petrópolis)	0	0	0	02	00	0	0	0	0	02
22	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. - NOTURNO DESARMADO	03	0	0	0	0	04	0	0	0	07
Total de Postos TURNO ▶		113	10	10	04	21	13	09	02	01	183

Nota Importante: Os Postos de Trabalho do Campus Petrópolis no endereço do Palácio Itaborai, assinalado na coluna em tarja vermelha (acima), estão vinculados à CCT de Vigilante do Município de Petrópolis/RJ

Campus Manguinhos (DIURNO)							
Avenida Brasil, nº 4.365, Manguinhos – Rio de Janeiro - RJ							
Círculos Postos	Cargo/Função	C. B. O.	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária	Nº de Profissionais Envolvidos
01	Gestor de Segurança DEBARNADO (TERNO)	2528-05	DVSP/COGIC DVSP – Tren. Ensino de Seg.	5 x 2	08:00 as 17:48	44 Horas/Sem.	01
01	Supervisor de Área DEBARNADO (TERNO)	5103-10	DVSP/COGIC Supervisão/Bases/DVSP	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.	02
01	Supervisor de Área DEBARNADO (TERNO)	5103-10	DVSP/COGIC Supervisão/Ronda Mtz	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Motorista ARMADO c/ Moto + Colete	5173-30	DVSP/COGIC Ronda Motorizada – Área 1	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Motorista ARMADO c/ Moto Colete	5173-30	DVSP/COGIC Ronda Motorizada – Área 2	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Motorista ARMADO c/ Moto + Colete	5173-30	DVSP/COGIC Ronda Motorizada – Área 3	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Motorista ARMADO c/ Moto + Colete	5173-30	DVSP/COGIC Ronda Motorizada – Área 4	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Motorista ARMADO c/ Moto + Colete	5173-30	DVSP/COGIC Ronda Motorizada – Área 5	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Motorista ARMADO c/ Moto + Colete	5173-30	DVSP/COGIC Ronda Motorizada – Área 6	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Ch. Turma ARMADO + Colete	5173-30	BIOMANGUINHOS Vigite Líder/Biomanguinhos	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Colete	5173-30	BIOMANGUINHOS PCA – 1/Portaria CTV	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Colete	5173-30	BIOMANGUINHOS PCA – 12/Portaria CTV	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Colete	5173-30	BIOMANGUINHOS Konosuke Fukai/Acessos	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Colete	5173-30	BIOMANGUINHOS PCA – 2/Portão CEAPA	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Colete	5173-30	BIOMANGUINHOS PCA – 3/Portão Engenharia	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Colete	5173-30	BIOMANGUINHOS PCA – 4/Portão Oficinas	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Colete	5173-30	BIOMANGUINHOS PCA – 5/Portaria da ETE	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Colete	5173-30	BIOMANGUINHOS PCA – 6/Acesso LAEAN	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Colete	5173-30	BIOMANGUINHOS ROCHA LIMA/Rondante	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Colete	5173-30	BIOMANGUINHOS Pátio Ch/Rondante	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Colete	5173-30	BIOMANGUINHOS Sala de Freezers/Acessos	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEBARNADO	5173-30	BIOMANGUINHOS DOCAS/DEPFI	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Colete	5173-30	BIOMANGUINHOS ROCKELLER/LAUJO	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEBARNADO	5173-30	BIOMANGUINHOS CFTV-SEPAT/Portaria CTV	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Ch. Turma ARMADO (TERNO) + Colete	5173-30	DVSP/COGIC Vigite Líder/Port Leop. Bulhões	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO (TERNO) + Colete	5173-30	DVSP/COGIC Portaria Leopoldo Bulhões	12 x 36	07:00 as 19:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO (TERNO) + Colete	5173-30	DVSP/COGIC Portaria Leopoldo Bulhões	12 x 36	07:00 as 19:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Colete	5173-30	DVSP/COGIC Portaria Farmanguinhos	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Colete	5173-30	DVSP/COGIC Portaria Farmanguinhos	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Colete	5173-30	DVSP/COGIC Portaria Zero Dois	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Ch. Turma ARMADO (TERNO) + Colete	5173-30	DVSP/COGIC Vigite Líder/Port Brasil 1	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO (TERNO) + Colete	5173-30	DVSP/COGIC Portaria Av. Brasil 1	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO (TERNO) + Colete	5173-30	DVSP/COGIC Portaria Av. Brasil 1	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO (TERNO) + Colete	5173-30	DVSP/COGIC Portaria Av. Brasil 2	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO (TERNO) + Colete	5173-30	DVSP/COGIC Portaria Av. Brasil 2	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Ch. Turma ARMADO + Colete	5173-30	DVSP/COGIC Vigite Líder/Fort Pesados	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Colete	5173-30	DVSP/COGIC Portaria de Pesados	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Colete	5173-30	COGIC Portaria de Pesados	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Colete	5173-30	DVSP/COGIC Bo do Brasil/Estad. Biblioteca	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Colete	5173-30	DVSP/COGIC CDHS/SETRAN	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEBARNADO	5173-30	DVSP/COGIC COF – Centro de Op. FioCruz	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Colete	5173-30	COC Canal Saúde	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEBARNADO (TERNO)	5173-30	ENSP Escola Politécnica	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Colete	5173-30	ENSP Guarita Torres Homem	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Colete	5173-30	FARMANGUINHOS Fundos	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Colete	5173-30	ICTB Guarita da Primatologia	12 x 36	07:00 as 19:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Colete	5173-30	IOC Lauro Travasso	12 x 36	07:00 as 19:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Colete	5173-30	IOC Cardoso Fontes	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Colete	5173-30	IOC Pavilhão Arthur Neiva	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Colete	5173-30	CDTS	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Colete	5173-30	INI SEMAG	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Colete	5173-30	INI Pátio/Estacionamento	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Colete	5173-30	INI Pavilhão 34/Fundos	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Colete	5173-30	PRESIDENCIA ASPOC / NUST	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEBARNADO (TERNO)	5173-30	PRESIDENCIA Pav. Mourisco (Castelo)	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEBARNADO (TERNO)	5173-30	PRESIDENCIA Pav. Mourisco (Castelo)	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Colete	5173-30	PRESIDENCIA Pc Pasteur/R. Relógio/Cx Elet	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Colete	5173-30	PRESIDENCIA Centro de Testagem	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.	02
58	Total de Postos DIURNOS Campus Manguinhos		Total de Profissionais DIURNOS Campus Manguinhos			115	

Campus Manguinhos (NOTURNO)							
Avenida Brasil, nº 4.365, Manguinhos – Rio de Janeiro - RJ							
Qtd. Posto	Cargo/Função	C. B. O.	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária	Nº de Profissionais Envolvidos
01	Supervisor de Área DEBARRAÇÃO	5103-10	DVSP/COGIC Supervisão/Bases DVSP	12 x 36	18:00 as 06:00	84 Horas/Sem.	02
01	Supervisor de Área DEBARRAÇÃO	5103-10	DVSP/COGIC Supervisão/Ronda Mtz	12 x 36	18:00 as 06:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Motorizada ARMADO c/ MOTO + Colete + Lanterna	5173-30	DVSP/COGIC Ronda Motorizada – Área 1	12 x 36	18:00 as 06:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Motorizada ARMADO c/ MOTO + Colete + Lanterna	5173-30	DVSP/COGIC Ronda Motorizada – Área 2	12 x 36	18:00 as 06:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Motorizada ARMADO c/ MOTO + Colete + Lanterna	5173-30	DVSP/COGIC Ronda Motorizada – Área 3	12 x 36	18:00 as 06:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Motorizada ARMADO c/ MOTO + Colete + Lanterna	5173-30	DVSP/COGIC Ronda Motorizada – Área 4	12 x 36	18:00 as 06:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Motorizada ARMADO c/ MOTO + Colete + Lanterna	5173-30	DVSP/COGIC Ronda Motorizada – Área 5	12 x 36	18:00 as 06:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Motorizada ARMADO c/ MOTO + Colete + Lanterna	5173-30	DVSP/COGIC Ronda Motorizada – Área 6	12 x 36	18:00 as 06:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Ch. Turma ARMADO + Colete + Lanterna	5173-30	BIOMANGUINHOS Vigite Lider/Biomanguinhos	12 x 36	18:00 as 06:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Colete + Lanterna	5173-30	BIOMANGUINHOS PCA – 1/Portaria CTV	12 x 36	18:00 as 06:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Colete + Lanterna	5173-30	BIOMANGUINHOS PCA – 1/Portaria CTV	12 x 36	18:00 as 06:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Colete + Lanterna	5173-30	BIOMANGUINHOS Konosuke Fukai/Acessos	12 x 36	18:00 as 06:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Colete + Lanterna	5173-30	BIOMANGUINHOS PCA – 2/Portão CEAPA	12 x 36	18:00 as 06:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Colete + Lanterna	5173-30	BIOMANGUINHOS PCA – 3/Portão Engenharia	12 x 36	18:00 as 06:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Colete + Lanterna	5173-30	BIOMANGUINHOS PCA – 4/Portão Oficinas	12 x 36	18:00 as 06:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Colete + Lanterna	5173-30	BIOMANGUINHOS PCA – 5/Portaria da ETE	12 x 36	18:00 as 06:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Colete + Lanterna	5173-30	BIOMANGUINHOS PCA – 6/Acesso LAEAN	12 x 36	18:00 as 06:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Colete + Lanterna	5173-30	BIOMANGUINHOS ROCHA LIMA/Rondante	12 x 36	18:00 as 06:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Colete + Lanterna	5173-30	BIOMANGUINHOS Pátio CH/Rondante	12 x 36	18:00 as 06:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Colete + Lanterna	5173-30	BIOMANGUINHOS Sala de Freezers/Acessos	12 x 36	18:00 as 06:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEBARRAÇÃO Lanterna	5173-30	BIOMANGUINHOS DOCA/DEPFI	12 x 36	18:00 as 06:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Colete + Lanterna	5173-30	BIOMANGUINHOS ROCKELLER/LALIO	12 x 36	18:00 as 06:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEBARRAÇÃO Lanterna	5173-30	BIOMANGUINHOS CFTV-SEPAT/Portaria CTV	12 x 36	18:00 as 06:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Ch. Turma ARMADO + Colete + Lanterna	5173-30	DVSP/COGIC Vigite Lider/Port Legg. Bulhões	12 x 36	18:00 as 06:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Colete + Lanterna	5173-30	DVSP/COGIC Portaria Leopoldo Bulhões	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Colete + Lanterna	5173-30	DVSP/COGIC Portaria Farmanguinhos	12 x 36	18:00 as 06:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Colete + Lanterna	5173-30	DVSP/COGIC Portaria Farmanguinhos	12 x 36	18:00 as 06:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Colete + Lanterna	5173-30	DVSP/COGIC Portaria Zero Dois	12 x 36	18:00 as 06:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Ch. Turma ARMADO + Colete + Lanterna	5173-30	DVSP/COGIC Vigite Lider/Port Brasil 1	12 x 36	18:00 as 06:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Colete + Lanterna	5173-30	DVSP/COGIC Portaria Av. Brasil 1	12 x 36	18:00 as 06:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Colete + Lanterna	5173-30	DVSP/COGIC Portaria Av. Brasil 2	12 x 36	18:00 as 06:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Colete + Lanterna	5173-30	DVSP/COGIC Portaria Av. Brasil 2	12 x 36	18:00 as 06:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Ch. Turma ARMADO + Colete + Lanterna	5173-30	DVSP/COGIC Vigite Lider/Port Pesados	12 x 36	18:00 as 06:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Colete + Lanterna	5173-30	DVSP/COGIC Portaria de Pesados	12 x 36	18:00 as 06:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Colete + Lanterna	5173-30	DVSP/COGIC Bc do Brasil/Estac. Biblioteca	12 x 36	18:00 as 06:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Colete + Lanterna	5173-30	DVSP/COGIC CDHS/SETRAN	12 x 36	18:00 as 06:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEBARRAÇÃO	5173-30	DVSP/COGIC COF - Centro de Oq. FioCruz	12 x 36	18:00 as 06:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Colete + Lanterna	5173-30	DVSP/COGIC Perimetral-COGIC (Fundos)	12 x 36	18:00 as 06:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Colete + Lanterna	5173-30	COC Canal Saúde	12 x 36	18:00 as 06:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEBARRAÇÃO (TERNO) Lanterna	5173-30	ENSP Escola Politécnica	12 x 36	18:00 as 06:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Colete + Lanterna	5173-30	ENSP Guarita Torres Homem	12 x 36	18:00 as 06:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Colete + Lanterna	5173-30	FARMANGUINHOS Fundos	12 x 36	18:00 as 06:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Colete + Lanterna	5173-30	ICTB Guarita da Primatologia	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Colete + Lanterna	5173-30	IOC Lauro Travasso	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Colete + Lanterna	5173-30	IOC Cardoso Fontes	12 x 36	18:00 as 06:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Colete + Lanterna	5173-30	IOC Pavilhão Arthur Neiva	12 x 36	18:00 as 06:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Colete + Lanterna	5173-30	IOC CDTS	12 x 36	18:00 as 06:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Colete + Lanterna	5173-30	INI SEMAG	12 x 36	18:00 as 06:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Colete + Lanterna	5173-30	INI Pátio/Estacionamento	12 x 36	18:00 as 06:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Colete + Lanterna	5173-30	INI Pavilhão 34/Fundos	12 x 36	18:00 as 06:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Colete + Lanterna	5173-30	PRESIDENCIA ASFOD / NUST	12 x 36	18:00 as 06:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEBARRAÇÃO (TERNO) Lanterna	5173-30	PRESIDENCIA Pav. Mourisco (Castelo)	12 x 36	18:00 as 06:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Colete + Lanterna	5173-30	PRESIDENCIA Casa Amarela	12 x 36	18:00 as 06:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Colete + Lanterna	5173-30	PRESIDENCIA Pq Pasteur/Pd Relógio/Cx Elet	12 x 36	18:00 as 06:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial ARMADO + Colete + Lanterna	5173-30	PRESIDENCIA Centro de Testagem	12 x 36	18:00 as 06:00	84 Horas/Sem.	02
55	Total de Postos NOTURNOS Campus Manguinhos		Total de Profissionais NOTURNOS Campus Manguinhos				110

Campus Expansão (DIURNO)							
Avenida Brasil, nº 4.036, Manguinhos – Rio de Janeiro - RJ							
Gêneros Postos	Cargo/Função	C. B. O.	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária	Nº de Profissionais Envolvidos
01	Vigilante Ch. Turma DEARMADO + Colete	5173-30	EXPANSÃO Lider/Rondante	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEARMADO + Colete	5173-30	EXPANSÃO Portaria Principal	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEARMADO + Colete	5173-30	EXPANSÃO Guarita Frontal	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEARMADO + Colete	5173-30	EXPANSÃO Guarita Retaguarda	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEARMADO + Colete	5173-30	EXPANSÃO FOTEC Frontal	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEARMADO + Colete	5173-30	EXPANSÃO FOTEC/Retaguarda	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.	02
06	Total de Postos DIURNOS Campus Expansão			Total de Profissionais DIURNOS Campus Expansão			12

Campus Expansão (NOTURNO)							
Avenida Brasil, nº 4.036, Manguinhos – Rio de Janeiro - RJ							
Gêneros Postos	Cargo/Função	C. B. O.	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária	Nº de Profissionais Envolvidos
01	Vigilante Ch. Turma DEARMADO + Colete + Lanterna	5173-30	EXPANSÃO Lider/Rondante	12 x 36	18:00 as 06:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEARMADO + Colete + Lanterna	5173-30	EXPANSÃO Portaria Principal	12 x 36	18:00 as 06:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEARMADO + Colete + Lanterna	5173-30	EXPANSÃO Guarita Frontal	12 x 36	18:00 as 06:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEARMADO + Colete + Lanterna	5173-30	EXPANSÃO Guarita Retaguarda	12 x 36	18:00 as 06:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEARMADO + Colete + Lanterna	5173-30	EXPANSÃO FOTEC Frontal	12 x 36	18:00 as 06:00	84 Horas/Sem.	02
04	Total de Postos NOTURNOS Campus Expansão			Total de Profissionais NOTURNOS Campus Expansão			08

Campus Flamengo - IFF - Instituto Fernandes Figueira (DIURNO)							
Avenida Rui Barbosa, nº 716, Flamengo – Rio de Janeiro - RJ							
Gêneros Postos	Cargo/Função	C. B. O.	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária	Nº de Profissionais Envolvidos
01	Vigilante Ch. Turma DEARMADO (TERNO) Fone Autômat	5173-30	IFF Vigie Lider/Rondante	12 x 36	07:00 as 19:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEARMADO (TERNO) Fone Autômat	5173-30	IFF Portão de Veículos	12 x 36	07:00 as 19:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEARMADO (TERNO) Fone Autômat	5173-30	IFF Portão de Pedestres	12 x 36	07:00 as 19:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEARMADO (TERNO) Fone Autômat	5173-30	IFF Hall 2º andar	12 x 36	07:00 as 19:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEARMADO (TERNO) Fone Autômat	5173-30	IFF Maternidade 3º andar	12 x 36	07:00 as 19:00	84 Horas/Sem.	02
05	Total de Postos NOTURNOS Campus IFF			Total de Profissionais NOTURNOS Campus IFF			10

Campus Flamengo - IFF - Instituto Fernandes Figueira (NOTURNO)							
Avenida Rui Barbosa, nº 716, Flamengo – Rio de Janeiro - RJ							
Gêneros Postos	Cargo/Função	C. B. O.	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária	Nº de Profissionais Envolvidos
01	Vigilante Ch. Turma DEARMADO (TERNO) Lanterna + Fone Autômat	5173-30	IFF Vigie Lider/Rondante	2 x 36	00 as 07:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEARMADO (TERNO) Lanterna + Fone Autômat	5173-30	IFF Portão de Veículos	2 x 36	00 as 07:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEARMADO (TERNO) Lanterna + Fone Autômat	5173-30	IFF Portão de Pedestres	2 x 36	00 as 07:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEARMADO (TERNO) Lanterna + Fone Autômat	5173-30	IFF Hall 2º andar	2 x 36	00 as 07:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEARMADO (TERNO) Lanterna + Fone Autômat	5173-30	IFF Maternidade 3º andar	2 x 36	00 as 07:00	84 Horas/Sem.	02
05	Total de Postos NOTURNOS Campus IFF			Total de Profissionais NOTURNOS Campus IFF			10

Campus CTM – Complexo Tecnológico de Medicamentos (DIURNO)							
Avenida Comandante Guarany, nº 447, Jacarepaguá – Rio de Janeiro – RJ							
Gêneros Postos	Cargo/Função	C. B. O.	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária	Nº de Profissionais Envolvidos
01	Supervisor de Área DEARMADO (TERNO)	5103-10	CTM Supervisão/Rondante	5 x 2	08:00 as 17:48	44 Horas/Sem.	01
01	Vigilante Ch. Turma DEARMADO + Colete	5173-30	CTM Vigie Lider/Rondante	12 x 36	07:00 as 19:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEARMADO + Colete	5173-30	CTM Portaria de Acesso Principal	12 x 36	07:00 as 19:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEARMADO + Colete	5173-30	CTM Portão Principal de Veículos	12 x 36	07:00 as 19:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEARMADO + Colete	5173-30	CTM Portão de Apoio Lateral	12 x 36	07:00 as 19:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEARMADO + Colete	5173-30	CTM Flexograma	12 x 36	07:00 as 19:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEARMADO + Colete	5173-30	CTM Docas Prédio 10-B	12 x 36	07:00 as 19:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEARMADO + Colete	5173-30	CTM ETE / Prédio 70	12 x 36	07:00 as 19:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEARMADO + Colete	5173-30	CTM Docas / Prédio 70	12 x 36	07:00 as 19:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEARMADO + Colete	5173-30	CTM Portão de Carga	12 x 36	07:00 as 19:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEARMADO + Colete	5173-30	CTM Docas Prédio 40	12 x 36	07:00 as 19:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEARMADO + Colete	5173-30	CTM Prédio 100 / Prédio 10-B	12 x 36	07:00 as 19:00	84 Horas/Sem.	02
12	Total de Postos DIURNOS Campus CTM			Total de Profissionais DIURNOS Campus CTM			23

Campus CTM – Complexo Tecnológico de Medicamentos (NOTURNO)							
Avenida Comandante Guarany, nº 447, Jacarepaguá – Rio de Janeiro - RJ							
Qtda. Postos	Cargo/Função	C. B. O.	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária	Nº de Profissionais Envolvidos
01	Vigilante Ch. Turma DEBARRADO + Colete + Lanterna	5173-30	CTM Vigie Líder/Rondante	12 x 36	19:00 as 07:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEBARRADO + Colete + Lanterna	5173-30	CTM Portaria de Acesso Principal	12 x 36	19:00 as 07:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEBARRADO + Colete + Lanterna	5173-30	CTM Portão Principal de Veículos	12 x 36	19:00 as 07:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEBARRADO + Colete + Lanterna	5173-30	CTM Portão de Apoio Lateral	12 x 36	19:00 as 07:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEBARRADO + Colete + Lanterna	5173-30	CTM Flexograma	12 x 36	19:00 as 07:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEBARRADO + Colete + Lanterna	5173-30	CTM Docas Prédio 10-B	12 x 36	19:00 as 07:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEBARRADO + Colete + Lanterna	5173-30	CTM ETE / Prédio 70	12 x 36	19:00 as 07:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEBARRADO + Colete + Lanterna	5173-30	CTM Docas / Prédio 70	12 x 36	19:00 as 07:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEBARRADO + Colete + Lanterna	5173-30	CTM Portão de Cargas	12 x 36	19:00 as 07:00	84 Horas/Sem.	02
09	Total de Postos NOTURNOS Campus CTM		Total de Profissionais NOTURNOS Campus CTM				18

Campus Petrópolis - Palácio Itaboraí (DIURNO)							
Rua Visconde de Itaboraí, nº 188, Valparaíso – Petrópolis - RJ							
Qtda. Postos	Cargo/Função	C. B. O.	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária	Nº de Profissionais Envolvidos
01	Vigilante Patrimonial DEBARRADO + Colete	5173-30	PALÁCIO ITABORAÍ Perímetro Frontal	12 x 36	07:00 as 19:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEBARRADO + Colete	5173-30	PALÁCIO ITABORAÍ Perímetro Retaguarda	12 x 36	07:00 as 19:00	84 Horas/Sem.	02
02	Total de Postos DIURNOS Campus Petrópolis		Total de Profissionais DIURNOS Campus Petrópolis				04

Nota Importante: Os Postos de Trabalho do Campus Petrópolis no endereço do Palácio Itaboraí, estão vinculados à CCT de Vigilante do Município de Petrópolis/RJ.

Campus Petrópolis - Palácio Itaboraí (NOTURNO)							
Rua Visconde de Itaboraí, nº 188, Valparaíso – Petrópolis - RJ							
Qtda. Postos	Cargo/Função	C. B. O.	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária	Nº de Profissionais Envolvidos
01	Vigilante Patrimonial DEBARRADO + Colete + Lanterna	5173-30	PALÁCIO ITABORAÍ Perímetro Frontal	12 x 36	19:00 as 07:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEBARRADO + Colete + Lanterna	5173-30	PALÁCIO ITABORAÍ Perímetro Retaguarda	12 x 36	19:00 as 07:00	84 Horas/Sem.	02
02	Total de Postos DIURNOS Campus Petrópolis		Total de Profissionais DIURNOS Campus Petrópolis				04

Nota Importante: Os Postos de Trabalho do Campus Petrópolis no endereço do Palácio Itaboraí, estão vinculados à CCT de Vigilante do Município de Petrópolis/RJ.

Campus CFMA – Campus Fiocruz Mata Atlântica (DIURNO)							
Rua Sampaio Correa, S/Nº, Taquara – Rio de Janeiro - RJ							
Qtda. Postos	Cargo/Função	C. B. O.	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária	Nº de Profissionais Envolvidos
01	Supervisor de Área DEBARRADO (TERNO)	5103-30	CFMA Supervisão	5 x 2	07:00 as 16:48	44 Horas/Sem.	01
01	Vigilante Motorista DEBARRADO c/ Moto	5173-30	CFMA Ronda Motorizada – Área 1	12 x 36	07:00 as 19:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Motorista DEBARRADO c/ Moto	5173-30	CFMA Ronda Motorizada – Área 2	12 x 36	07:00 as 19:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEBARRADO	5173-30	CFMA Guarita 1 - Sampaio Correa	12 x 36	07:00 as 19:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEBARRADO	5173-30	CFMA Guarita 2 – Cam Cachoeira	12 x 36	07:00 as 19:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEBARRADO	5173-30	CFMA Guarita 3 – Estrada do Fincão	12 x 36	07:00 as 19:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEBARRADO	5173-30	CFMA Guarita 4 - N. Sra. Remédios	12 x 36	07:00 as 19:00	84 Horas/Sem.	02
07	Total de Postos DIURNOS Campus CFMA		Total de Profissionais DIURNOS Campus CFMA				13

Campus CFMA – Campus Fiocruz Mata Atlântica (NOTURNO)							
Rua Sampaio Correa, S/Nº, Taquara – Rio de Janeiro - RJ							
Qtda. Postos	Cargo/Função	C. B. O.	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária	Nº de Profissionais Envolvidos
01	Vigilante Motorista DEBARRADO c/ Moto	5173-30	CFMA Ronda Motorizada – Área 1	12 x 36	19:00 as 07:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Motorista DEBARRADO c/ Moto	5173-30	CFMA Ronda Motorizada – Área 2	12 x 36	19:00 as 07:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEBARRADO	5173-30	CFMA Guarita 1 - Sampaio Correa	12 x 36	19:00 as 07:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEBARRADO	5173-30	CFMA Guarita 2 – Cam Cachoeira	12 x 36	19:00 as 07:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEBARRADO	5173-30	CFMA Guarita 3 – Estrada do Fincão	12 x 36	19:00 as 07:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial DEBARRADO	5173-30	CFMA Guarita 4 - N. Sra. Remédios	12 x 36	19:00 as 07:00	84 Horas/Sem.	02
06	Total de Postos NOTURNOS Campus CFMA		Total de Profissionais NOTURNOS Campus CFMA				12

Campus CRPHF - Centro de Referência Professor Hélio Fraga (DIURNO)							
Estrada de Curicica, nº 2.000, Curicica – Rio de Janeiro - RJ							
Qtd. Postos	Cargo/Função	C. B. O.	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária	Nº de Profissionais Envolvidos
01	Vigilante Ch. Tuma 5x2 + C. O. 2	5173-30	CRPHF Vig. Líder/Rondante	12 x 36	07:00 as 19:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial 5x2 + C. O. 2	5173-30	CRPHF Portaria de Veículo	12 x 36	07:00 as 19:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial 5x2 + C. O. 2	5173-30	CRPHF Prédio Diretoria/Biblioteca	12 x 36	07:00 as 19:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial 5x2 + C. O. 2	5173-30	CRPHF Quadra/Laboratório NB3	12 x 36	07:00 as 19:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial 5x2 + C. O. 2	5173-30	CRPHF Hospedaria	12 x 36	07:00 as 19:00	84 Horas/Sem.	02
05	Total de Postos DIURNOS Campus CRPHF		Total de Profissionais DIURNOS Campus CRPHF				10

Campus CRPHF - Centro de Referência Professor Hélio Fraga (NOTURNO)							
Estrada de Curicica, nº 2.000, Curicica – Rio de Janeiro - RJ							
Qtd. Postos	Cargo/Função	C. B. O.	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária	Nº de Profissionais Envolvidos
01	Vigilante Ch. Tuma 5x2 + C. O. 2 + L. Antena	5173-30	CRPHF Vig. Líder/Rondante	12 x 36	19:00 as 07:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial 5x2 + C. O. 2 + L. Antena	5173-30	CRPHF Portaria de Veículo	12 x 36	19:00 as 07:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial 5x2 + C. O. 2 + L. Antena	5173-30	CRPHF Quadra/Laboratório NB3	12 x 36	19:00 as 07:00	84 Horas/Sem.	02
01	Vigilante Patrimonial 5x2 + C. O. 2 + L. Antena	5173-30	CRPHF Hospedaria	12 x 36	19:00 as 07:00	84 Horas/Sem.	02
04	Total de Postos NOTURNOS Campus CRPHF		Total de Profissionais NOTURNOS Campus CRPHF				08

INERU – Instituto Nacional de Endemias Rurais (DIURNO)							
Estrada da Covanca, nº 66, Tanque – Rio de Janeiro – RJ							
Qtd. Postos	Cargo/Função	C. B. O.	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária	Nº de Profissionais Envolvidos
01	Vigilante Patrimonial 5x2 + C. O. 2	5173-30	INERU/ENSP Rondante	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem.	02
01	Total de Postos DIURNOS INERU/FIOCRUZ		Total de Profissionais DIURNOS INERU/FIOCRUZ				02

INERU – Instituto Nacional de Endemias Rurais (NOTURNO)							
Estrada da Covanca, nº 66, Tanque – Rio de Janeiro – RJ							
Qtd. Postos	Cargo/Função	C. B. O.	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária	Nº de Profissionais Envolvidos
01	Vigilante Patrimonial 5x2 + C. O. 2 + L. Antena	5173-30	INERU/ENSP Rondante	12 x 36	18:00 as 06:00	84 Horas/Sem.	02
01	Total de Postos NOTURNOS INERU/FIOCRUZ		Total de Profissionais NOTURNOS INERU/FIOCRUZ				02

Campus Santa Cruz - CIBS - Complexo Industrial de Biotecnologia em Saúde (DIURNO)							
Avenida Antônio Ermirio de Moraes, S/Nº, Santa Cruz – Rio de Janeiro - RJ							
Qtd. Postos	Cargo/Função	C. B. O.	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária	Nº de Profissionais Envolvidos
01	Vigilante Motorista 5x2 e Moto	5173-30	CFMA Ronda Motorizada	12 x 36	07:00 as 19:00	84 Horas/Sem.	02
01	Total de Postos DIURNOS Campus CIBS		Total de Profissionais DIURNOS Campus CIBS				02

JUSTIFICATIVA DO ACRÉSCIMO DE NOVOS POSTOS DE TRABALHO

Importante ressaltar que o efetivo do contrato em vigor, é de **174 postos de trabalho** envolvendo **343 profissionais**. Entretanto, para a nova contratação, percebe-se um aumento de efetivo passando para **183 postos de Trabalho** envolvendo **363 profissionais**, consequência das solicitações e necessidades detectadas pelas Unidades internas onde por conta de novas instalações, tais como de BioManguiños com o novo Sistema de Defesa da área de fabril de vacinas, Inauguração do Biobanco, reimplantação da vigilância (desarmada) na Escola Politécnica, Reinauguração da Cavaleria com Obras Raras, Centro Hospitalar Covid-19, assim sendo, sofre aumento no efetivo com as seguintes adequações e implantações de novos postos de trabalho:

Mapa de novos Postos de Trabalho							
Item	Qtd. de Postos	Descrição do Posto	CBO	Localização do Posto	Escala	Horário do Posto	Carga Horária Nº de Profissionais Envolvidos
A	01	Vigilante Patrimonial ARMAO	5173-30	BIO MANGUINHO S Konoque Full Al/Acessos	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem. 02
B	01	Vigilante Patrimonial DESA RMADO	5173-30	BIO MANGUINHOS CFTV-SEPA/T. Portaria CTV	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem. 02
C	01 (F. 20) (B. 20)	Vigilante Patrimonial ARMAO	5173-30	BIO MANGUINHO S P. 20 CHPI/Rondante	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem. 02 (-01) (01/12/36)
D	01 (F. 20) (B. 20)	Vigilante Patrimonial ARMAO	5173-30	PRE SIDIÊNCIA P. 20 Pasteur/P. 20 Relógio/C. 20 E. 20	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem. 02 (-01) (01/12/36)
E	01	Vigilante Motorista e Moto	5173-30	EXPANSÃO FIOTEC/Retaguarda	12 x 36	06:00 as 18:00	84 Horas/Sem. 02
F	01	Vigilante Patrimonial ARMAO	5173-30	BIO MANGUINHO S Konoque Full Al/Acessos	12 x 36	18:00 as 06:00	84 Horas/Sem. 02
G	01	Vigilante Patrimonial ARMAO	5173-30	BIO MANGUINHO S P. 20 CHPI/Rondante	12 x 36	18:00 as 06:00	84 Horas/Sem. 02
H	01	Vigilante Patrimonial DESA RMADO	5173-30	BIO MANGUINHO S DO CAS/DEPFI	12 x 36	18:00 as 06:00	84 Horas/Sem. 02
I	01	Vigilante Patrimonial DESA RMADO	5173-30	BIO MANGUINHO S CFTV-SEPA/T. Portaria CTV	12 x 36	18:00 as 06:00	84 Horas/Sem. 02
J	01	Vigilante Patrimonial ARMAO	5173-30	PRE SIDIÊNCIA P. 20 Pasteur/P. 20 Relógio/C. 20 E. 20	12 x 36	18:00 as 06:00	84 Horas/Sem. 02
L	01	Vigilante Motorista ARMAO e Moto	5173-30	EXPANSÃO FIOTEC/Retaguarda	12 x 36	18:00 as 06:00	84 Horas/Sem. 02
09	Total de novos Postos de Trabalho		Total de Profissionais envolvidos				20

NOTA: Os postos constantes dos itens acima, somam 11 (onze) postos de trabalho, porém, sendo contabilizado como novos postos de trabalho, apenas 09 (nove), visto que os itens “C” e “D” acima, são postos de trabalho existentes na escala 5x2-DIURNA que envolviam 01 (um) profissional e, ao serem transformados em posto de trabalho na escala 12x36 DIURNA, o efetivo de

profissionais envolvidos passa de 01 para 02 profissionais, porém, já existindo o profissional da escala anterior, contabiliza-se na escala diurna destes itens (C e D), apenas mais 01 (um) profissional para os ditos itens (C e D), desta forma, o total de postos de trabalho anterior e o respectivo total de profissionais necessários para o trabalho, passam de 174 postos de trabalho com 343 profissionais envolvidos do contrato anterior, mais, o total de 09 novos postos de trabalho, envolvendo 20 profissionais, soma-se para esta nova contratação, o total de **183 Postos de Trabalho** com **363 Profissionais Envolvidos**, conforme explícito abaixo:

SITUAÇÃO	TOTAL DE POSTOS	TOTAL DE PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS
Total de Postos do Contrato Anterior ►	174	343
Total de Novos Postos de Trabalho ►	09	20
Total GERAL para Contratação ►	183	363

MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA O SERVIÇO

Importante lembrar que serão necessários para prática dos serviços, os seguintes materiais e equipamentos que serão pormenorizados no Termo de Referência, sendo:

- **73 (setenta e três) ARMAS** para atender aos Postos de Trabalho **DIURNO** e **68 (sessenta e oito) ARMAS** para atender aos Postos de Trabalho **NOTURNO**, sendo elas, conforme tipo e calibre permitido na legislação vigente (Portaria nº 3.233/2012), guardada em coldre compatível com o uniforme social ou operacional. Cumpre esclarecer que as armas usadas no período diurno são as mesmas armas usadas no período noturno, havendo passagem das armas entre os turnos dos postos de trabalho, entendendo que no período noturno haverá redução de 05 (cinco) postos armados com suas respectivas munições.

- Importa saber que para cada arma, deverá ser disponibilizada pela Contratada as respectivas munições, compatíveis em calibre permitido conforme legislação pertinente. Entendemos que, no caso de ser revólver calibre 38 com tambor para seis munições, serão necessárias 06 (seis) munições para a arma e 06 (seis) munições reservas, guardadas na baleira do profissional, somando-se um total de **876 (oitocentas e setenta e seis) MUNIÇÕES**, conforme determina o Art. 120 e 121 da Portaria nº 3.233 DG/DPF de 10 de dezembro de 2012 (grifo abaixo).

Art. 120. As empresas especializadas e as que possuem serviço orgânico de segurança deverão possuir pelo menos duas e no máximo três cargas para cada arma que possuírem, de acordo com o calibre respectivo.

Art. 121. As armas de fogo utilizadas pelos vigilantes em serviço deverão estar muniadas com carga completa.

- A empresa contratada, deverá providenciar sob suas expensas **73 (setenta e três) COLETE BALÍSTICO – Completo (com capa suporte de painel balístico)** com resistência balística mínima do Nível II-A de proteção balística previstos como EPI do Vigilante, conforme previsto no Item E-2 da Lista de Equipamentos de Proteção Individual do Anexo I da Portaria SIT/DSTT nº 194/2010 de 07/12/2010 expedido pelo Ministério do Trabalho através da Norma Regulamentadora nº 6 (NR-06).

Grifo nosso do Anexo I da NR-06

Lista de Equipamentos de Proteção Individual.

E - EPI PARA PROTEÇÃO DO TRONCO

E.1 – Vestimentas

E.2 - Colete à prova de balas de uso permitido para vigilantes que trabalhem portando arma de fogo, para proteção do tronco contra riscos de origem mecânica.

- **67 (sessenta e sete) RÁDIOS TRANCEPTORES PORTÁTEIS com carregador e Bateria Reserva**, com frequência e potência para o alcance entre si em todos os postos de trabalho, lotados nos endereços em que estiverem distribuídos, tais como: 36 - Campus Manguinhos (Manguinhos), 05 - Campus Expansão (Manguinhos), 05 - Campus IFF (Flamengo), 02 - Campus Petrópolis (Palácio Itaboraí/Petrópolis), 09 - Campus CTM – (Jacarepaguá), 06 - Campus CFMA (Taquara) e 04 - Campus CRPHF (Curíca). Estando a cargo da Contratada, todas as despesas decorrentes da instalação, manutenção, operação, licenças e etc., determinadas pelos Órgãos Fiscalizadores, sendo utilizado o quantitativo que se fizer necessário para a perfeita execução dos serviços.

- **01 (uma) ESTAÇÃO BASE (REPETIDORA) DE RÁDIO**, com sistema repetidor formado por dois transceptores, com potência para alcance à todos os postos de serviços locados no Campus da Fiocruz Manguinhos. Estando a cargo da Contratada, todas as despesas decorrentes da instalação, manutenção, operação, licenças e etc., determinadas pelos Órgãos Fiscalizadores.

- **05 (cinco) FONES AURICULAR** com microfone de lapela e tecla PTT compatível com o rádio transceptor portátil para os postos de trabalho do IFF. Cumpre esclarecer que os fones auriculares usados no período diurno são os mesmos fones usadas no período noturno, havendo passagem dos fones entre os turnos dos postos de trabalho.

- **83 (oitenta e três) LANTERNAS modelo Tático Police** ou similar, recarregável (carregador incluso) e com tecnologia Led Cree Q5, 3.000w 8.400 Lumens, na cor Preta com clip/capa para transporte em cintura, também, na cor preta, para os postos de trabalho noturno.

• A empresa contratada deverá providenciar **08 (oito) COLETES REFLETIVOS tipo suspensório** em formato “X” nas costas e “H” na frente, sendo na cor laranja com tarjas refletivas noturnas na cor prata para visualização e indicação rápida dos postos de trabalho de vigilantes, devido ao risco de desinteligência com elementos da periferia, confeccionados em fita de poliéster laranja com 6 cm de largura e regulagem por meio de velcro da mesma largura.

• Tendo em vista a necessidade de cumprimento da alínea “a” do Item 24.4.1 e alínea “e” do Item 24.4.3, tudo da NR-24 (Condições de Higiene e Conforto no Local de Trabalho), a empresa contratada, deverá providenciar **14 (quatorze) ARMÁRIOS de 16 portas** (Roupeiro de Aço com 16 compartimentos) nas medidas externas de 1950 mm x 1225 mm x 400 mm, e medidas internas de 400 mm x 330 mm x 400 mm para distribuição aos seus profissionais restrito à 112 (cento e doze) postos de trabalho do Campus Manguinhos.

NR-24 - Condições de Higiene e Conforto no Local de Trabalho.

24.4 Vestiários

24.4.1 Todos os estabelecimentos devem ser dotados de vestiários quando:

a) a atividade exija a utilização de vestimentas de trabalho ou que seja imposto o uso de uniforme cuja troca deva ser feita no próprio local de trabalho; ou

b) a atividade exija que o estabelecimento disponibilize chuveiro.

24.4.3 Os vestiários devem:

a) ser mantidos em condição de conservação, limpeza e higiene;

b) ter piso e parede revestidos por material impermeável e lavável;

c) ser ventilados para o exterior ou com sistema de exaustão forçada;

d) ter assentos em material lavável e impermeável em número compatível com o de trabalhadores; e

e) dispor de armários individuais simples e/ou duplos com sistema de trancamento.

24.4.6 Os armários simples devem ter tamanho suficiente para que o trabalhador guarde suas roupas e acessórios de uso pessoal, não sendo admitidas dimensões inferiores a: 0,40m (quarenta centímetros) de altura, 0,30m (trinta centímetros) de largura e 0,40m (quarenta centímetros) de profundidade.

- **10 (dez) MOTOCICLETAS** tipo “cross”, motor de 150 cilindradas, partida elétrica, 4 tempos, arrefecido a ar, 5 (cinco) marchas, chassi de berço semi-duplo, suspensão dianteira: garfo telescópico/180 mm, suspensão traseira: monoamortecida/150 mm, freio dianteiro: a disco hidráulico/240 mm, pneu dianteiro: 90/90 – 19 M/C 52P, pneu traseiro: 110/90 – 17 M/C 60/P, tanque de combustível: superior a 10 litros, sistema elétrico com ignição CDI, Bateria: 12V-5A, equipada com antena “corta-linha”, e no máximo 3 (três) anos de fabricação; apresentando diariamente, estado de limpeza, conservação e documentação atualizada. Estando a cargo da Licitante Contratada, todas as despesas decorrentes da operação e manutenção, inclusive combustível, óleos, lubrificantes, etc.; devendo a quilometragem total/dia ser de 90 km no Campus da FIOCRUZ, sendo utilizado o quantitativo que se fizer necessário para a perfeita execução dos serviços.
- Essas motocicletas devem, possuir no máximo 03 (três) anos de fabricação, ser de comprovada propriedade (ou arrendamento) da Contratada, possuir seguro, e outras condições previstas na Segurança do Trabalho e, na Lei nº 14.071 de 13 de outubro de 2020 (atual Código de Trânsito Brasileiro), ficando como condutores responsáveis, os profissionais da Supervisão da Contratada lotados no Campus Fiocruz Manguinhos, que devidamente habilitados, providenciarão que dito meio de transporte, esteja sempre em condições de uso para locomoção de Recursos Humanos e Recursos Materiais envolvidos nos trabalhos da contratada.

- É de responsabilidade de a empresa contratada disponibilizar 01 (um) **MEIO DE TRANSPORTE** destinado às rondas (internas e externas) e apoio logístico para a supervisão dos postos. Esse veículo deve estar, durante toda a vigência do contrato, em perfeitas condições de uso com a anuência da fiscalização, além de possuir no máximo 05 (cinco) anos de fabricação. Deve-se considerar ainda a capacidade de lotação mínima para 05 (cinco) pessoas, ser de comprovada propriedade (ou arrendamento) da contratada, possuir seguro, proteção contra as intempéries e outras condições previstas na Segurança do Trabalho e, na Lei nº 14.071 de 13 de outubro de 2020 (atual Código de Trânsito Brasileiro). A condução do veículo ficará sob a responsabilidade do Supervisor de Área lotado no Campus Manguinhos, que deverá ser habilitado e terá por obrigação assegurar que esteja em condições de uso para locomoção de pessoas e deslocamento de materiais envolvidos nos trabalhos da contratada.

Todas as atividades da Supervisão de Segurança relativas a deslocamentos em geral, serão de responsabilidade da contratada, incluindo os horários inopinados (diurnos e noturnos) nos Campi da Fiocruz. A título de cooperação e estimativa de custos, destacamos que atualmente todas as despesas decorrentes da operação (eventuais pedágios) e manutenção, inclusive combustíveis, óleos, lubrificantes, seguro são de responsabilidade da contratada e que a média utilizada é de até 90 km total/dia.

- É de responsabilidade da empresa contratada definir e disponibilizar **MEIOS DE REGISTRO DE OCORRÊNCIAS** e de outros registros de informações essenciais às atividades desenvolvidas rotineiramente. A título de cooperação, destacamos que é utilizado atualmente o livro de ocorrências, cuja estimativa de preços hoje é de 104 (cento e quatro) LIVROS DE OCORRÊNCIA, tipo capa dura na cor preta com 200 folhas numeradas de 001 à 200, destinados aos 26 locais indicados pela fiscalização do contrato.

Consideramos hoje, que a média estimada de consumo destes livros de ocorrências a cada 3 meses é de 26 livros.

A definição dos meios de registro fica a cargo da contratada. Contudo, tais instrumentos de controle de devem ser apresentados periodicamente à Fiscalização do Contrato, para controle da quantidade, arquivamento das informações de ocorrências na instituição e controle da qualidade de uso.

- É necessário ainda que a empresa contratada disponibilize para os postos de trabalho de Gestores de Segurança e Supervisores de Área, uniforme tipo “Terno Completo”, assim como para os postos de vigilantes com previsão do segundo uniforme (atentando para o Art. 153 da Portaria nº 3.233 DG/DPF - Terno Completo [porém armado]). Para os demais vigilantes o uniforme será o previsto no Art. 149 e Art. 150 da Portaria nº 3.233 DG/DPF de 10 de dezembro de 2012, conforme grifo abaixo:

DO UNIFORME DO VIGILANTE

Art. 149. O uniforme do vigilante é obrigatório e de uso exclusivo em serviço, devendo possuir características que garantam a sua ostensividade.

§ 1º - A fim de garantir o caráter ostensivo, o uniforme deverá conter os seguintes elementos:

I - apito com cordão;

II - emblema da empresa; e

III - plaqueta de identificação do vigilante, autenticada pela empresa, com validade de seis meses, constando o nome, o número da Carteira Nacional de Vigilante - CNV e fotografia colorida em tamanho 3 x 4 e a data de validade.

§ 3º - A validade da plaqueta de identificação do vigilante poderá ser aposta de forma a ser substituída a cada vencimento sem que seja necessária a reprodução de todo o documento.

Art. 150. O uniforme será adequado às condições climáticas do lugar em que o vigilante prestar serviço, de modo a não prejudicar o perfeito exercício de suas atividades profissionais

Art. 153. As empresas especializadas e as que possuem serviço orgânico de segurança poderão possuir mais de um uniforme autorizado, **podendo um deles ser terno ou paletó**, observadas as peculiaridades da atividade e o local de prestação do serviço, bem como os requisitos do Art. 149, §1º.

9. Estimativa do valor da contratação

A estimativa de preços referenciais obtidos considerou as metodologias de pesquisa abaixo descritas:

1. Preço baseado no estabelecido na **Convenção Coletiva de Trabalho 2021/- CCT Sindvigilância** das categorias profissionais, com utilização dos benefícios aos trabalhadores previstos no CCT, conforme abaixo descrito:

Categoria Profissional	Piso Salarial da categoria (cláusula 3º)	Auxílio-Refeição/ Alimentação (cláusula 20º)	Benefício social familiar (cláusula 25º)	Seguro de Vida (Cláusula 11º)
Supervisor de Área	R\$ 2.264,51	R\$ 29,00	R\$27,00	R\$ 14,82
Vigilante Motociclista Diurno	R\$ 1.810,68	R\$ 29,00	R\$27,00	R\$ 14,82
Vigilante Motociclista Noturno	R\$ 1.810,68	R\$ 29,00	R\$27,00	R\$ 14,82
Vigilante Patrimonial	R\$ 1.508,90	R\$ 29,00	R\$27,00	R\$ 14,82

Preço baseado no site especializado <https://dissidio.com.br/salario/gestor-em-seguranca> para a categoria de Gestor de Segurança, conforme abaixo descrito:

Profissional	Estimativa de Salário	Estimativa do Auxílio-Refeição/ Alimentação	Estimativa de Benefício social familiar	Estimativa do Seguro de Vida
Gestor de Segurança	R\$ 6.215,41	R\$ 29,00	R\$27,00	R\$ 14,82

Observação 1.: Para o posto do profissional de Gestor de Segurança, para fins de estimativa de auxílio refeição/alimentação, benefício social familiar e seguro de vida foram considerados os valores previstos para as categorias de vigilantes da **Sindvigilância**.

Observação 2 : Para efeito de isonomia das propostas, foi estimado o percentual de 30% para periculosidade. Contudo, sua efetiva permanência como custo para fins de faturamento, condicionar-se-á **Laudo Pericial**, emitido por Engenheiro ou Médico do trabalho, devidamente credenciado no MTE **a ser apresentado pela Contratada num prazo de até 30 dias contados a partir do primeiro dia de vigência contratual**. O pagamento efetivo do adicional só poderá ocorrer baseado nesse laudo, entregue à Fiscalização do contrato no prazo supracitado. Em sendo assim, as planilhas deverão ser alteradas para que o adicional contemple o indicado, devendo haver à revisão dos custos por Apostilamento.

Observação 3.: Conforme previsto na Gratificação Chefe de Turma - Cláusula 25ª, farão jus a uma gratificação mensal de 20% (vinte) do piso salarial da categoria profissional os seguintes profissionais:

- Vigilante Patrimonial 12x36 -84 H/Sem - Diurno - Armado

- Vigilante Patrimonial 12x36 -84 H/Sem - Diurno - Desarmado
- Vigilante Patrimonial 12x36 -84 H/Sem - Noturno - Armado + Colete Refletivo
- Vigilante Patrimonial 12x36 -84 H/Sem - Noturno - Armado
- Vigilante Patrimonial 12x36 -84 H/Sem - Noturno - Desarmado

Observação 4.: Conforme previsto na CCT, o encarregado fará jus a um adicional noturno de 20% (vinte por cento) do piso salarial da categoria profissional de servente os seguintes profissionais:

- Vigilante Patrimonial 12x36 -84 H/Sem - Noturno - Armado + Colete Refletivo
- Vigilante Patrimonial 12x36 -84 H/Sem - Noturno - Armado
- Vigilante Patrimonial 12x36 -84 H/Sem - Noturno - Desarmado
- Vigilante Motociclista 12x36 -84 H/Sem - Noturno - Desarmado
- Vigilante Motociclista 12x36 -84 H/Sem - Noturno - Armado
- Supervisor de Área 12x36 noturno

Observação 5.: Conforme previsto na Cláusula 8ª da CCT, para o **auxílio-alimentação/refeição** haverá a contrapartida de 20% de desconto para o trabalhador. Para efeito de estimativa deste benefício foram considerados:

- Para os postos de turnos diurnos de 12 x 36 foram estimados 16 dias úteis de execução dos serviços.

Para efeito de pagamento a Contratada serão considerados apenas os dias efetivamente trabalhados.

2.Os parâmetros para estimativa dos preços referenciais de **Uniformes e EPIs;Equipamentos Operacionais ;Equipamentos e Utensílios e Motocicletas** foram baseados na divulgação de processos licitatórios de outros órgãos públicos, em consulta ao portal <http://comprasnet.gov.br>; no levantamento de mercado realizado com base em mídias especializadas de domínio amplo, bem como em site especializado para cotação de preços referenciais: <https://www.bancodeprecos.com.br>. Segue abaixo as estimativas mensais por categorias profissionais:

Profissionais	Uniformes - Terno e EPIs	Uniformes - Operacional e EPIs	Equipamentos e Utensílios	Motocicletas
Gestor de Segurança	R\$ 46,70	-	R\$ 27,07	-
Supervisor de área	R\$ 46,70	-	R\$ 27,07	-
Vigilante Motociclista Diurno	-	R\$ 40,45	R\$ 27,07	R\$ 239,81
Vigilante Motociclista Noturno	-	R\$ 40,45	R\$ 27,07	R\$ 239,81
Vigilante Patrimonial	R\$ 46,70	R\$ 40,45	R\$ 27,07	-

Observação 01.: Quanto ao custo dos Equipamentos e Utensílios, no caso do armamento, da munição, da capa de colete balística, da placa balística e do sinto de guarnição de cintura com cople e baleiro, serão utilizados apenas pelos profissionais cujo posto seja armado.

Observação 02.: Fica a critério da contratada, para a execução dos serviços, a previsão de custos com equipamentos e ferramentas para as categorias: Gestor de Segurança, Supervisor de Área e Chefe de turma, caso necessário;

Observação 04.: Para efeito de estimativa de preços foi considerado o tempo de vida útil (Depreciação) do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. MCASP 8ª edição, sendo facultado à licitante utilizar outros fatores de acordo com sua discricionariedade. Os custos unitários de Uniformes e EPIs; Equipamentos e Ferramentas conforme disposto neste estudo, estão previstos na planilha de custos e formação de preços.

3.Preço baseado no estabelecido em **Legislação trabalhista e Previdenciária**, e aqueles previstos na **Legislação Própria**, conforme abaixo descrito:

13º Salário, Férias e Adicional de Férias	%	Memória de Cálculo	Fundamento
13º Salário	8,33%	DTS = 1/12	a com Orientações básicas sobre a operacionalização da Conta Vinculada nos termos da alínea “a” do item 1.1 do Anexo VII-B e do Anexo XII da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017. Tabela do subitem 2.4.1 reserva mensal para o pagamento de encargos trabalhistas - percentual incidente sobre a remuneração.
Férias e Adicional de Férias	12,10%	FAF = 1/11 x R + 1/3 x 1/11 x R	% Conta Vinculada- Anexo XII da IN nº 05/2017. Caderno de Logística com Orientações básicas sobre a operacionalização da Conta Vinculada nos termos da alínea “a” do item 1.1 do Anexo VII-B e do Anexo XII da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017. Tabela do subitem 2.4.1 reserva mensal para o pagamento de encargos trabalhistas - percentual incidente sobre a remuneração.
Incidência dos encargos de GPS, FGTS e Outras Contribuições sobre 13º Salário, Férias e Adicional de férias	8,13%	Incidência da alíquota total dos encargos de GPS, FGTS e Outras Contribuições X custo de décimo terceiro + custo 13º Salário, Férias e Adicional de férias	% Conta Vinculada- Anexo XII da IN nº 05/2017. Caderno de Logística com Orientações básicas sobre a operacionalização da Conta Vinculada nos termos da alínea “a” do item 1.1 do Anexo VII-B e do Anexo XII da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017.
GPS, FGTS e Outras Contribuições	%	Memória de Cálculo	Fundamento
INSS	20,00%	20,00%	Art.22, Inciso I da Lei 8.212/91
SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,5 %	2,5 %	Art.3º, Inciso I, Decreto nº 87.043/82
SAT (Seguro Acidente de Trabalho)	0,00%	RAT: 1%, 2% ou 3% x FAP: 0,5 a 2%	RATxFAT – Fundamentação: art. 22, inciso II, alíneas ‘b’ e ‘c’, da Lei nº 8.212/91. Conforme GFIP do mês anterior à data da proposta – Para estimativa, considerado o maior valor possível.

SESC ou Sesi	1,50%	1,50%	Art.3º, da Lei nº 8036/90
SENAI-SENAC	1,00%	1,00%	Decreto 2.318/86
SEBRAE	0,60%	0,60%	Art.8º, Lei nº 8029/90 e Lei nº 8154/90
INCRA	0,20	0,20	Lei nº 7787/89 e DL nº 1146/70
FGTS	8,00%	8,00%	Art.15, da Lei nº 8036/90 e Art.7º III, CF

Provisão para rescisão	%	Memória de Cálculo	Fundamento
Aviso Prévio Indenizado	0,42%	$((1/12) \times 0,05) \times 100 = 0,42\%$	Trata-se de valor devido ao empregado no caso de o empregador rescindir o contrato sem justo motivo e sem lhe conceder aviso prévio, conforme disposto no § 1º do art. 487 da CLT. De acordo com levantamento efetuado em diversos contratos, cerca de 5% do pessoal é demitido pelo empregador, antes do término do contrato de trabalho. Arrolado no item 22 do Acórdão 6771/2009 do TCU
Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,03%	% Aviso Prévio Indenizado x % FGTS = 0,03%	Súmula nº 305/TST e Acórdão TCU 2.217/2010 - Plenário.
Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado	3,44%	$= 0,8 \times 0,4 \times 0,9 \times (1 + (1/12) + (1/12) + (1/3 \times 1/12))$	- Lei Nº 13.932 de 11 de dezembro de 2019 - Art. 1º da Lei Complementar nº 110/2001
Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	$(7/30)/12 \times 100 = 1,94\%$	Refere-se à indenização de sete dias corridos devida ao empregado no caso de o empregador rescindir o contrato sem justo motivo e conceder aviso prévio, conforme disposto no art. 488 da CLT. (Acórdão TCU 1186/2017).
Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,66%	% Aviso Prévio trabalhado x % total dos encargos com GPS, FGTS e Outras Contribuições	Súmula nº 305/TST
Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado.	0,38%	$= 0,8 \times 0,4 \times 0,1 \times (1 + (1/12) + (1/12) + (1/3 \times 1/12))$	- Lei Nº 13.932 de 11 de dezembro de 2019 - Art. 1º da Lei Complementar nº 110/2001 - Art. 1º, caput, e parágrafo único da Lei nº 12.506/2011

Custo de reposição do profissional ausente	%	Memória de Cálculo	Fundamento
Substituto na cobertura de Férias	1,70%	% submódulo 2.2 alínea b - 13º salário, férias e adicional = 20,43 / 12 meses = 1,70% (em nosso entendimento o repositr deverá possuir os mesmos direitos do efetivo, garantidos pela CLT, porém proporcional a 1/12 avos.	. Previsão de pagamento mensal proporcional a cobertura de férias, para um período de 30 dias, após cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho. O pagamento ocorre conforme preceitua o art. 129 e o inc. I art. 130, CLT; e art. 7º, inciso XVII, CF. Deverá ser levado em consideração 1/12 avos das férias do profissional que está cobrindo este período. O provisionamento do profissional efetivo do posto de trabalho já possui sua retenção no Submódulo 2.1 Alínea B.
Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,28%	$((1 / 30) / 12) \times 100 = 0,28\%$	Lei 6367/76 e o art. 473 da CLT elencam as motivações de falta de empregados ao serviço sem que haja prejuízo ao salário correspondente. De acordo com dados estatísticos do IBGE, arrolado no item 20 do Acórdão 6771/2009 do TCU, cada empregado falta um dia por ano, a esse título.
Substituto na cobertura de Licença Paternidade	0,02%	$((5 / 30) / 12) \times 0,015 \times 100 = 0,02\%$	Criada pelo art. 7º, inciso XIX da CF, combinado como art.10, §1º dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT - , concede ao empregado o direito de ausentar-se do serviço por cinco dias quando do nascimento de filho. De acordo com o IBGE, nascem filhos de 1,5% dos trabalhadores no período de um ano. Arrolado no item 20 do Acórdão 6771/2009 do TCU.
Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho		$((15 / 30) / 12) \times 0,0078 \times 100 = 0,03\%$	O artigo 27 do Decreto nº 89.312, de 23/01/84, obriga o empregador a assumir o ônus financeiro pelo prazo de 15 dias, no caso de acidente de trabalho previsto no art. 131 da CLT. De acordo com os números mais recentes apresentados pelo Ministério da Previdência de Assistência Social, baseados em informações prestadas pelos empregadores, por meio da GFIP, 0,78% (zero vírgula setenta e oito por cento) dos empregados se acidentam no ano. Arrolado no item 20 do Acórdão 6771/2009 do TCU.
Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,03%	$(1,416\% \times 10\% \times 6/12) \times (8,33\% + 8,33\% + 2,78\% + 20\% + 8\%) = 0,03\%$	Custeado Integralmente pela Previdência. Tem reflexos em férias, 13º salário e diferença salarial entre o teto da previdência e o recebido. Reflexo
Substituto na cobertura de outras ausências (especificar)	0,00%		

Observação 01.: Para o percentual referente ao SAT (Seguro Acidente de Trabalho), a licitante deverá preencher o FAP ajustado da empresa devendo comprovar através de apresentação da GFIP para a comissão de licitação. Caso a empresa apresente alíquotas diferenciadas das expostas pela Administração deverá apresentar justificativa, memorial de cálculo, e devida fundamentação legal para que a comissão de licitação possa apurar a legalidade, razoabilidade dos fatores apresentados.

4. Para estimativa do custo de **auxílio transporte**, com o intuito de estabelecer o princípio da isonomia da licitação, bem como estabelecer o valor para pagamento do auxílio transporte à contratada, a Fiocruz estabeleceu um Bilhete Único Intermunicipal para ida e volta para todos os profissionais dos postos de trabalho, no valor de R\$ 8,55 (oito reais e cinquenta e cinco centavos).

Fica a cargo de a contratada definir junto aos seus funcionários as modalidades de transporte público para deslocamento até o local da execução dos serviços, considerando as seguintes

variações: trens urbanos ou metrô; ônibus municipais e intermunicipais.

A despesa decorrente do auxílio transporte para os profissionais que ultrapassarem o limite estabelecido no parágrafo anterior, deverá ser arcada pela empresa contratada, sem ônus à Fiocruz.

O valor que será pago à contratada pelo auxílio-transporte será o mesmo efetivamente pago ao trabalhador, respeitando o valor máximo informado em planilha de custo.

Será descontada do custo supracitado, a contrapartida de 6% sobre o salário do terceirizado, exceto quando esta contrapartida for alterada pela Convenção Coletiva de Trabalho da categoria profissional.

Para os postos de 44h semanais foram estimados 23 dias de execução dos serviços, já incluído 6% de desconto sobre o salário base do profissional.

Para os postos de turnos de 12 x 36 serão estimados 16 dias de execução dos serviços, já incluído 6% de desconto sobre o salário base do profissional.

5. Os parâmetros para estimativa para **Custos Indiretos e Lucro** Preços foram baseados no Guia de Orientação sobre os aspectos gerais na contratação de Serviços de Vigilância Patrimonial no âmbito da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, nos termos da Instrução Normativa nº 02, de 30 de abril de 2008, e alterações posteriores, sendo considerados para estimativa de custos os percentuais máximos abaixo:

Itens Rubrica	
Lucro	6,79%
Custos Indiretos	6,00%

Observação 01.:A empresa deverá elaborar a sua proposta segundo o REGIME DE TRIBUTAÇÃO a qual estará enquadrada durante a execução do contrato.

Observação 02.: Para efeito de estimativa de preços da Administração foram consideradas as alíquotas do Lucro Real:6,79 PIS 0,65%; COFINS 3,00%; ISS 5,00%.

Observação 03.: Para efeito de estimativa é recomendado pelo Tribunal de Contas da União, como boas práticas de preenchimento da planilha de custos e formação de preços que aos licitantes sujeitos ao regime de tributação de incidência não cumulativa de PIS e COFINS (Lucro Real) apresentem demonstrativo de apuração de contribuições sociais, comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados correspondam à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos na legislação especial, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária.

Mediante ao exposto, informamos que a Fundação Oswaldo Cruz utilizou como metodologia o autopreenchimento da planilha de custos e formação de preços, conforme autorização expressa na IN05/2017, chegando assim ao valor estimado mensal de R\$ 2.054.454,15 (dois milhões, cinquenta e quatro mil quatrocentos e cinquenta e quatro reais e quinze centavos) e anual de R\$ 24.653.449,81 (vinte e quatro milhões, seiscentos e cinquenta e três mil quatrocentos e quarenta e nove reais e oitenta e um centavos).

10. Justificativa para o parcelamento ou não da solução

Não haverá parcelamento da solução pois os serviços que compõe o objeto, são atividades de responsabilidade única de uma contratada, visto os métodos de vigilância das áreas descritos neste Termo de Referência. Além disso, as ações unificadas, em uma mesma contratada, trazem celeridade responsabilidade dos procedimentos, o que é fundamental para que toda segurança e preservação dos patrimônios, nos *campi*, sejam mantidas em adequado estado de harmonia.

11. Contratações correlatas ou interdependentes

Não se verificam contratações correlatas ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

12. Alinhamento entra a contratação e o planejamento

A pretensa contratação está alinhada aos Planos Institucionais que compõem o planejamento estratégico da Instituição, em específico, no Planejamento Orçamentário Anual da COGIC previsto no:

Processo nº:	25389.000275/2020-19
Projeto:	2115.2000.003.24498
Programa de Trabalho:	101.220.032.2000.0033;
Elemento de Despesa:	3.3.90.37.03 – Vigilância Ostensiva
Fonte:	06151000000
Ação:	2000 – Administração da Unidade - Custeios;
PPA:	2020-2023.
Cód. CatServ	24015

Em observância ao inciso II, do Art. 24, da IN 05/2017 da SEGES/MPDG (II- referência a outros instrumentos de planejamento do órgão ou entidade, se houver), a contratação em tela está inserida entre as diretrizes inseridas no Plano Diretor da COGIC/FIOCRUZ "Campus Manguinhos Saudável.", bem como está prevista no Plano Geral de Contratações – PGC da Unidade.

13. Resultados pretendidos

1. Oferecer condições de Vigilância e Segurança Patrimonial para salvaguarda do patrimônio público federal e das pessoas nos Campi Fiocruz Rio de Janeiro;
2. Garantia em mitigar os riscos contidos na segurança patrimonial das instalações vigiada.
3. Garantia constitucional de proteção aos "Bens da União" previstas nos Incisos I, III e IV do Art. 23 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
4. Condições mais seguras para desenvolvimento das atividades fins da instituição, dos profissionais e usuários das edificações dos Campi FIOCRUZ;
5. Garantia de investimentos com resultados de confiança nos produtos e serviços para continuidade dos negócios;
6. Garantia do livre exercício das atividades de pesquisas, com maior segurança para os ambientes laboratoriais e científicos da instituição;
7. Garantia da preservação do patrimônio da instituição, sua história e cultura.

14. Providências a serem adotadas

Não há necessidade de ações especiais, além dos trâmites convencionais para a realização desta contratação, bem como não são necessárias intervenções e/ou adequações no local para a execução deste contrato.

15. Possíveis impactos ambientais

Sabendo que impactos ambientais são as alterações no ambiente causadas pelas ações humanas, os mesmos podem ser considerados positivos e negativos. Os impactos negativos ocorrem quando as alterações causadas geram risco ao ser humano ou para os recursos naturais encontrados no espaço.

Por outro lado, os impactos são considerados positivos quando as alterações resultam em melhorias ao meio ambiente. A presente contratação visa gerar impactos ambientais positivos, uma vez que haverá previsão da responsabilidade ambiental da futura contratada, que todo o material e equipamento a ser fornecido deverá considerar a composição, características ou componentes sustentáveis, atendendo, dessa forma, o disposto na Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, Capítulo III, Art. 5.º, Incisos I, II, III e § 1º, exceto aqueles em que não se aplicam a referida norma.

A Contratada deverá, ainda, respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela ABNT sobre resíduos sólidos.

16. Mapa de riscos da contratação

Segue abaixo, a Análise de Risco realizada pela Equipe de Planejamento da Contratação com os possíveis riscos identificados, bem como com a devida identificação dos responsáveis nos diversos setores e, ainda, as ações que necessitam serem tomadas para que a contratação proporcione seus efeitos esperados, tendo como objetivo subsidiarmos a tomada de decisão da Coordenação da Cogic sobre a melhor maneira de proceder na condução desta pretensa contratação. Destacamos que não foram incluídas no Mapa de Riscos a seguir os riscos inerentes às atividades operacionais de execução dos serviços contratados, mas tão somente aqueles que se referem ao processo de formalização da contratação.

GERENCIAMENTO DE RISCOS

Risco 01 – Provimento de Impugnação ao Edital ou Recursos: Não parcelamento do objeto contratado

Probabilidade: (X) Baixa () Média () Alta

Impacto: (X) Baixa () Média () Alta

Dano

Tratamento: Mitigar

Consequência 1: Atraso na realização da Contratação Pleiteada com a necessidade de republicações e novos prazos; Consequência 2: Possível contratação emergencial; Consequência 3: Não atendimento à demanda da Fiocruz ocasionando prejuízo nas atividades da Instituição.

Ação Preventiva

Responsável

Justificar que o não parcelamento do objeto trará mais economia e vantajosidade para a Administração, além de termos um gerenciamento mais seguro e eficaz da prestação do serviço.

Manter pessoas capacitadas junto ao setor de Compras e Equipe de Planejamento da Contratação para responder os questionamentos ou apontamentos das empresas ora licitantes.

Equipe de Planejamento da Contratação.

Ação de Contingência

Responsável

Dar prioridade na análise e respostas dos recursos e pedidos de impugnação, justificando e motivando o processo para manutenção do item questionado.

Setor requisitante.

Risco 02 – Recursos administrativos procedentes

Probabilidade: (X) Baixa () Média () Alta

Impacto: () Baixa (X) Média () Alta

Dano

Tratamento: Mitigar

Consequência 1: Possível contratação emergencial; Consequência 2: Não atendimento à demanda da Fiocruz ocasionando prejuízo nas atividades da Instituição.

Ação Preventiva

Responsável

Realizar revisão das exigências constantes no Termo de Referência, reduzindo assim o risco.

Setor requisitante e equipe compras.

Ação de Contingência

Responsável

Verificar junto ao setor de Compras novos prazos estimados da contratação e verificar estratégias paralelas.

Setor requisitante e equipe compras

Risco 03 – Apresentação de Estudo Técnico Preliminar e/ou Termo de Referência com especificações e justificativas insuficientes.

Probabilidade: (X) Baixa () Média () Alta

Impacto: () Baixa (X) Média () Alta

Dano

Consequência 1: Contratação de objeto diferente ou em desacordo com a necessidade da Administração; Consequência 2: Não atendimento ao princípio da motivação de forma eficaz; Consequência 3: Diminuição da competição, podendo culminar em uma licitação deserta ou fracassada. Consequência 4: Aumento indevidamente do custo da aquisição;

Tratamento: Mitigar

Ação Preventiva

Responsável

Revisar cuidadosamente o Estudo Preliminar e o Termo de Referência, de maneira a reduzir as inconsistências verificadas no planejamento da contratação.

Equipe de Planejamento da Contratação e Setor de Compras;

Ação Preventiva

Responsável

A equipe de planejamento da contratação deve solicitar à unidade demandante justificativa complementar com elementos suficientes para que subsidiem a contratação. Revogar ou anular o processo de licitação e emitir despacho ao setor requisitante solicitando adequação da Pesquisa de Preços e do Termo de Referência.

Equipe de Planejamento da Contratação e Setor de Compras;

Risco 04 – Planilha de composição de custos e formação de preços com falhas/imprecisões e lacunas

Probabilidade:

(X) Baixa () Média (x) Alta

Impacto:

() Baixa (x) Média () Alta

Dano

Consequência 1: Atraso na finalização da licitação; Consequência 2: Comprometimento das propostas de preços; Consequência 3: Não atingimento do objetivo, com consequente desperdício de recursos Consequência 3: Problemas na fase de gestão do contrato

Tratamento: Mitigar

Ação Preventiva

Responsável

Realizar duplo check na versão final da planilha para corrigir erros. Essa verificação deverá ser conjunta: pelo requisitante e equipe de planejamento.

Equipe de Planejamento da Contratação

Ação de Contingência

Responsável

Correção da planilha de composição de custos

Equipe de Planejamento da Contratação

Risco 05 – Erro no cálculo do preço estimado (pesquisa de preços)

Probabilidade:

(X) Baixa () Média () Alta

Impacto:

(X) Baixa () Média () Alta

Dano

Consequência 1: Sobrepreço ou preços inexequíveis; Consequência 2: Possíveis negociações desfavoráveis devido a estimativa de preços estar incompatível com os preços oferecidos no mercado. Consequência 3: Não atendimento ao princípio da economicidade. Consequência 4: Resultados de licitação com preços superiores aos praticados no mercado (preços superestimados);

Tratamento: Mitigar

Ação Preventiva

Responsável

Consultar o site "compras governamentais" a fim de obter os custos praticados em outros órgãos para a prestação do serviço, entre outros. Analisar cuidadosamente os orçamentos estimativos elaborados pelo setor requisitante.

Equipe de Planejamento da Contratação e Setor de Compras

Ação de Contingência

Responsável

Analisar com extensas diligências propostas ofertadas no momento do certame licitatório de maneira a mitigar o risco apresentado. Verificar junto ao setor de Compras novos prazos estimados para aquisição, bem como emitir despacho à unidade requisitante solicitando adequação da pesquisa de preços e do Termo de Referência

Equipe de Planejamento da Contratação e Setor de Compras

Risco 06– Erro nos quantitativos estimados para pretensa contratação.

Probabilidade:

(X) Baixa () Média () Alta

Impacto:

(X) Baixa () Média () Alta

Dano

Consequência 1: Comprometimento orçamentário desnecessário ou insuficiente; Consequência 2: Falsa expectativa de fornecimento para os fornecedores; Consequência 3: Não atendimento das demandas das unidades solicitantes;

Tratamento: Mitigar

Ação Preventiva

Justificar as quantidades pretendidas no Termo de Referência por meio do Estudo Técnico Preliminar com base em histórico de consumo ou previsão de uso real.

Responsável

Equipe de Planejamento da Contratação e Setor de Compras

Ação de Contingência

Solicitar a retificação das quantidades adequadas às necessidades

Responsável

Equipe de Planejamento da Contratação e Setor de Compras

GESTÃO DO CONTRATO

Risco 07 -Descumprimento de cláusulas contratuais/Inexecução parcial ou total do contrato

Probabilidade (X) Baixa () Média () Alta

Impacto () Baixo (X) Médio () Alto

Dano

11 Consequência 1: Entrega dos serviços com qualidade inferior à contratada; 2: não execução dos serviços

Ação Preventiva

Responsável

1 Reunião de partida Gestão e Fiscalização do contrato

2 Fiscalização preventiva e ostensiva Gestão e Fiscalização do contrato

Ação de Contingência

Responsável

1 Instauração processo sancionatório Gestão e Fiscalização do contrato

2 Pagamento proporcional Gestão e Fiscalização do contrato

3 Não prorrogação do contrato, início de novo procedimento de licitação Gestão e Fiscalização do contrato

GESTÃO DO CONTRATO

Risco 08 - Descumprimento das obrigações trabalhistas/previdenciárias

Descumprimento das obrigações trabalhistas/previdenciárias

Probabilidade (X) Baixa () Média () Alta

Impacto (X) Baixo () Médio () Alto

Dano

12 Potencial criação de passivo trabalhista

Ação Preventiva

Responsável

1 Previsão de conta corrente vinculada, bloqueada para movimentação Gestão e Fiscalização do contrato

2 Previsão de garantia contratual Gestão e Fiscalização do contrato

3 Previsão de glosa em faturas com pagamento direto aos terceirizados Gestão e Fiscalização do contrato

Ação de Contingência

Responsável

1 Instauração processo sancionatório à contratada, garantido o direito do contraditório e ampla defesa Gestão e Fiscalização do contrato

2 Utilização da conta vinculada/Utilização da garantia contratual Gestão e Fiscalização do contrato

3 Não prorrogação do contrato, início de novo procedimento de licitação Gestão e Fiscalização do contrato

GESTÃO DO CONTRATO

Risco 09 - Uso da força de forma exacerbada e desproporcional à ocorrência

Probabilidade (X) Baixa () Média () Alta

Impacto () Baixo (x) Médio () Alto

Id	Dano	
	Lesão à integridade física própria ou alheia	
	Prejuízo à imagem da Instituição	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1	Exigir que a Contratada proporcione treinamento periódico aos seus funcionários sobre as práticas adequadas de abordagem	Gestão e Fiscalização do contrato
Id	Ação de Contingência	Responsável
1	Instauração processo sancionatório à contratada, garantido o direito do contraditório e ampla defesa	Gestão e Fiscalização do contrato

GESTÃO DO CONTRATO

Risco 10 - Áreas desguarnecidas de segurança

Probabilidade ☒ Baixa ☐ Média ☐ Alta
Impacto ☐ Baixo ☒ Médio ☐ Alto

Id	Dano	
	Consequências: 1:Invasões e vandalismos nos <i>campi</i>	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1	Plano operacional e escala dos vigilantes com adequação de postos de trabalho durante a análise das demandas críticas.	Gestão e Fiscalização do contrato
Id	Ação de Contingência	Responsável
1	Instauração processo sancionatório à contratada, garantido o direito do contraditório e ampla defesa	Gestão e Fiscalização do contrato

GESTÃO DO CONTRATO

Risco 11 - Falha na segurança patrimonial (Roubo e/ou Furto)

Probabilidade ☒ Baixa ☐ Média ☐ Alta
Impacto ☐ Baixo ☒ Médio ☐ Alto

Id	Dano	
	Perda patrimonial/insegurança	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1	Maior monitoramento e controle da entrada e saída de pessoas.	Contratada
Id	Ação de Contingência	Responsável
1	Instauração processo sancionatório à contratada, garantido o direito do contraditório e ampla defesa	Gestão e Fiscalização do contrato

MAPA DE RISCOS

	ALTA	
	MÉDIA	
PROBABILIDADE		Risco 01
OCORRÊNCIAS	Risco 01	Risco 03
	Risco 02	Risco 04
BAIXA	Risco 05	Risco 08
	Risco 06	Risco 09
	Risco 07	Risco 10
		Risco 11

17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

17.1. Justificativa da Viabilidade Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII, art 7º da IN 40 de 22 de maio

de 2020, da SEGES/ME.

18. Responsáveis

1. CLAUDIONOR DA SILVA LIMA Chefe do Serviço de Vigilância e Segurança Patrimonial
2. RONALDO GOMES Chefe Substituto do Serviço de Vigilância e Segurança Patrimonial
3. JORGE ALEXANDRE PORTO DE MORAES Assistente Técnico em Gestão de Saúde

Informo que este gestor HELIO COELHO SILVEIRA DA ROSA não participou da elaboração desta ETP, visto ter sido convocado por diversas vezes pela área técnica para iniciar os trabalhos sem manifestação aos outros membros.

HELIO COELHO SILVEIRA DA ROSA



Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIONOR DA SILVA LIMA, Gestor(º) do Serviço de Gestão de Vigilância**, em 08/10/2021, às 15:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RONALDO GOMES, Gestor(º) do Serviço de Gestão de Vigilância**, em 08/10/2021, às 15:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JORGE ALEXANDRE PORTO DE MORAES, Assistente Técnico de Gestão em Saúde**, em 08/10/2021, às 15:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FABIO HENRIQUE CERQUEIRA ABREU, Chefe do Departamento de Serviços Gerais**, em 08/10/2021, às 15:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabiane Sousa da Fonseca, Coordenadora Geral de Infra- Estrutura dos Campi, por Subdelegação.**, em 08/10/2021, às 15:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1149575** e o código CRC **A6DE13B6**.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União
Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico: Serviços Contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra
Atualização: Julho/2020

Referência: Processo nº 25389.000275/2020-19

SEI nº 1149575